

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MÍDIÁTICA
LINHA DE PESQUISA: PRODUÇÃO DE SENTIDO NA COMUNICAÇÃO MÍDIÁTICA

CAROLINE DE CAMARGO BUFELLI

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE ESTUPRO
COLETIVO EM NOTÍCIAS DO JORNALISMO DIGITAL:
O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA**

BAURU

2020

CAROLINE DE CAMARGO BUFELLI

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE ESTUPRO
COLETIVO EM NOTÍCIAS DO JORNALISMO DIGITAL:
O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru (SP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Osvando José de Moraes.

BAURU

2020

B929r Bufelli, Caroline de Camargo
A representação da mulher vítima de estupro coletivo em notícias
do jornalismo digital: o jornalismo e a construção da notícia /
Caroline de Camargo Bufelli. -- Bauru, 2020
161 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru
Orientador: Osvando José de Moraes

1. Jornalismo. 2. Estupro. 3. Mulher. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura,
Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



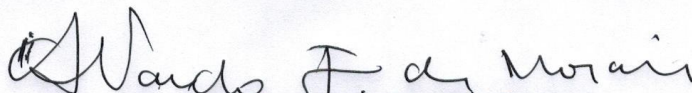
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de CAROLINE DE CAMARGO BUFELLI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 20 dias do mês de novembro do ano de 2020, às 10:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de CAROLINE DE CAMARGO BUFELLI, intitulada **A Representação da Mulher Vítima de Estupro Coletivo em Notícias do Jornalismo Digital: o Jornalismo e a Construção da Notícia**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Assistente Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professora Associada MARIA ÉRICA DE OLIVEIRA LIMA (Participação Virtual) do(a) Jornalismo / Universidade Federal do Ceará. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professor Assistente Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS

CAROLINE DE CAMARGO BUFELLI

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE ESTUPRO
COLETIVO EM NOTÍCIAS DO JORNALISMO DIGITAL:
O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA**

Área de concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Produção de Sentido na Comunicação Midiática

Banca examinadora:

Prof. Dr. Osvando José de Moraes

Presidente/Orientador

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru/SP

Profa. Associada Dra. Maria Cristina Gobbi

Docente

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru/SP

Profa. Dra. Maria Érica de Oliveira Lima

Docente

Universidade Federal do Ceará - UFC

Resultado: Aprovada.

Bauru, 20 de novembro de 2020.

DEDICATÓRIA

Às mulheres, que acorrentadas ao longo da história, fosse pelo destino da escravidão ou pela imposição doméstica, serviram a todos, menos a si mesmas. A elas dedico essa dissertação de mestrado como homenagem aos silêncios que ainda hoje ecoam em forma de luta, ou ainda, de sofrimento.

AGRADECIMENTOS

Era janeiro de 2020 e eu estava decidida que deveria desistir do mestrado. Já havia escrito parte considerável da dissertação e lido quase toda a bibliografia da pesquisa, mas tive medo. Medo, pois achava a minha pesquisa grandiosa demais para mim. Falar sobre violência sexual, especificamente sobre estupro coletivo, sendo mulher em um Brasil que violenta e mata mulheres em taxas superiores ao resto do mundo é uma tarefa tão árdua quanto pesquisar em um Brasil que nega as ciências humanas e sociais, bem como o progresso científico como um todo.

Levei quase um mês até acalmar os ânimos e entender que se eu já tinha chegado até aqui, não era hora de desistir. Pensei nas mulheres que estampam os noticiários todos os dias e concluí que, apesar dos pesares, terminaria essa pesquisa.

E cá estou eu, em meio a pandemia do Coronavírus, revivendo todo o caminho vivido até chegar nessa página, local onde deixarei registrado os meus mais sinceros agradecimentos a quem fez parte disso tudo, desde os momentos mais alegres desse processo – como quando tive a honra de iniciar minha pesquisa em uma das universidades públicas mais renomadas do Brasil – até quando achei que não seria capaz de concluir tamanha realização.

Agradeço primeiramente aos meus pais e ao meu irmão, que por vezes tiveram que me ajudar com as crises de choro que me abateram ao longo do processo de escrita. Se hoje eu estou aqui escrevendo esses agradecimentos, sem dúvida, foi por gratidão e consideração a eles, que sempre me ofereceram educação, amor e, acima de tudo, sensibilidade e racionalidade para seguir em frente. Mesmo não entendendo sobre os temas aqui esmiuçados, ouviam atentos cada vez que eu comentava sobre alguma leitura; me amparavam quando eu me sentia insuficiente; acreditaram em mim e me apoiaram, inclusive financeiramente, e me permitiram chegar até aqui.

Agradeço ao meu orientador Osvando, que com a paciência que eu não tenho conseguiu me mostrar os melhores caminhos para seguir. Quando acometidos por uma pandemia, pensei que não teríamos cenários viáveis para concluir tamanha pesquisa, mas com sua serenidade e calma, conseguimos. Além disso, sou grata por Osvando não se deixar abater pelo cenário político brasileiro que ainda hoje persegue e reduz o pensamento crítico debatido e engrandecido nas universidades públicas brasileiras, em meio a nossa democracia tão jovem do ano de 2020. É bom saber que temos companhia para continuarmos nas lutas diárias pela pesquisa e pelas ciências humanas e sociais.

Agradeço a minha avó Celia, que aos seus 73 anos de vida ainda conserva a lucidez de entender as artimanhas políticas do Brasil e que tanto me ama e zela por mim. Agradeço por cada proteção pedida a cada vez que eu percorria o trecho Ibitinga – Bauru, por cada recepção depois de alguns dias sem nos vermos, bem como a confiança que deposita em mim. E além dela, agradeço aos meus avós que mesmo longe, olham por mim e me guiam pelos melhores caminhos. Eu os amo por saber que nas nossas raízes reside a força de seguir sempre em frente.

Também agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram dessa pesquisa. Pessoas que dividiram comigo as dores do processo de escrita, as decepções e dificuldades de uma pós graduação e até mesmo os amigos que fiz em Bauru, que me proporcionaram os melhores momentos de distração que a juventude pode oferecer entre um livro e outro.

Por fim, agradeço a Deus, que me acompanha diariamente pelos caminhos que a vida me oferece. Sinto-me abençoada a cada vez que penso em proteção e sei que Ele está em algum lugar olhando por mim. Agradeço todos os privilégios que Ele me deu, como a minha família, a comida na mesa, o conhecimento e, principalmente, os belíssimos encontros que a vida me proporcionou com pessoas abençoadas.

Essa pesquisa fala sobre violência, sobre estupro coletivo e sobre jornalismo, mas antes de tudo, fala sobre a vida como ela é. Foi com essa pesquisa que aprendi a ser mais brasileira, mulher, a olhar de frente para as nossas feridas não cicatrizadas, por mais doloroso que isso possa ser. Esse Brasil da Amazônia, dos indígenas, de Palmares, da colonização, da escravidão, do genocídio negro, do estupro recorrente de mulheres e crianças, e que é também o Brasil das grandes cidades, da modernização, da miscigenação, da cultura popular e de universidades públicas internacionalmente reconhecidas.

Espero algum dia poder olhar para um Brasil que possa respeitar, amparar e oferecer justiça às mulheres. Apesar de saber que minha pesquisa não será capaz de curar as feridas e os problemas desse país, espero plantar uma semente. Lá fora, mulheres são violentadas sexualmente todos os dias, e aqui não somente por sermos pesquisadores, mas principalmente por sermos seres humanos, precisamos apontar, denunciar, clamar por respeito e reparação.

Mais do que um futuro de igualdade, para as mulheres – nós mulheres – eu espero um futuro digno e humano. E que por meio das ciências e da educação de qualidade a gente encontre não só voz, mas também humanidade e caminhos para seguir.

*“as mulheres
abusadas nas trincheiras e
nos viadutos
não estão nos livros de história.
os ditadores sim.”*

Aline Bei – O peso do pássaro morto

BUFELLI, Caroline de Camargo. **A representação da mulher vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo digital**: o jornalismo e a construção da notícia. Orientador: Prof. Dr. Osvando José de Moraes. 2020. 161f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

RESUMO

Os números oficiais de estupro coletivo no Brasil aumentaram nos últimos anos e alguns casos ganharam atenção nacional, inseridos em um contexto de grande violência contra a mulher brasileira. Paralelamente, o acesso à internet no Brasil tem crescido e, atualmente, o jornalismo brasileiro é altamente veiculado nesse meio. Alguns veículos de comunicação atuam exclusivamente em plataforma digital, como portais de notícias de grande audiência no Brasil. Assim, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa qualitativa e estudar a representação da mulher vítima de estupro coletivo nas notícias veiculadas no G1, UOL e R7 no ano de 2019. Foram utilizados como métodos de análise a Hermenêutica de Profundidade, de Hans Gadamer, e a Netnografia, de Robert V. Kozinets. Já o conceito de representação usado nessa pesquisa se construiu com base em Platão, Aristóteles e Stuart Hall. Foram analisadas quatro notícias de cada portal, totalizando 12 textos em que o tema principal era o estupro coletivo. Como resultado, estão o baixo número de notícias veiculadas sobre estupro coletivo, o que causou certo padrão de noticiabilidade com o crime de estupro coletivo sendo noticiado em grande parte como um crime que ocorre quase que em sua totalidade em festas e associado ao uso de álcool e drogas; recorrente sexualização do estupro por meio de termos como “fazer sexo”; invisibilidade da vítima ou uma clara exposição de sua identidade; certa ligação entre o crime e fatores como taxa de criminalidade do local onde ocorreu e a palavra da vítima sendo colocada em dúvida. Com relação ao ambiente digital do jornalismo, foi possível observar uma grande instabilidade no sistema de busca por conteúdos dos portais, que além de noticiarem minimamente o crime de estupro coletivo, também não deixam disponíveis os conteúdos para leitura após certo período de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. G1. UOL. R7. Violência. Mulher. Violência contra a mulher. Estupro coletivo. Feminismo. Femicídio.

BUFELLI, Caroline de Camargo. **The representation of woman victim of collective rape in digital journalism news:** the journalism and the construction of news. Supervisor: Prof. Dr. Osvando José de Moraes. 2020. 161f. Thesis (Master's in Communication) – School of Architecture, Arts and Communication, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

ABSTRACT

The official numbers of collective rape in Brazil have increased in recent years and some cases have received national attention, inserted in a context of great violence against Brazilian women. At the same time, Internet access in Brazil has grown and, currently, Brazilian journalism is highly disseminated in this medium. Some medias operate exclusively on a digital platform, such as news portals with large audience in Brazil. The present work aimed to carry out a qualitative research and study the representation of women victims of collective rape in the news published in G1, UOL and R7 in 2019. Hans Gadamer's Depth Hermeneutics and Netnography, by Robert V. Kozinets, were used as methods of analysis. The concept of representation used in this research was built on the basis of Plato, Aristotle and Stuart Hall. Four texts from each portal were analyzed, totaling 12 texts in which the main theme was collective rape. As a result, there is a low number of news reporting collective rape, which caused a certain standard of news reporting largely the crime of collective rape as a crime that occurs almost entirely at parties and associated with the use of alcohol and drugs; recurrent sexualization of rape through terms such as “having sex”; invisibility of the victim or a clear exposure of her identity; certain connection between the crime and factors such as the crime rate of the place where it occurred and the victim's testimony being questioned. Regarding the digital environment of journalism, it was possible to observe a great instability in the search system for content from the portals, which, in addition to minimally reporting the crime of collective rape, also do not make the contents available for reading after a certain period of time.

KEYWORDS: Journalism. G1. UOL. R7. Violence. Women. Violence against women. Collective rape. Feminism. Femicide.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resumo dos termos utilizados para diferentes conceituações nos estudos sobre jornalismo produzido para a web.....	39
Figura 2 – Página inicial do portal G1	86
Figura 3 – Página inicial do portal G1	86
Figura 4 – Página inicial do UOL	87
Figura 5 – Página inicial do UOL	88
Figura 6 – Página inicial do R7	89
Figura 7 – Página inicial do R7	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 JORNALISMO E CONTEMPORANEIDADE	19
2.1 Caminho percorrido antes do jornalismo digital	19
2.2 Jornalismo digital.....	23
2.3 Jornalismo de portal	30
2.4 Web 3.0 e dispositivos móveis.....	33
2.5 Termos e conceituações.....	38
3 VIOLÊNCIA E MULHER: UMA QUESTÃO HISTÓRICA	40
3.1 Brasil e violência.....	40
3.2 Violência e mulher: uma relação histórica de gênero, raça e classe.....	51
3.3 Gênero, patriarcado e sociedade.....	65
3.4 A mulher vítima de estupro.....	70
3.5 A luta política como forma de empoderamento feminino	76
4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS	83
4.1 Os portais	83
4.1.1 Portal G1	85
4.1.2 UOL Notícias.....	86
4.1.3 R7.....	88
4.2 Período de análise.....	90
4.3 O conceito de representação	91
4.4 Hermenêutica.....	97
4.5 Netnografia	101
5 O ESTUPRO COMO NOTÍCIA: CULPAS E DESCULPAS DO JORNALISMO	104
5.1 O estupro coletivo nas notícias do portal G1	104
5.2 O estupro coletivo nas notícias do UOL	116
5.3 O estupro coletivo nas notícias do R7.....	129
5.4 O estupro coletivo noticiado pelo jornalismo online: uma discussão histórica, social e profissional.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
APÊNDICE A – Lista de matérias analisadas do G1	155

APÊNDICE B - Lista de matérias analisadas do UOL	156
APÊNDICE C - Lista de matérias analisadas do R7	157
APÊNDICE D – Principais resultados das matérias analisadas	158

1 INTRODUÇÃO

O Brasil sempre teve uma relação de proximidade com a violência. Quando colonizado, deu luz a uma nação nascida da escravização de povos indígenas que viviam nas Américas e de povos africanos trazidos à força em navios negreiros (RIBEIRO, 2015). O discurso religioso católico operante permitiu – sob a desculpa de que a expedição aconteceria para levar o nome de Deus a mais povos – que a busca incessante por dinheiro e riquezas nas Américas acontecesse com o massacre de povos inteiros. Os “Moinhos de gastar gente”, como Darcy Ribeiro (2015) escreveu em seu livro *Povo Brasileiro*. Esse Brasil, nascido da marginalização, da violência e da escravidão.

Mas mesmo assim, o brasileiro carrega como virtude a característica de ser um povo pacífico, não violento, cordial, mesmo que tais atributos não signifiquem que seja tudo isso de fato, e Sérgio Buarque de Holanda (2014) escreveu em *Raízes do Brasil* sobre esse Homem Cordial, essa forma de ser do brasileiro que, segundo o autor, pode explicar em grande medida as bases para a formação do Brasil.

Segundo Holanda (2014, p. 177), “no ‘Homem Cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo”. A aversão ao ritualismo e aos cultos sociais deu lugar a uma vivência mais familiar, íntima, e uma clara convergência entre público e privado. O tratamento de tudo e todos no diminutivo “inho”, por exemplo, é apontado pelo autor como expressão linguística desse Homem Cordial, que olha até mesmo para a religião com ares de intimidade quando se refere a Jesus Cristo como “o menino Jesus”. E essa maneira de agir “com o coração”, em direção oposta à racionalidade, esconde, por sua vez, o que não tem de cordial no brasileiro, que apesar da pose emocional, não deixa de ser violento. Ao transformar tudo como seu, na ânsia de encontrar intimidade e proximidade em instituições e pessoas, o brasileiro transpõe limites que deveriam existir. Nesse ímpeto, desrespeita os espaços públicos, vendo-os como seus, e tenta conseguir seus anseios por meio do “jeitinho brasileiro”.

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. (HOLANDA, 2014, p. 177).

E mesmo com sua história marcada por violência, desigualdade, escravidão e gerações inteiras atingidas pela colonização portuguesa, o Brasil ainda vende aos outros países – e ao seu próprio povo – a noção de que não somos tal qual a violência que permeia a sociedade brasileira, mesmo que a história e as estatísticas provem o contrário – como os dados do Atlas da Violência¹ (CERQUEIRA *et al.*, 2019), que apontam que em 2017 ocorreram 65.602 homicídios no Brasil. O mito do Homem Cordial, no brasileiro, se confunde com a cordialidade de não ser violento.

E um país fundamentado em violência não deixaria de agredir também suas mulheres. As indígenas que aqui residiam, tiveram seus corpos associados com a ideia que se tinha das terras recém encontradas pelos portugueses, e eram vistas como detentoras de corpos sedutores, convidativos e, conseqüentemente, desafiadores e perigosos. E da mesma forma como viam as terras das Américas como algo a ser dominado, explorado e possuído, as indígenas também se tornaram alvo dos homens que chegavam ao longo dos anos na terra que seria posteriormente chamada de Brasil (LACERDA, 2010).

As mulheres africanas trazidas em navios negreiros vivenciaram séculos de exploração não só de sua mão de obra escravizada, mas também de exploração sexual e estupros recorrentes sob a premissa de que o senhor dono dos escravizados poderia fazer tudo o que quisesse. Dos estupros recorrentes de mulheres negras nasciam crianças que ou seriam vendidas, ou seriam feitas escravas de seus próprios pais (DAVIS, 2016). Uma relação entre violência sexual e dinheiro que estruturou grande parte das relações sociais e econômicas brasileiras e que ainda hoje representa uma estrutura histórica em que as mulheres negras figuram entre a parcela da sociedade que mais sofre com violência e marginalidade.

E por sua vez, as mulheres de pele clara que aqui viviam também vivenciaram os estupros matrimoniais e alienação econômica, ancorados por leis que diziam respeito sobre os “Crimes Contra os Costumes”, antes do advento do Código Civil de 2002, da reforma do Código Penal brasileiro e da Lei 12.015/09. E tais violências no âmbito doméstico refletem ainda hoje o atraso das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, na atuação política e na desigualdade na divisão dos afazeres domésticos – que a autora Flávia Biroli (2018) vai apontar como a “divisão sexual do trabalho”, uma desigualdade de carga horária, jornadas duplas e menores salários para mulheres ainda hoje.

¹ CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

E nesse contexto, a violência contra a mulher, especialmente a sexual – não só contra as brasileiras, mas também a violência contra as mulheres em outras partes do mundo – já foi retratada das mais diversas formas pela literatura, pelo cinema, pelas telenovelas, pelo jornalismo, bem como por todos os outros tipos de produções artísticas e subjetivas. Como exemplo, a obra *The Handmade's Tale*, de Margareth Atwood, conta a história de um mundo em que as mulheres são submetidas aos mais variados tipos de opressão, como silenciamento, marginalização, doutrinação, e colocadas em uma situação de recorrente violência sexual, obrigadas por “lei” a procriarem e darem filhos aos seus comandantes. A obra *Cor Púrpura*, por sua vez, conta a história de uma mulher que viveu uma vida toda baseada em violências, estuprada desde cedo pelo padrasto e posteriormente vivendo um matrimônio infeliz. E o estupro coletivo teve lugar em obras como *Laranja Mecânica*, que retratou a crueldade de jovens delinquentes pelas noites afora.

Mas e quando a realidade choca tanto quanto a ficção, como no caso de estupro coletivo que chocou o Brasil, em 2016, no Rio de Janeiro, quando cerca de 30 homens estupraram uma menina de 16 anos? Como fica o jornalismo e toda a produção artística quando a realidade é tão brutal quanto as histórias mais dramáticas?

Se de um lado existe a violência e a violência contra as mulheres, especificamente, com estupros coletivos ocorrendo a taxas inimagináveis – em 2016, no Brasil, aconteceu um estupro coletivo a cada 2 horas e 30 minutos² –, como o jornalismo se posiciona quando o assunto é contar as histórias de mulheres que foram estupradas por mais de um homem? Como se constrói a narrativa de um jornalismo feito por homens e mulheres habituados com a violência e com a desigualdade brasileira que historicamente se construiu no país?

Essa pesquisa buscou observar e interpretar como se dá a representação da mulher vítima de estupro coletivo nas notícias do jornalismo *online* e para isso, analisou por meio da Hermenêutica de Profundidade e Netnografia como essa representação acontece nas notícias dos portais G1, UOL e R7, alguns dos sites mais acessados não só no Brasil, mas também na América Latina. Foram selecionadas quatro matérias de cada site, totalizando 12 notícias para análise, em que a notícia se deu sobre a noticiabilidade do crime de estupro coletivo.

Dessa forma, essa pesquisa propôs um diálogo entre revisão bibliográfica, interpretação das matérias e os contextos histórico, social, político e econômico vividos pelas mulheres

² RODRIGUES, Mateus. Brasil teve um estupro coletivo a cada 2 horas e meia, em 2016; número cresceu 124% em 5 anos. **G1 DF**, Brasília/DF, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/brasil-teve-um-estupro-coletivo-a-cada-2-horas-e-meia-em-2016-numero-cresceu-124-em-5-anos.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

brasileiras desde a época da colonização e discutidos por autores ao longo dos anos, como Darcy Ribeiro (2015), Marilena Chauí (2018), Angela Davis (2016) e Hannah Arendt (1999), para citar apenas alguns. E além das discussões teóricas que propõe uma reflexão sobre a condição feminina como vítima de violência, também buscou-se uma discussão acerca do jornalismo nos dias de hoje, pensando no caminho percorrido desde os seus primórdios, até chegarmos nos dias de hoje, quando a prática jornalística divide espaço com as redes sociais e um “bombardeamento” de informações, ideias e produções de conteúdo na web.

Partimos da premissa que as realidades não existem em um vácuo histórico e que analisar diferentes pontos de uma mesma questão nos permite um entendimento amplo e plural – bem como inesgotáveis questionamentos e entendimentos.

Essa pesquisa se dividiu, então, em quatro capítulos, sendo dois teóricos, um capítulo de caminhos metodológicos e um capítulo final de análise.

O primeiro deles, Jornalismo e Contemporaneidade, é um capítulo teórico que discute o caminho do jornalismo até a nossa realidade da Web 3.0 e como se formou o jornalismo que vivenciamos hoje, dividindo espaço com as redes sociais na internet e se habituando a novas linguagens e ferramentas *mobiles*. Já no segundo capítulo, propomos um resgate histórico e a discussão de conceitos sobre temas e pontos referentes à condição feminina em meio a essa realidade violenta que ainda hoje cerca as mulheres brasileiras. Nesse segundo capítulo, falamos sobre conceitos como violência, gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho; resgatamos a história de mulheres indígenas, africanas escravizadas e brancas violentadas por seus maridos no âmbito doméstico e analisamos a questão jurídica brasileira sobre o estupro e a mudança da lei conforme a percepção social sobre a mulher também mudava. Ambos capítulos completam a discussão teórica e a revisão bibliográfica que essa pesquisa requer, tendo em vista o caráter dialético que as metodologias escolhidas pedem.

Por sua vez, no terceiro capítulo, percorremos os caminhos metodológicos escolhidos para a pesquisa, discutindo sobre o conceito de representação utilizado nesse estudo por meio de Aristóteles (2020), Platão (2019) e Stuart Hall (2016); sobre a Hermenêutica de Profundidade, por meio de Gadamer (1997) e Moraes (2020) e da Netnografia, por meio de Kozinets (2014). Nele, explicamos as maneiras como foram aplicados cada método para a análise do corpus selecionado, pontos necessários para o entendimento dos métodos, bem como a relação e a justificativa de cada um com o tema.

Por fim, o quarto capítulo procurou observar as matérias e analisar de que maneira elas dialogam com o contexto de violência vivenciado pelas mulheres brasileiras, além de buscar

responder ao principal objetivo dessa pesquisa, que é o entendimento sobre como se dá a representação da vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo *online*. Quem é a mulher vítima de estupro coletivo nas notícias do jornalismo *online*?

Essa pesquisa se justifica pela sua importância social e acadêmica. Social, primeiramente, por discutir sobre violência contra a mulher, entendendo que esse é um tema caro no Brasil não só atualmente, mas desde sempre, sendo necessário discutir com teor acadêmico os caminhos percorridos, bem como o que ainda resta ser feito a esse respeito. Além disso, a discussão sobre representação midiática e a importância do jornalismo na desconstrução e construção de conhecimentos, vivências, identidades, lutas e realidades se mostra também muito importante, tendo em vista que o jornalismo tem, acima de tudo, papel social de participação nas democracias e na formação dos cidadãos. E em segundo lugar, sua importância acadêmica reside na continuidade dos debates iniciados por teóricos e pesquisadores nas diversas áreas que essa pesquisa toca, desde temas caros à prática jornalística, bem como temas que relatam e discutem a realidade histórica de mulheres, a condição da violência, a mudança jurídica ao longo dos anos e, conseqüentemente, o cenário de estupro que atinge as mulheres brasileiras.

2 JORNALISMO E CONTEMPORANEIDADE

A necessidade de se retratar os mais diversos fatos que acometem as pessoas e as sociedades hoje em dia fez com que o jornalismo estampasse também casos emblemáticos. Entre eles está o caso da modelo e atriz Eliza Samudio³, assassinada por Bruno Fernandes, então goleiro do time Flamengo, com quem teve um relacionamento; o caso da jovem de 16 anos⁴ que sofreu um estupro coletivo por cerca de 30 homens, no Rio de Janeiro, em 2016; o caso de Elaine Perez Caparroz⁵, que sofreu quatro horas de agressão e foi internada, com fraturas pelo rosto; e o caso da garota Eloá Cristina⁶, sequestrada e mantida em cárcere privado por cerca de 100 horas, naquele que foi considerado o mais longo sequestro da história do Estado de São Paulo, após o ex-namorado invadir seu apartamento a fazer de refém, em 2008.

Esses casos não chegam nem perto do número de casos diários relatados pelo jornalismo e, principalmente, pelo jornalismo digital, que consegue manter um número maior de publicações de notícias quando comparado com outros meios, como será discutido adiante.

Ao longo dos anos, esse jornalismo de que estamos falando sofreu transformações econômicas, tecnológicas, sociais e humanas. Ganhou as grandes redações que imprimem milhares de exemplares por dia, e suas páginas impressas ganharam cor e publicidade. Sua grade televisiva ganhou elementos de entretenimento e anunciantes com receitas líquidas milionárias. A internet, ganhou notícias e uma outra linguagem jornalística.

2.1 Caminho percorrido antes do jornalismo digital

Segundo Ciro Marcondes Filho (2000), a história do jornalismo começa a ser contada à partir daquilo que ele chama de pré-história, que se inicia por volta dos anos 1630, com produtos semelhantes a livros de poucas páginas com a missão de informar ao público os feitos da

³ TUDO sobre Eliza Samudio. **G1**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/tudo-sobre/eliza-samudio/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴ VÍTIMA de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁵ MULHER é espancada no Rio e jovem é preso em flagrante. Fantástico. **G1**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/02/17/mulher-e-espancada-por-quase-4-horas-no-rio-e-jovem-e-preso-em-flagrante.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁶ ARAÚJO, Glauco; TOMAZ, Kleber. Após 10 anos do Caso Eloá, Justiça condena Estado de SP a indenizar Nayara em R\$ 150 mil. **G1 SP**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/12/apos-10-anos-do-caso-eloa-justica-obriga-estado-de-sp-a-indenizar-nayara-em-r-150-mil.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

monarquia e “gestos cotidianos”, ou seja, questões básicas e diárias que, ao ver dos seus produtores, interessavam aos leitores.

O primeiro jornalismo, como o autor denomina, tem então início por volta de 1789, coincidindo com a era da “iluminação ou iluminismo”, do controle do saber, do poder e do obscurantismo como um todo. Nascendo em uma época de revoluções, o primeiro jornalismo se constrói com a euforia de que as coisas devem agora ser expostas. Também se tem o jornalismo literário e de ideias políticas que começam a circular na sociedade com força.

É nesse contexto que acontece a profissionalização do jornalismo, com o surgimento da redação como um “setor específico” e a diferenciação de cargos e funções, como a de diretor e editor (MARCONDES FILHO, 2000). O jornalismo então começa a ganhar força política e, ao contrário do que viria posteriormente, ainda não se faz jornalismo com preocupação econômica, mas como imprensa partidária – quando os jornalistas eram políticos e faziam jornais para publicarem seus ideais. Ou seja, nesse primeiro momento, jornalismo e política andavam juntos, e os jornais eram os porta-vozes dos políticos. “Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12). Neste contexto, tem-se a ideia de que o jornalismo deve servir para a efervescência de ideias, de tornar público aquilo que até então era privilégio de poucos, por exemplo, a igreja e os pensadores das universidades, permitindo que a informação começasse a tomar um caráter mais popular, além de ser o período em que o jornalismo mais gozou de liberdade, de poder publicar conteúdos que lhe pareciam necessários e publicáveis.

E como as ideias burguesas estavam em ebulição na época, mudanças sociais se iniciam tais como nacionalismo, socialismo, lutas sociais, direito ao voto a todos os homens e a formação de uma esfera pública logo nas primeiras décadas dos anos 1800, ou seja, a discussão de ideias políticas e econômicas na sociedade começa a ganhar cada vez mais espaços. Junto com disputas sociais e campanhas operárias, o jornalismo começa a passar pela grande virada da economia como fator determinante na produção de notícias e da constituição do jornalismo.

A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 13).

Dessa forma, acontece então aquilo que o autor chama de segundo jornalismo, ou seja, “do jornal como grande inovação tecnológica da metade do século 19 nos processos de produção do jornal” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 13). A inovação tecnológica, ao chegar à produção do jornal, exigirá do jornalismo, que agora se constitui como empresa, a necessidade

de se sustentar, de investir dinheiro a fim de conseguir suprir as necessidades financeiras que os novos equipamentos para a produção jornalística requerem. Assim, a busca por lucros trará, por exemplo, o sensacionalismo e uma maneira particular de escrever notícias.

Por volta de 1875, vê-se a grande mudança no caráter econômico do jornalismo, tornando a informação uma mercadoria com o surgimento da publicidade dentro dos jornais como forma de pagar os custos de produção cada vez mais aparentes. Esse modelo de imprensa irá, então, definir as “características originais da atividade jornalística”, ou seja, a busca pela neutralidade, pelo “furo”, pelo factual (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14). Aqui se caracteriza a imprensa de massa com tiragens que extrapolam milhões de exemplares, e que precisa se sustentar no sistema econômico. Ao mesmo tempo, aqui também desaparece a liberdade de imprensa que existia na primeira fase para dar espaço ao entretenimento, o que abala a política que existia dentro dos jornais.

Chegando ao século 20 temos então aquilo que é considerado pelo autor como o terceiro jornalismo, a época dos monopólios. É a época também em que o jornalismo precisa dividir espaço com outras formas de comunicação, como a publicidade e as relações públicas, chegando ao que o autor aponta, com grande pessimismo, de “descaracterização do jornalismo”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 15), como se ele tivesse perdido sua essência, de certa forma.

O jornalismo reflete muito bem a aventura da modernidade. Ele é a melhor síntese do espírito moderno. Por esse mesmo motivo, o processo de desintegração da atividade, seu enfraquecimento, sua substituição por processos menos engajados (que já não buscam a “verdade”, que já não questionam a política ou os políticos, que já não apostam numa evolução para uma “sociedade mais humana”) é um sintoma de mudança dos tempos e dos espíritos. Mudamos para uma época semelhante àquilo que Nietzsche atribuía a toda a modernidade: o de ser uma “época fraca”, decadente, niilista. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 15).

Ou seja, o autor aponta com pesar a transformação do jornalismo em ferramenta de entretenimento, critica a desaceleração da noção romântica de que ele deveria servir para aquecer as ideias, a esfera pública, a educação da sociedade e o enriquecimento da cultura como um todo. E olhando em retrospecto, é possível inferir que, assim como toda produção cultural da sociedade, o jornalismo também é fruto de seu tempo. Como afirma Marcondes Filho (2000, p. 15), o fim da modernidade como pano de fundo dessas transformações, trazendo o grande desencanto com o mundo e o sentimento de pessimismo em relação à política e a constituição geral da humanidade e das sociedades, faz com que o jornalismo seja “a expressão física de um espírito”, “encarnando” os desencantos da sociedade como parte de sua funcionalidade.

Com isso, o quarto jornalismo se inicia por volta dos anos 1970 com a indústria da consciência e da persuasão nos noticiários. Assim, nesta nova etapa, verifica-se o

enriquecimento das assessorias de imprensa, que fornecem materiais comunicativos aos veículos de comunicação e o uso cada vez maior das tecnologias e da “comunicação eletrônica, pelas redes, de formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 30), garantindo novas formas de se fazer jornalismo.

Uma consequência da “virtualização” iniciada na década de 1970 diz respeito ao caráter material do jornalismo. Do papel para as telas que foram surgindo ao longo dos anos, o jornalista “passa a se submeter à lógica imaterial da tecnologia (mais difundida nos meios visuais)” (MARCONDES FILHO 2000, p. 31). Isso é possível observar principalmente nos tempos de hoje, em que o jornalismo online produz materiais que, ao serem publicados em sites, não ganham espaço geográfico, não precisam ser impressos, não precisam estar no papel para serem lidos. A lógica imaterial da tecnologia, como apontada pelo autor, é cada vez mais presente nos meios comunicacionais de hoje em dia, principalmente pelo uso desenfreado dos dispositivos móveis, que dão a sensação de termos o mundo inteiro na palma das nossas mãos.

A segunda consequência apontada pelo autor diz respeito ao conteúdo das notícias e do trabalho produzido pelo jornalismo como um todo, a partir do momento que “favorece certas linguagens e deprecia outras” (MARCONDES FILHO 2000, p. 31). Com as tecnologias, as imagens ganham um peso maior dentro das notícias, mais destaque, redefinindo o modelo estético ao mesmo tempo em que redefine a lógica de uma matéria, priorizando o visual, o imagético antes do texto propriamente dito. A título de exemplo, ainda hoje, com o jornalismo digital, as matérias são produzidas em tamanhos menores, mais rápidas de se ler em telas – de smartphones, tablets e computadores – mantendo um lugar de destaque para as imagens.

Dentro dessa mesma nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imageticamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser “informa-se sobre o mundo” para ser “surpreender-se com pessoas e coisas”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31).

Com isso, observamos a lógica jornalística se alterar com a chegada de pixels, cores cada vez mais vivas e narrativas que são contadas de maneiras cada vez mais inovadoras, e muitas vezes, publicitárias. Quando critica a lógica capitalista que rege o jornalismo há mais de um século, o autor aponta sobre o movimento de colocar em segundo plano a importância de um fato quando seu fator imagético, sensacionalista ou até muitas vezes panfletário ganha força e protagonismo, entendendo que essa mudança de fazer jornalismo se dá, muitas vezes, em meio a tentativa de se manter ativo, participante e sobrevivente em um sistema econômico que gira em torno do capital.

Vale aqui uma reflexão sobre um ponto importante no texto de Ciro Marcondes Filho (2000, p. 30), em que ele aponta que o “papel histórico do jornalista como um contador de

histórias” (repórter) mas também como um “explicador do mundo” (analista/comentarista) se perde. Ao analisarmos com os olhos do ano 2020 sobre esse seu ponto, é possível inferir que, ao contrário do que foi exposto pelo autor, o jornalista ainda continua sendo visto como contador de histórias e explicador do mundo. Apesar das diversas mídias e redes sociais existentes hoje, permitindo o grande fluxo de opiniões – e propiciando que deixe de ser exclusividade do jornalista a expedição de opiniões e relatos sobre os fatos que acontecem no mundo –, o jornalista ainda é socialmente visto como aquele que explica o mundo, que volta das guerras com informações verídicas para informar o povo. Além disso, em uma sociedade em que o fluxo de informações aumenta indiscriminadamente junto com desinformação, faz-se necessário de maneira muito mais urgente a existência do jornalista como aquele que decodifica, interpreta e analisa os fatos de maneira profissional e com a intenção de levar informação de qualidade para a sociedade.

Com isso, a discussão sobre o capitalismo como regulador da maneira de fazer jornalismo se torna tão importante quanto a discussão sobre as novas formas de se informar e produzir notícias. O tempo na grade televisiva, o espaço físico do jornal e até mesmo a disposição na página da web no jornalismo online são definidos a partir de publicidade e anunciantes, e isso requer que pensemos então qual o papel do jornalismo, mesmo anos depois do seu começo, dentro dessa lógica de lucro empresarial do processo de fazer notícia.

É importante apontar que o jornalismo precisou acelerar seu processo de produção para responder à pressa e a fome de informações. Produz-se mais e em menos tempo, e cada vez mais em tempo real. Dessa forma, o jornalismo defende interesses não só de seu público, mas também e principalmente de seus grupos de interesse, afetando a seleção de conteúdos, as maneiras de executá-lo e as formas de publicá-lo.

Nos questionamos então como conciliar as duas faces da mesma moeda, mantendo o giro econômico necessário ao mesmo tempo em que preserva seus ideais e a própria essência do jornalismo que produz e oferece informação de qualidade para as pessoas, principalmente hoje em um cenário de comunicação digital e móvel.

2.2 Jornalismo digital

Assim como o jornalismo tradicional, no jornalismo digital também foi possível observar diferentes fases de transformação até o jornalismo digital se estruturar tal como no momento que vivemos hoje em 2020. A primeira fase, logo no início do jornalismo produzido

para a web, acontece com a simples transposição do jornalismo impresso para as telas. As matérias online eram meramente cópias das matérias impressas, sem qualquer nova produção exclusiva para esse meio e toda a nova gama de linguagens que ele começou a apresentar.

O que era chamado então de jornal online não passava da transposição de uma ou duas das principais matérias de algumas editorias. Este material era atualizado a cada 24 horas, de acordo com o fechamento das edições do impresso. (MIELNICZUK, 2001).

Conforme a evolução das tecnologias foi se acentuando, tem-se aquilo que é chamado como segunda fase do jornalismo digital. Mesmo ainda sendo dependente do jornalismo impresso e seguindo com as meras transposições, ou seja, com a cópia do conteúdo produzido para as páginas de papel sendo publicada nos sites dos veículos jornalísticos, agora aparecem detalhes que começam a surgir como forma de experimentar esse novo universo – e suas consequentes novas formas de comunicação.

Alguns exemplos são links chamando para outras matérias, e-mail como meio de comunicação entre veículo e público, debate em fóruns da internet e todo um novo espectro de inovações que o hipertexto oferece, mesmo que o lucro dos veículos de comunicação ainda viesse do impresso (MIELNICZUK, 2001).

A terceira fase do jornalismo digital acontece então a partir do momento que a web começa a ser vista como uma oportunidade de investimento e de capital. Junto com as iniciativas empresariais, as editorias começam a ver na web uma oportunidade de produzir conteúdo exclusivo para outras plataformas e com novas linguagens. É nesse momento que o jornalismo digital começa a tomar fôlego e ganhar suas principais características.

Assim como o tradicional, o jornalismo produzido para a web também possui suas particularidades. Autores dos estudos da comunicação se debruçaram sobre esse modo de fazer jornalismo na tentativa de entender suas particularidades, seus conceitos e suas características. Um desses autores é Palacios (2002), que aponta cinco características principais do jornalismo digital, que são Multimedialidade/Convergência, Interatividade, Hipertextualidade, Personalização e Memória. Ou seja, cinco pontos que podem ser observados no jornalismo produzido para a Web e no seu modo de narrar os fatos noticiados ainda hoje. Fatores que fazem com que o jornalismo produzido para esse meio ganhe destaque e relevância em um mundo em constante evolução.

O primeiro aspecto diz respeito ao uso de diferentes mídias, tais como imagem, texto e som, que podem convergir nas notícias, sendo isso possível por conta da digitalização da informação e as múltiplas plataformas por onde ela vai circular. Ou seja, no jornalismo digital

é possível utilizar diferentes recursos de uma só vez, garantindo novas formas de abordar um fato, de contar uma história e de representar a realidade onde o jornalismo está inserido.

No contexto do jornalismo online, multimídia, refere-se à convergência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narração do fato jornalístico. A convergência torna-se possível em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade. (PALACIOS, 2002, p. 2).

Atualmente, é comum observar que o jornalismo digital utiliza recursos de todas as naturezas, e que um mesmo texto noticioso pode conter conteúdo em vídeo, imagem e também textual. Além disso, é possível observar também que conteúdos produzidos para diferentes meios acabam convergindo como uma forma de complementar o conteúdo vinculado – como em casos que um dado da notícia é informado no telejornal e esse conteúdo em vídeo pode servir como acréscimo ao texto escrito para a web, combinando e complementando as informações. Os portais de notícias de grandes empresas jornalísticas, por exemplo, muitas vezes veiculam suas notícias *linkando* o vídeo de algum jornal de sua grade televisiva como forma de dar uma visão mais ampla ao público.

O segundo aspecto, ou seja, a Interatividade, se refere a comunicação entre leitor e jornalista, seja pela troca de e-mails ou comentários e opiniões deixadas pelo público, sendo possível inferir que o jornalista fica mais próximo do público por meio dessa interatividade. Além disso, a própria navegação por meio de hipertextos e hiperlinks também pode significar uma interatividade. Há de se notar também que a Interatividade pode se dar pelo próprio caminho construído pelo site, como discutido pelo autor:

Machado (1997) ressalta que a interatividade ocorre também no âmbito da própria notícia, ou seja, a navegação pelo hipertexto também pode ser classificada como uma situação interativa. Adota-se o termo multi-interativo para designar o conjunto de processos que envolvem a situação do leitor de um jornal na Web. Diante de um computador conectado à Internet e a acessar um produto jornalístico, o Utente estabelece relações: a) com a máquina; b) com a própria publicação, através do hipertexto; e c) com outras pessoas – autor(es) ou outro(s) leitor(es) - através da máquina. (PALACIOS, 2002, p. 3).

A interatividade talvez seja um dos primeiros aspectos a serem observados no jornalismo digital. Ao ler a matéria, o consumidor da notícia não é simplesmente leitor, mas pode também ser alguém que irá articular suas ideias com o próprio meio de comunicação, assim como com outras pessoas que também queiram participar daquele espaço. A caixa de comentários dos sites e portais de notícias são o grande exemplo do aspecto da interatividade: hoje as pessoas conseguem dar não só feedbacks sobre tudo o que leem, como também podem opinar e questionar os conteúdos oferecidos pelos sites jornalísticos.

E referente aos comentários, podemos apontar que por meio deles, é possível ver certos posicionamentos correntes na sociedade naquele momento. A título de exemplo, como será visto nas análises e discutido mais profundamente, os comentários das notícias sobre estupro coletivo mostram opiniões sobre o assunto, tal qual a culpabilização da vítima em alguns momentos.

Canavilhas (2001) aponta que a interatividade acontece principalmente porque o meio permite que o leitor aja com imediatismo (e dadas as devidas diferenças entre o uso de diferentes termos pelos autores, como jornalismo digital ou webjornalismo, vale aqui apontar suas visões complementares). “Numa sociedade com acesso a múltiplas fontes de informação e com crescente espírito crítico, a possibilidade de interação direta com o produtor de notícias ou opiniões é um forte trunfo a explorar pelo webjornalismo” (CANAVILHAS, 2001, p. 2). Diferentemente do jornal tradicional, o leitor no jornalismo digital pode imediatamente se comunicar com o jornalista ou até mesmo com o veículo de comunicação, como acontece nas caixas de comentários dos portais de notícias e nas redes sociais de cada empresa jornalística. E Canavilhas (2001, p. 3) acrescenta também que essa interatividade tem um papel fundamental para além de ser simplesmente um aspecto técnico: “Para além da introdução de diferentes pontos de vista enriquecer a notícia, um maior número de comentários corresponde a um maior número de visitas, o que é apreciado pelos leitores”.

Finalmente, outro aspecto de extrema importância sobre a interatividade do jornalismo digital, segundo Palacios (2002), se refere às redes sociais, tais como Facebook, Instagram, Twitter, entre outras. Por meio delas, os leitores podem se manter em contato com os veículos de comunicação, além de poderem ampliar o espaço de diálogo para além da caixa de comentários dos próprios sites, o que prova que a internet proporciona ao jornalismo um ambiente interativo e que, em tese, convida os leitores a se posicionarem. A interatividade, como podemos ver, é um dos grandes trunfos desse meio, já que a interatividade com outros meios, tais como os tradicionais rádio e televisão, nem sempre se dá.

O terceiro aspecto, segundo Palacios (2002), diz respeito sobre Hipertextualidade, que consiste na conexão entre textos através de links, ou seja, criar conexões entre os conteúdos produzidos seja para complementar o assunto tratado na notícia, seja para levar o leitor a um contraponto. A conexão de textos é uma forma peculiar do jornalismo da web de conseguir colocar o leitor em diálogo com sua produção e de indicar um possível caminho a ser seguido pelo leitor – mas sem retirar a autonomia do leitor em seguir por aquele caminho ou não, deixando espaço para que ele escolha se quer ou não acessar tais conteúdos.

E por meio de hiperlinks, o jornalismo digital pode também poupar espaços e assim, oferecer o conteúdo e a informação mesmo poupando caracteres. A isso, Canavilhas (2001) acrescenta que a hipertextualidade convida os jornalistas a repensarem a forma mais clássica de se escrever uma notícia, tal qual a pirâmide invertida. “No webjornalismo não faz qualquer sentido utilizar uma pirâmide, mas sim um conjunto de pequenos textos hiperligados entre si. Um primeiro texto introduz o essencial da notícia estando os restantes blocos de informação disponíveis por hiperligação” (CANAVILHAS, 2001, p. 3). A produção de textos menores e mais rápidos preenchidos por hiperlinks então seria uma nova forma de se estruturar um texto no ambiente online.

E a partir da hipertextualidade que afeta jornalistas em sua forma de escrever e noticiar, tem-se também o leitor se adaptando ao meio no momento de ler. Segundo Canavilhas (2001, p. 4), a hipertextualidade propicia uma leitura não linear principalmente pela integração de diferentes elementos multimédia:

Quer isto dizer que perante um texto ou imagem se verifica imediatamente uma associação mental entre os dois campos. Assim, a disponibilização de um complemento informativo permite ao indivíduo recorrer a ele sem que isso provoque alterações no esquema mental de percepção da notícia. Esta estrutura narrativa exige uma maior concentração do utilizador na notícia, mas esse é precisamente o objetivo do webjornalismo: um jornalismo participado por via da interação entre emissor e receptor.

Como será possível ver nas análises dessa dissertação, a questão sobre a pirâmide invertida, bem como sobre o tamanho das matérias como resultado dessa maneira diferente de se noticiar na internet, é um dado notável quando observamos o jornalismo digital. No entanto, como apontaremos, o leitor corre o risco de ficar sem informações caso o veículo não disponibilize justamente os hiperlinks que levem ao aprofundamento do conteúdo. Nesse sentido, o que está em jogo quando a linguagem da internet opta por poupar espaços e caracteres é a própria completude da informação.

E quando falamos sobre o aspecto da hipertextualidade, podemos pensar que leitor de jornal impresso pode também ter total liberdade e ler as notícias na ordem em que quiser, mas a internet acrescenta um detalhe extra a essa liberdade: enquanto lê no papel, o leitor fica restrito às notícias que estão naquele espaço físico, não conseguindo acessar notícias antigas ou até mesmo conteúdos diferentes daquela edição. Na internet, o leitor consegue navegar por conteúdos anteriores, outros veículos jornalísticos que podem oferecer pontos de vista diversos sobre os fatos apresentados e, através dos hipertextos, percorrer o mapa dos sites chegando até mesmo em atualizações do mesmo fato – quando uma notícia é publicada em um período e, horas depois, o site publica uma segunda notícia contendo algum novo dado sobre o assunto.

No entanto, mesmo esse sendo uma característica marcante do jornalismo digital, é possível observar que alguns sites e portais mantêm apenas a indicação de conteúdos recém publicados pelo veículo e que, em sua maioria, não têm relação alguma com o texto que está sendo lido pelo leitor – diferentemente de oferecer hiperlinks dentro das matérias, levando o leitor a conteúdos de temática parecida ou sobre o mesmo fato noticiado. Apesar disso ainda representar um caminho oferecido ao leitor, bem como a possibilidade de que ele possa escolher quais conteúdos acessar, nos casos de não ter relação com o texto lido, o leitor pode ficar sem mais detalhes sobre o assunto – como no caso do leitor querer acessar um conteúdo mais antigo, por exemplo. Isso será possível observar mais à frente nas análises também.

Com isso, tem-se o quarto aspecto, que é a Customização/Personalização do conteúdo. O autor aponta que o produto jornalístico na web é passível de organização a partir dos interesses do leitor. Como exemplo apresentado por Palacios (2002), há sites que permitem a filtragem de assuntos de interesse e uma hierarquização sobre o que o usuário quer ver. Ou seja, a autonomia que o leitor exerce é tamanha que até então não havia existido de tal forma – podendo passar por todo o conteúdo já produzido da maneira como bem entender. Como exemplo, no portal G1, o leitor pode escolher acessar os conteúdos somente por região do país em busca de textos sobre a sua cidade, o que lhe pouparia a leitura de textos que falem de assuntos nacionais mais amplos.

E isso, nos leva a pensar sobre a formação de uma “bolha” em volta do leitor. Ao conseguir personalizar da maneira como bem entender, ele corre o risco de não “ser alcançado” por conteúdos, ideias e opiniões que destoam da sua, o que pode ser um ponto negativo para a construção do senso crítico e da ampliação do conhecimento de mundo dessas pessoas.

A memória, como quinto aspecto para Palacios (2002), mostra-se como importante e diferenciador conforme o manuseio de um grande volume de dados e informação é mais viável por meio da web. Ou seja, no ambiente online, além de não ter como empecilho a limitação do espaço físico, é possível também disponibilizar ao público o acesso ao conteúdo, permitindo a manutenção da memória, já que o jornalismo, em via de regra, registra o cotidiano e as diversas questões da sociedade como um todo. “Desta maneira, o volume de informação anteriormente produzida e diretamente disponível ao Utente e ao Produtor da notícia é potencialmente muito maior no jornalismo online, o que produz efeitos quanto à produção e recepção da informação jornalística” (PALACIOS, 2002, p. 3).

Até então, eram necessários grandes espaços para que se pudesse guardar todos os arquivos produzidos pelos meios tradicionais, como rádio, televisão e jornal. Hoje, com a

virtualidade da web, o espaço físico perdeu seu valor, abrindo brecha para que uma infinidade de produtos pudesse ser manuseada, veiculada e, principalmente, armazenada. Além disso, o conteúdo está nas mãos dos leitores, que sempre que quiserem, podem efetuar uma busca nos sites e encontrar notícias de longas datas, tendo o acesso da memória facilitado.

Importante destacar também que esse ponto se relaciona com o fato de que além da virtualidade do espaço, ocorre também a virtualidade do tempo, o que reforça esse caráter do jornalismo digital. Quando o tempo deixa de ser importante, ou seja, o acesso ao conteúdo pode acontecer a qualquer momento e de qualquer lugar, a memória torna-se também possível da mesma forma – a qualquer momento e de qualquer lugar – e esse talvez seja um dos aspectos mais importantes da internet: o registro do mundo de forma mais próxima do usuário.

Mesmo assim, nas análises, pudemos observar que nem sempre o conteúdo fica localizável ao leitor, mesmo havendo essa possibilidade por conta dessa virtualização do espaço e do tempo. Em alguns sites, sentimos dificuldade para localizar os conteúdos publicados pelo portal, bem como a retirada dos conteúdos conforme o tempo avança.

Além desses aspectos, outro apontado por Palacios (2002) é a Instantaneidade/Atualização contínua, o que está relacionado diretamente com a rapidez de acesso e a facilidade sobre o conteúdo digitalizado, permitindo a edição do conteúdo sempre que necessário e de modo instantâneo. Voltamos a falar da importância da perda das barreiras de tempo e espaço, já que na web, o conteúdo pode ser revisitado e produzido de qualquer lugar e a todo momento.

A rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas tecnologias telemáticas, permitem uma extrema agilidade de actualização(sic) do material nos jornais da Web. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse. (PALACIOS, 2002, p. 3).

Todas essas características apontadas pelos autores nos mostram que a internet propiciou e ainda propicia as transformações sobre as formas de se fazer jornalismo. Da mesma forma como a estrutura textual se transformou com o uso de hiperlinks, que o relacionamento com a memória e com o armazenamento dos conteúdos produzidos se transformou a partir da infinidade da internet, a própria relação dos leitores com o jornalismo se remodela nesse processo. E as consequências trazidas por essas características reformularam o jornalismo em suas mais diversas esferas, seja na produção, veiculação e até mesmo em suas facetas mais subjetivas, como a visão de que o jornalismo deve ser produzido tendo como foco a verdade e a veiculação de fatos e a formação de senso crítico da sociedade.

O jornalismo na web permitiu a ampliação do debate – mesmo que superficialmente – e a veiculação de diferentes ideias presentes na sociedade. Esse detalhe, inclusive, faz com que a internet possa ser vista como um “espelho”. As discussões presentes nos espaços de comentários dos sites noticiosos, bem como nas redes sociais, podem servir como pontos de observação sobre a conexão entre o jornalismo e seu público. O jornalismo digital acaba, então, revelando outros lados, apresentando novas conjunturas.

A autora Pollyana Ferrari (2014) discute sobre a reformulação que o jornalismo digital operou na profissão de jornalista e até mesmo na postura profissional e formação acadêmica dos jovens que iam em busca de um diploma universitário para atuar na área do jornalismo. Com a internet, os profissionais da área precisaram se reinventar, e principalmente, precisaram aprender a serem multidisciplinares.

Os desafios do jornalismo digital estão relacionados à necessidade de preparar as redações, como um todo, e aos jornalistas em particular, para conhecer e lidar com essas transformações sociais. Além da necessidade de trabalhar com vários tipos de mídia, o jornalismo multimídia precisa desenvolver no repórter uma visão multidisciplinar, com noções comerciais e de marketing. (FERRARI, 2014, posição 537).

Novas possibilidades como a de agrupar diferentes multimídias em uma mesma notícia, como foto, vídeo, áudio ou até mesmo recursos gráficos, como fluxogramas, imagens 3D, entre outras, fizeram com que fosse pedido do jornalista, cada vez mais, conhecimentos diversos em múltiplas partes da comunicação, propondo cada vez mais a discussão sobre onde começa e onde acaba o jornalismo. Como bem apontou Ferrari (2014, posição 706), “a web introduziu aos jornalistas novas formas de escrever”.

A isso somam-se as redações cada vez mais enxutas, propiciadas também pelas infinitas facilidades e possibilidades oferecidas pelo jornalismo digital, além, é claro, como consequência de todo um cenário econômico em constante mutação, que com computadores, aparelhos celulares e aplicativos de mensagens, abriu espaço mais e mais para que o jornalista acumulasse diversas funções – e mais trabalho.

2.3 Jornalismo de portal

Nesse cenário do jornalismo digital em que os sites jornalísticos começaram a surgir e hoje, consolidados, fazem parte da rotina do brasileiro, surgiram os portais de jornalismo que, no início dos anos 1990, apareceram na internet como um ponto de encontro de diversas temáticas – não só jornalísticas.

Segundo Suzana Barbosa (2003) eles apareceram na sua forma mais simples notadamente em 1994, nos Estados Unidos, muito intrincados com os mecanismos de busca da internet, com nomes que logo se tornariam praticamente sinônimo da web, como, por exemplo, o portal Yahoo!. “É quando passam a incluir categorias para abrigar documentos e silos em grupos pré-configurados de acordo com o seu conteúdo – notícias, esportes, previsão do tempo, turismo, cultura, finanças, serviço de calendário, religião, saúde etc.” (BARBOSA, 2003, p. 163). A ideia do portal era ele ser o ponto de partida do internauta, onde ele poderia construir “roteiros de leitura” que quisesse seguir. Ou seja, o leitor teria a liberdade de seguir pelos links que quisesse e ir construindo seu próprio caminho dentro dos portais, a partir de diferentes “temáticas”.

Os portais, sendo assim, são sites que “aglomeram”, “convergem” e distribuem conteúdos de várias fontes e sendo um ponto de encontro para sites externos ou até mesmo outros sites internos do portal. Segundo a autora Pollyana Ferrari (2014), é possível fazer uma analogia com a estrutura dos shoppings, divididos em grandes canais, como as praças de alimentação, as áreas de serviços como sapateiro e chaveiro, bem como os espaços de lojas genéricas.

Aqui no Brasil, a história dos portais também segue o caminho dos portais norte-americanos, que se iniciaram com os mecanismos de busca.

O Cadê, o primeiro nesta categoria a estrear na web em outubro de 1995, expandiu-se baseado no conceito original de portal (página inicial para a experiência das pessoas na WWW), mas logo precisou agregar serviços diferenciados para competir com os grandes portais que estavam chegando, como Altavista, MSN, Yahoo!, todos com versões em português dos seus sítios ou em vias de lançá-las como estratégia de expansão, entre os anos 1998 e 1999. (BARBOSA, 2003, p. 163).

Sua expansão aqui no Brasil então se dá pela adoção pelos provedores de acesso à internet, pavimentando o caminho para portais conhecidos até hoje, propriedades de grandes grupos, como o UOL. O grande interesse dos portais era manter os internautas o maior tempo possível navegando pelos seus conteúdos, e por isso, ao longo dos anos, o acréscimo de mais informação e entretenimento encheu os portais afora. “O formato portal ganha força no Brasil, sobretudo, pelo potencial para convergir grandes audiências e, com isso, visibilidade para o seu conteúdo e serviços, atraindo publicidade e gerando possibilidades para o comércio eletrônico” (BARBOSA, 2003, p. 166).

Algumas críticas começam a aparecer no momento da popularização do modelo de portal, que marcou os anos 1990 da internet brasileira, que na época ocupavam os primeiros lugares em medições de acessos na web. Entre as críticas estavam a padronização da web, a uniformidade de fontes, a homogeneização de conteúdos, entre outros (BARBOSA, 2003).

Nesse sentido, sendo os portais donos de grande parte da atenção recebida na web, o jornalismo se tornou uma das grandes fontes de conteúdo e, obviamente, de audiência, sendo peça chave desses portais.

Além de um formato, os portais contribuem com uma nova categoria para o jornalismo digital: o jornalismo de portal, marcado por uma dinâmica mais ágil, principalmente pela consolidação do modelo de notícias em tempo real ou tempo quase real, as chamadas *hard news* ou *breaking News*. (BARBOSA, 2003, p. 169).

O jornalismo de portal é então considerado uma nova categoria, primeiro pelo fato de ter sido nessa forma de se fazer jornalismo que o modelo de atualização contínua das notícias na internet se consolida, e em segundo, pela maior fragmentação do texto, alterando a forma de se escrever matérias jornalísticas e, segundo Barbosa (2003), alterando até mesmo o conceito de notícia. Outros motivos para caracterizar o jornalismo de portal são a maior utilização de recursos multimídia e o uso de várias fontes de informação (BARBOSA, 2003).

Especialmente sobre a frequência de atualização das notícias, ou até mesmo de publicações nos portais, Pollyana Ferrari (2014, posição 275) acrescenta que:

O que prevalece é a quantidade de informação veiculada. O Terra, por exemplo, ganhou notoriedade e dinamismo em 2001, principalmente durante o atentado terrorista de 11 de setembro aos Estados Unidos, quando colocou na rede um noticiário que continha boas informações e era abastecido minuto a minuto.

Inevitavelmente, a agilidade em atualizar notícias e fatos acomete o jornalismo de portal que vai dando cada vez mais a “cara” do jornalismo digital, implicando muitas vezes na fragmentação da narrativa (BARBOSA, 2003), principalmente quando um fato acontece e vai sendo atualizado ao longo dos dias. Isso, por exemplo, pôde ser visto nas análises, quando um mesmo fato foi noticiado duas vezes em cerca de 24 horas.

Com o passar do tempo, os portais seguiram sendo esse ponto de partida do internauta, mas a web também viu a diferenciação entre os grandes portais, como UOL e Yahoo!, e os portais pertencentes a grandes grupos de comunicação, reconhecidos pela difusão de notícias, como os conhecidos G1, do grupo Globo, e R7, do Grupo Record, entre outros, que com o avanço das tecnologias móveis, passaram a ser acessados não só de computadores, mas também através de smartphones por meio dos aplicativos dos próprios sites.

O acesso cada vez maior às notícias não garantiu que fosse um acesso cada vez mais profundo, reflexivo, em que o leitor/internauta mergulhasse na notícia – ou que fosse um acesso fidelizado, como as assinaturas de jornais. Segundo Ferrari (2014, posição 311), “por ser bombardeado diariamente por uma quantidade avassaladora de informações, o internauta não se sente fiel a qualquer veículo digital”. Nesse sentido, o leitor que acessa as notícias de um determinado portal, pode muito bem acessar as notícias de outro.

2.4 Web 3.0 e dispositivos móveis

A evolução tecnológica e, especificamente a internet, atingiu o mundo todo e, claro, também atingiu o Brasil. As relações pessoais e profissionais vêm sendo alteradas ao longo dos anos com a intensificação do uso das diferentes tecnologias desde os anos 1990. Com o jornalismo e a comunicação como um todo não seria diferente: hoje o público tem acesso à informação de maneira diferenciada, se comparado há vinte anos, e a cada ano que passa, a maneira como as pessoas se informam muda mais e mais rápida.

A internet remodelou as formas de fazer negócio, mudou a forma de ler e se comunicar. Permitiu relacionamentos a distância, trabalhos remotos, imediatismo e, obviamente, uma grande adaptação a esse novo mundo que vem se apresentando já há algumas décadas, sempre em constante evolução. Com a própria pandemia do Coronavírus, que se dá no momento em que essa dissertação é escrita, foi possível ver como a internet favorece essa maneira virtual de viver. Em casa, os trabalhos tiveram que se readequar por meio de videochamadas, assim como as aulas das escolas e as práticas esportivas.

No entanto, para esse trabalho interessa observar a partir do período em que surge no mundo o World Wide Web, um novo universo vivenciado dentro desse sistema tecnológico da internet. Antes dela, as informações já circulavam no cenário online, mas foi com a chegada do WWW que ela começou a ser utilizada para fins, principalmente, comerciais, já no início dos anos 1990.

Permitindo que pessoas “naveguem” por documentos de variados formatos, como textos, vídeos, sons e fotos, a World Wide Web ampliou o sentido de informação massiva e inseriu no mundo todo questões fundamentais como os questionamentos sobre como o jornalismo poderia usar essa ferramenta ao seu favor, para seu próprio funcionamento.

Dessa forma, considera-se que a história da Web tenha três fases conhecidas como Web 1.0, Web 2.0 e por fim, a fase que vivemos atualmente, a Web 3.0. Basicamente, a web 1.0, como fase inicial desse universo, é a web permeada somente por textos e gráficos, na sua forma mais primitiva. A web 2.0, por sua vez, é a fase onde se tem o crescente compartilhamento de informações por meio de blogues e redes sociais, o que amplia o sentido de uso da web por parte dos usuários. E por sua vez, a web 3.0, apontada como a web de hoje, é a fase onde se tem o maior refinamento de dados até então e a apresentação da Web Semântica, com precisão cada vez maior quanto à manipulação da informação e pesquisa realizada pelo usuário, além da utilização e refinamento cada vez maiores dos dados, a integração de diferentes dispositivos e

aplicativos, e a personalização cada vez mais crescente a partir do usuário em uma web baseada em mecanismos de busca e, principalmente, algoritmos.

Segundo Elizabeth Saad Corrêa e Daniela Bertocchi (2012), o algoritmo é um código de programação, é uma série de instruções com a finalidade de resolver um problema. Basicamente, o algoritmo ultimamente tem existido a fim de personalizar o uso da web aos usuários, refinando não somente as buscas efetuadas, bem como as suas maneiras de utilizar a web, seja para consumo, para se informar ou até mesmo se conectar com outras pessoas. Segundo as autoras, o algoritmo atua com a função de retirar informações indesejáveis, dando ao usuário somente o que ele julgaria mais relevante para si mesmo, “conforme um modelo de negócio definido ou de acesso às informações também previamente determinado pelo proprietário do algoritmo” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 130).

Os algoritmos, dessa forma, estão presentes nos aplicativos de música, permitindo que artistas e canções sejam indicados ao usuário a partir dos seus gostos e preferências; nos aplicativos de restaurantes, ao recomendar estabelecimentos que podem agradar mais ao usuário; nas redes sociais, conforme publicações são sugeridas a fim de entreter aquele que está usando a web e até mesmo no emprego da publicidade a ser oferecida ao usuário, refinada com base nos seus padrões de consumo, últimas compras em sites e históricos de pesquisas sobre algum produto.

Os algoritmos reformularam a forma de se viver a internet de uma maneira geral, e aqui o termo da Web Semântica ganha força – em uma era em que os dados precisam, antes de tudo, serem refinados. Corrêa e Bertocchi (2012) apontam que a Web Semântica propõe deixar as coisas “desambiguas”, a semântica, presente nas programações e no cenário ciber como um todo, pretende trazer o caráter “complexo” do mundo físico e ampliar os conceitos, enriquecendo a navegação do usuário e o uso que se faz da web atualmente.

Uma das definições mais precisas para Web Semântica é a de *unambiguous web* (Siegel, 2010). Essa visão coloca a WS como um espaço digital desambiguado, onde máquinas conseguem entender o significado dos dados em diversos contextos e sem interpretações sobrepostas. (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 126).

Hoje é possível viver com uma web que consegue distinguir termos iguais com significados diferentes ao mesmo tempo em que a própria Web Semântica é fruto de um mundo de inovações inimagináveis há cerca de algumas décadas, como aplicativos, bancos de dados e até mesmo as maneiras de socialização existentes hoje permeadas pelo cenário ciber. A comunicação na web ganha outro significado, a partir do momento em que a linguagem nesse ambiente também adquire outras facetas. Algoritmos já não são suficientes isoladamente, é preciso mais para que o refinamento seja cada vez maior e mais especializado e “que só terá

uma dimensão socialmente transformadora a partir do exercício do processo comunicativo” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 125).

E desde então, a criação de conteúdo na internet vem se diferenciando, já que hoje é necessário que ele seja feito a partir de “*tagueamentos*” (por meio de *tags*, ou seja, termos-chave), requerendo técnicas como a de SEO (Search Engine Optimization), na necessidade de tornar o conteúdo “visível para o buscador” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012). Deste modo, é este um momento da web em que a comunicação é, em grande parte, determinada por buscadores, reformulando inúmeras questões comunicativas e, em especial, o jornalismo. Será o jornalismo de hoje dependente desse sistema?

É neste ponto que folksonomias e ontologias constituem-se como elementos-chave para introduzir a significação do mundo real nos processos de busca e uso da rede. São elementos básicos de aproximação entre gerador/usuário de dados por meio de um processo de troca de significados comunicacionais que são incorporados semanticamente ao processo de busca dos sistemas. A presença do comunicador na construção de folksonomias e ontologias – e na instrução do processo construtivo de páginas com links semânticos – será fundamental para a consolidação da WS. (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 128).

Assim, o jornalismo acaba necessitando se questionar, afinal, sobre o que é fazer jornalismo na web. Se de um lado há a maneira de ser do jornalismo, junto com seus dilemas, missões e morais, do outro há todo um arcabouço subjetivo necessário a ser aplicado e vivenciado cada vez mais na contemporaneidade das redações que existem para a web. As autoras se questionam se a função jornalística nesse contexto se reduz à produção da informação e sua disponibilização para o grande universo informativo da web. “Caberá somente à máquina e à intensidade de uso destas plataformas por usuário individual a decisão sobre relevância, recorte editorial, marca jornalística que serão oferecidos ao leitor?” (CORRÊA; BERTOCCHI, 2012, p. 130).

Assim, há alguns anos, os olhos estão voltados para a Web 3.0 e a sua capacidade de transformação do mundo como um todo, a partir do momento em que se tornou possível inferir que as fronteiras entre o *online* e o *offline* já não existem mais, desde que a gama tecnológica da web adentrou as vidas das pessoas em amplo sentido.

Na web 3.0, o jornalismo se transforma conforme o ambiente digital se torna mais complexo, propiciando a circulação de informações cada vez mais, o refinamento das tecnologias usadas no ambiente jornalístico como ferramentas de trabalho, bem como a transformação da própria rotina de trabalho do jornalista. Informar adquire um caráter novo em meio a essa nova era da web, e da mesma forma, a cultura em torno dessa web também acaba se transformando.

E é no contexto da web 3.0 que temos os dispositivos móveis atuando, em certo sentido, como protagonistas. Em 2020, as pessoas se comunicam, se informam, fazem compras, fotografam, enviam e-mails, fazem videoconferências, veem filmes, se entretêm, entre outras coisas, por meio de smartphones, notebooks e tablets alimentados por redes móveis de internet – as conhecidas redes 4G e 5G.

Nesse sentido, a vida ganha um caráter móvel nunca antes visto, trazendo para a palma da mão das pessoas um dispositivo que une milhares de funções em um único lugar. Hoje, por exemplo, a pessoa que busca por uma notícia já não precisa esperar pelo jornal televisivo ou ir até uma banca para comprar a edição daquele dia do jornal impresso: é possível se informar pelo celular ou pelo tablet em qualquer lugar, a qualquer momento.

É possível inferir que as TICs, Tecnologias de Informação e Comunicação, carregam potencial de expressão comunicacional, alterando os “espaços conectados pela internet e interferidos pelos seres humanos que acessam e modificam seus hábitos de consumo através de dispositivos móveis” (SAAD; ORTIZ DE CAMARGO; CARLAN DA SILVEIRA, 2016). Ou seja, hoje em dia, a realidade e a cultura se alteram com essas tecnologias, como acontece com o uso de dispositivos móveis, tais como o celular e o tablet hoje em dia.

As tecnologias mudaram conforme a necessidade dos usuários e a demanda do mercado, e geraram novos comportamentos e relações sem tempo, nem espaço demarcado (SAAD; ORTIZ DE CAMARGO; CARLAN DA SILVEIRA, 2016), e quando olhamos especificamente para os celulares, por exemplo, enxergamos o que as pesquisadoras apontam. Conforme as demandas caminharam pra mobilidade e para a convergência de usos em um único dispositivo com novas linguagens nessa web 3.0, os comportamentos e os contextos foram se transformando. Hoje, são comuns os aplicativos – versões de sites desenvolvidos para serem acessados mais rapidamente por dispositivos móveis –, mas há vinte anos, um aplicativo de uma grande loja de departamentos ou a possibilidade de realizar transações bancárias diretamente da palma da sua mão seria algo distante.

Segundo as pesquisadoras, atualmente, os celulares podem ser chamados como *affordance*, podendo ser traduzidos como algo que perdeu sua função original para outros usos, para ganhar novas funcionalidades – como para se informar, escrever publicações em redes sociais ou ouvir músicas, por exemplo. E se ao pensarmos sobre a web 3.0, a profissão e o cenário do jornalista ganham novas nuances, a sociedade conectada pela mobilidade e com acesso a dezenas de ferramentas e novos meios de se viver o cotidiano também interfere na prática jornalística.

Com o uso de dispositivos móveis, a característica imediatista do ambiente digital se intensifica, e se na web o jornalista já tinha uma relação de instantaneidade com o ambiente digital, com a penetração dos *mobiles* na sociedade isso se intensifica. “Tais dispositivos evidenciam características específicas que denotam novas narrativas, formatos, linguagens ou, pelo menos, transformação do que se tem de mais tradicional no mundo digital para algo que valha a pena ser clicado com os dedos na tela *touch screen*” (SAAD; ORTIZ DE CAMARGO; CARLAN DA SILVEIRA, 2016).

E com a mudança do acesso, o usuário se modifica também, requerendo agilidade e instantaneidade, além da necessidade de novas linguagens, já que a leitura em telas faz com que o conteúdo tenha que ser menor para que a leitura aconteça de forma menos cansativa e podendo ser aprofundada por meio dos hiperlinks (RIVERA-ROGEL, 2020). Hoje, a realidade nos mostra que a tendência é o consumo de conteúdos em mobilidade, o que atinge diretamente a produção jornalística.

Outro ponto a ser pensado diz respeito ao fluxo de informações, que se intensifica, principalmente pela existência das redes sociais, que dividem a atenção dos internautas que muitas vezes são até mesmo acometidos pelas Fake News⁷ (RIVERA-ROGEL, 2020). Além disso, hoje o internauta adquire, pra além de consumidor, um caráter de produtor de conteúdo. Os usuários de hoje podem noticiar fatos, produzir vídeos, podcasts, textos opinativos, enfim, uma série de conteúdos.

Os meios cibernéticos estão em um momento chave, estão definindo sua própria linguagem e formas de fazer comunicação digital, essas novas formas se remetem ao fato de que devem aproveitar ao máximo os recursos que a Web oferece, tais como: multimídia, hipertextualidade e interatividade, que permitem contextualizar a informação, ampliá-la e tê-la disponível a qualquer hora e lugar. (RIVERA-ROGEL, 2020, p. 67, tradução nossa)⁸.

Ou seja, é nesse sentido que o jornalismo precisa se redescobrir (e se reinventar também) ainda em 2020. Se por um lado a credibilidade do jornalista passou a ser questionada, por outro tem-se a necessidade do jornalismo como serviço público de primeira ordem (RIVERA-ROGEL, 2020). Nesse sentido, entender os novos caminhos do jornalismo nesse mundo conectado faz-se imprescindível. A relevância da atualidade imediata, a redução das equipes jornalísticas, a interação com o leitor que não recebe passivamente o conteúdo, a relação de pertencimento do jornalista, cada vez mais alinhado ao veículo para quem trabalha e a inclusão

⁷ O uso do termo Fake News nessa pesquisa se dá à partir do conceito empregado por Rivera-Rogel (2020).

⁸ Los cibermedios se encuentran en un momento clave, están definiendo su propio lenguaje y formas de hacer comunicación digital, estas nuevas formas se refieren a que deben explotar al máximo los recursos que la Web ofrece, tales como: multimedialidad, hipertextualidad e interactividad, que permiten contextualizar la información, ampliarla y disponer de ella en cualquier momento y lugar. (RIVERA-ROGEL, 2020, p. 67).

das redes sociais na rotina jornalística são elementos importantes que revolucionaram o papel e a rotina de trabalho dos jornalistas atualmente (RIVERA-ROGEL, 2020).

Eis que a importância do jornalista atualmente recai sobre a necessidade de se filtrar informações. “Quanto mais informações, comentários e opiniões houver, mais indispensável é o papel do jornalista como intermediário para selecionar, organizar e hierarquizar as informações” (RIVERA-ROGEL, 2020, p. 68, tradução nossa)⁹. Se a informação está por todo lado, é necessário pensar sobre ela, refletir sobre o contexto, filtrar, estar em contato com as fontes, além, é claro, de conseguir dominar as técnicas.

Com esses apontamentos, consegue-se inferir que o papel do jornalista hoje em dia se faz tão necessário quanto antes. Com o grande número de informações em circulação hoje em dia, é necessário ter profissionais que possam tratar a informação de maneira clara, sob critérios éticos e profissionais. As reputações de veículos de comunicação são determinantes atualmente no tocante a oferecer informação verídica, até mesmo, em grande medida, que desmintam informações equivocadas e desinformação em circulação.

2.5 Termos e conceituações

Os estudos sobre o jornalismo presente na web sugerem e pensam sobre inúmeros termos. Segundo a autora Luciana Mielniczuk (2003), alguns dos termos apontados por autores em todo o mundo para estudar e conceituar esse novo jornalismo que começa a surgir no final do século XX são ciberjornalismo, jornalismo eletrônico, jornalismo *online* e jornalismo digital, cada um com uma conceituação diferente.

Na figura abaixo, presente no artigo de Mielniczuk (2003), é possível observar as diferentes conceituações cunhadas pelos estudos sobre o jornalismo produzido para a web, cunhados por diversos autores ao longo do tempo na tentativa de tornar mais fácil o entendimento sobre os diferentes conceitos.

Numa escala, o termo “jornalismo eletrônico” poderia ser indicado como o mais geral, quando se considera a multiplicidade de instrumentos eletrônicos existentes que, ao serem utilizados para a produção de notícias, caracterizaria a produção como tal. Por outro lado, o termo “jornalismo digital” poderia ser assim nomeado a partir do uso de tecnologia digital, tais como câmeras fotográficas e filmadoras digitais. O termo “ciberjornalismo”, por sua vez, ao

⁹ Cuanto más información, comentarios y opiniones hay, más indispensable es la función del periodista como intermediario para seleccionar, organizar y jerarquizar la información. (RIVERA-ROGEL, 2020, p. 68).

utilizar o ciberespaço, ou seja, desse espaço imaterial, virtualizado, que não requer a presença física para o estabelecimento da comunicação, agora existente em rede. O “jornalismo *online*” seria caracterizado como tal conforme tenha sido feita visando, justamente, o *online*, essa forma de conexão e comunicação que permite que as coisas aconteçam em tempo real e em rede. Por fim, o “webjornalismo” seria o tipo mais específico, se comparado com os outros termos, em que diz respeito ao jornalismo feito na web, ou seja, entendendo a separação de Internet e Web.

Figura 1 – Resumo dos termos utilizados para diferentes conceituações nos estudos sobre jornalismo produzido para a web

Nomenclatura	Definição
Jornalismo eletrônico	utiliza de equipamentos e recursos eletrônicos
Jornalismo digital ou Jornalismo multimídia	emprega tecnologia digital, todo e qualquer procedimento que implica no tratamento de dados em forma de bits
Ciberjornalismo	envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço
Jornalismo online	é desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real
Webjornalismo	diz respeito à utilização de uma parte específica da Internet, que é a <i>web</i>

Fonte: Mielniczuk (2003)

Para o presente trabalho, elencamos o termo Jornalismo Digital, por entendermos a necessidade de englobar tecnologias digitais como um todo em seu termo. Sem essas tecnologias, o jornalismo presente na web não seria capaz de existir, o que nos leva a acreditar que englobar todo o cenário digital ao nominá-lo é importante.

Por isso, para a presente pesquisa, usaremos o termo jornalismo digital por entendermos que esse tipo de jornalismo faz parte de todo um universo de instrumentos, linguagens e conceitos que envolvem bits, na mesma medida em que não pretendemos reduzir o espectro que engloba as diferentes tecnologias envolvidas na produção do jornalismo que vai para a web, caso usássemos outros termos, tais como webjornalismo, correndo o risco de deixar de fora inúmeras outras tecnologias por uma questão linguística.

3 VIOLÊNCIA E MULHER: UMA QUESTÃO HISTÓRICA

Ao observar a trajetória das mulheres na sociedade brasileira, é possível encontrar alguns pontos que chamam a atenção: a escravidão de mulheres negras e indígenas no Brasil colonial, levando-as à marginalização da sociedade brasileira e trazendo consequências até hoje, como apontam os números de violência contra a população negra feminina brasileira; o apagamento das mulheres brancas e a negação constante de seus desejos e vontades ao longo da história, relegando-as a serem subservientes, submissas e caladas, tirando delas o direito de exercerem liberdades sociais, políticas, econômicas e, principalmente, sexuais, além de um histórico de estupro matrimonial permitido por lei; uma sociedade patriarcal, construída sob a ótica masculina, apagando as mulheres de sua economia, política e, até mesmo de sua linguagem, quando ao falar sobre homens e mulheres, o gênero usado é o masculino, deixando, exclusivamente o uso do feminino somente aos casos em que o falante se refere a um público totalmente formado por mulheres.

Hoje, tempos depois da luta feminina iniciar suas constantes reivindicações, as mulheres tem sua liberdade garantida em grande parte do mundo, exercendo seus direitos políticos, econômicos, sexuais e sociais, apesar de haver diferenças de gênero que perpassam todos esses campos. No entanto, a violência de gênero ainda assola grande parte das mulheres, principalmente no Brasil – um dos países com os maiores índices de violência contra a mulher.

Nesse panorama, são questionados os caminhos a serem percorridos pelas mulheres para que consigam a verdadeira igualdade de gênero tão debatida ao redor do mundo por diversas pesquisadoras, militantes e pensadoras da área dos estudos de gênero. Enquanto isso, são expostos mecanismos de submissão de gênero e violência que ainda colocam as mulheres em lugares de vulnerabilidade.

3.1 Brasil e violência

O Brasil que hoje conhecemos nasceu do “achamento” dessas terras por povos portugueses que aqui fizeram morada, a fim de conquistar terra, escravos e dinheiro. Segundo Darcy Ribeiro (2015), antes mesmo de chegar aqui, as ações colonizadoras foram normatizadas pelo Vaticano, sob um sentimento de novas cruzadas, que agora “não se lançavam contra hereges adoradores de outro Deus, mas contra pagãos e inocentes” (RIBEIRO, 2015, p. 32). Ou seja, sob o discurso religioso de que era necessário ensinar a outros povos a “religião certa”,

navegações de homens europeus ancoraram na costa brasileira tendo em mente tudo aquilo que queriam conquistar.

Quando chegaram aqui, encontraram uma pluralidade de indígenas que viviam suas vidas tendo por base o contato com a natureza e uma forma de enxergar o mundo completamente diferente. Estilo de viver que, aliás, se chocou com os colonizadores recém chegados, que consideravam o estilo indígena de ser algo inútil e bárbaro. “Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestatia” (RIBEIRO, 2015, p. 36).

Do embate de culturas e mundos, vieram as pestes que mataram milhares de indígenas ao longo dos primeiros anos da colonização, trazidas pelos navios que navegaram por meses em alto mar. “Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois, pela dizimação através de guerras de extermínio e da escravidão” (RIBEIRO, 2015, p. 37). Com o passar dos anos, a população indígena que sobrevivia às pestes era feita escrava, juntamente com a população negra trazida da África. Segundo Ribeiro (2015, p. 42), “para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava a escravidão”.

Dessa forma, a formação da sociedade brasileira se deu em meio a colonização portuguesa que tinha como base a escravidão de indígenas, que predominou por cerca de um século (RIBEIRO, 2015), como a de negros trazidos da África, para sofrerem por mais de 300 anos em regime escravocrata.

Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados. Em seu lugar haviam se instalado três tipos de novos povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos africanos dos engenhos e portos. Outro, disperso pelos vilarejos e sítios da costa ou pelos campos de criação de gado, formado principalmente por mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios incorporados à empresa colonial como escravos de outros núcleos ou concentrados nas aldeias, algumas das quais conservavam sua autonomia, enquanto outras eram regidas por missionários. (RIBEIRO, 2015, p. 42).

Nesse meio tempo, ficou claro que a colonização pela emancipação religiosa da Igreja Católica serviu apenas como discurso. Na prática, a violência e a busca por riquezas é o que moveu a colonização portuguesa, o que gerou dois polos entre os portugueses, ambos silenciando indígenas e, de certa maneira, colaborando para o desencontro étnico e uma noção violenta de nação: jesuítas e portugueses em busca de riquezas, ambos buscando realizar aquilo que achavam ser o certo. “Configuram-se, assim, duas destinações cruamente opostas,

desfrutando cada qual, o predomínio na dominação do Novo Mundo. De um lado, a dos colonos, à frente dos seus negócios. Do outro lado, a dos religiosos, à frente de suas missões” (RIBEIRO, 2015, p. 46).

Como diz Darcy Ribeiro (2015), o projeto colonial se deu por “guerra genocida”, que deu espaço para a formação de classes altas e que, ainda hoje, fazem parte do funcionamento brasileiro. Segundo Ribeiro, ainda hoje a mentalidade cultivada desde a colonização, regula as diferenças sociais e, sem dúvida alguma, as violências orquestradas diariamente contra as populações mais pobres.

Tal é a força dessa ideologia que ainda hoje ela impera, sobranceira. Faz a cabeça do senhorio classista convencido de que orienta e civiliza seus serviçais, forçando-os a superar sua preguiça inata para viverem vidas mais fecundas e mais lucrativas. Faz, também, a cabeça dos oprimidos, que aprendem a ver a ordem social como sagrada e seu papel nela prescrito de criaturas de Deus em provação, a caminho da vida eterna. (RIBEIRO, 2015, p. 55).

Assim acontece ao longo dos anos a formação da sociedade brasileira e dos brasileiros, propriamente ditos. Da mistura entre negros, brancos e indígenas, os brasileiros sofreriam, segundo Ribeiro, com a busca pela própria identidade. Não reconhecendo-se portugueses, nem indígena, nem africano, os nascidos aqui tinham que buscar o próprio reconhecimento. “É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas” (RIBEIRO, 2015, p. 96).

Com o combate às culturas indígenas a partir da ideia do colono de que culturas diferentes eram consideradas “menores”, ideias essas que prevalecem até hoje; atingido pelo racismo de que povos africanos deveriam ser escravizados, violentados e agredidos, assim como a exclusão operada pelo colono branco, o brasileiro se constituiu naquilo que não era, ou seja, se constituiu como não sendo indígena, negro, tampouco branco. Para Ribeiro (2015, p. 98), somos latinos tardios “desculturados” de nossas matrizes ancestrais e herdeiros das sobrevivências dessas mesmas matrizes.

Surge então uma sociedade dada por contrastes culturais tão gritantes, que ao longo dos anos se constitui sob violência. “A feita verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, sociais, raciais, etc.” (RIBEIRO, 2015, p. 127). Sua história nos faz inferir que, talvez, os grandes índices de violência existentes ainda hoje tenham raízes lá atrás, em sua formação social, que juntamente da violência e do poder bélico dos colonos opressores, instituiu classes reinantes que construíram uma nação à sua forma de ser e viver. O caráter do choque entre as populações indígenas, de negros e brancos

foi, segundo Ribeiro (2015, p. 127), altamente conflitivo, sendo possível afirmar que vivemos em estado de guerra latente e frequentemente sangrento.

Ou seja, os embates, as lutas e a violência fizeram e ainda fazem parte da socialização. Ancorada em diferenças sociais, raciais e de econômicas, a sociedade brasileira encarna no seu cotidiano, ainda hoje, a violência que tanto fez parte da sua formação e da sua maneira de ver o mundo. Em uma sociedade formada com base na exclusão, escravidão e marginalização de povos inteiros, as heranças violentas ainda se sobressaem, como aconteceu ao longo de sua história por meio das inúmeras guerras, revoltas e revoluções que se deram pela história do Brasil.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucas os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os possesores e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 2015, p. 127).

A violência, assim, presente até hoje nas entrelinhas e subjetividades brasileiras, torna-se peça chave para pensar essa sociedade. Por sua vez, o que é então a violência?

Para entender o que é, bem como seus sentidos, Marilena Chauí inicia a discussão refletindo sobre a ética. Inicialmente, a ética é o que configura o agente ético, que por sua vez será um sujeito ético, racional e consciente, capaz de realizar ações pensadas e responsável pelo que faz. “A ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade” (CHAUÍ, 2018, p. 29). Isto quer dizer que a ação realizada por um sujeito racional será ética se estiver de acordo com o justo e com o bom dessa sociedade e for consciente. Posto isso, violência é:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (CHAUÍ, 2018, p. 35).

O sentido de violência se opõe à ética por tratar seres como coisas desprovidas de sentimentos e racionalidade. A violência é aquilo que vai contra outros como se fossem coisas, que com brutalidade atenta contra a natureza de um ser. Se é isso a violência, é evidente que ela “se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos, instrumentos

para o uso de alguém” (CHAUI, 2018, p. 36). A violência, ao destituir uma pessoa de suas liberdades e operar sobre ela o controle de outro sobre seu corpo, suas ideias, seus direitos, coisifica pessoas e suas vidas. “A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro ou por ser um outro, sua manifestação mais evidente se encontra na prática do genocídio e na do apartheid” (CHAUI, 2018, p. 36).

Também, em amplo sentido, é o que Marilena Chauí (2018) aponta sobre a marginalização de classes sociais mais baixas, a escravidão de negros ao longo de 300 anos, e o estupro que assola as mulheres brasileiras todos os dias desde o período colonial brasileiro.

Em outras palavras, nossa sociedade opera a naturalização das desigualdades econômicas e sociais e das diferenças étnicas, consideradas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores, assim como naturaliza diferenças de gênero, levando a aceitação de todas as formas visíveis e invisíveis de violência. (CHAUI, 2018, p. 44).

A população brasileira que convive não só com a violência direta nas cidades e nos campos, mas também que indiretamente maltrata, exclui e atinge parcelas inteiras de pessoas, violenta seus setores mais pobres, relegando-os à miséria e ao sofrimento. “A violência está de tal modo interiorizada nos corações e nas mentes que a desigualdade salarial entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são considerados normais” (CHAUI, 2018, p. 48).

Apesar disso, segundo Chauí, é popularizado o discurso da não violência brasileira, o que opera, de certa forma, como engrenagem para qualificar o genocídio de populações inteiras no Brasil. “A narração política da “histórica feita sem sangue” opera como alicerce para construção mítica da sociedade brasileira como a boa sociedade, una, indivisa, pacífica e ordeira” (CHAUI, 2018, p. 37). Ao manter esse discurso de uma história em que o Brasil se formou sem violências, ignorando as dezenas de revoltas ocorridas na história política do Brasil, cria-se uma imagem pacífica de um povo que, ainda hoje, mantém índices altíssimos de violência e está entre os primeiros lugares em rankings de países com maior índice de assassinatos¹⁰.

¹⁰ UNODC. Brasil tem segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, diz relatório da ONU. In: United Nations Office on Drugs and Crime. **UNODC**. Brasília, DF: UNODC, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-amrica-do-sul--diz-relatorio-da-onu.html#:~:text=Vídeos-,Brasil%20tem%20segunda%20maior%20taxa%20de%20homicídios%20da%20América%20do,Venezuela%2C%20com%2056%2C8>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Dois aspectos são relevantes nessa narrativa da história política nacional: em primeiro lugar, oculta que a passagem de colônia a império e de império a república foi realizada por golpes de Estado, marcando com este selo nossa história política no correr do século XX e início do século XXI; em segundo, silencia todas as revoltas e rebeliões que marcaram a história política nacional (Inconfidência Mineira, Revolução Praieira, Palmares e as revoltas dos escravos com o surgimento dos quilombos, Canudos, Contestado, Revolta Farroupilha, Revolta da Chibata, Coluna Prestes, Revolta de 1935, para mencionarmos apenas algumas e não nos referirmos às guerrilhas nas décadas de 1960 e 1970). (CHAUI, 2018, p. 36-37).

Com essa imagem pacífica, cria-se a ideia de que a violência brasileira, apesar de ser um fato, está distante. Segundo Chauí (2018), produz-se imagens de violência, principalmente pela linguagem, que servem como uma forma de ocultar a realidade violenta. Este mesmo distanciamento separa os lugares onde a violência está e aqueles onde a violência não está – os atores violentos no Brasil e os atores não violentos – o que demarca mais ainda as diferenças sociais e raciais desse país.

Essas imagens têm a função de oferecer uma imagem unificada da violência que seria como que o núcleo delas. Chacina, massacre, vandalismo, guerra civil tática, indistinação entre polícia e crime e desordem pretender ser o lugar onde a violência se situa e se realiza; fraqueza da sociedade civil e debilidade das instituições políticas são apresentadas como impotentes para coibir a violência, que, portanto, estaria localizada noutro lugar e não nas próprias instituições sociais e políticas. O conjunto dessas imagens indica a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos portadores de violência, e de outro, os grupos impotentes para combatê-la. (CHAUI, 2018, p. 39).

Com isso, opera-se alguns mecanismos, já que, em uma sociedade não violenta, se houver violência, ela é praticada por quem não faz parte dessa nação – uma tentativa de forças e reforçar a ideia de que a violência não é parte da sociedade brasileira. Segundo Chauí (2018), esses mecanismos são exclusão, distinção, jurídico e inversão do real. O primeiro diz respeito a essa tentativa de afirmar que a sociedade brasileira não é violenta, e havendo violência, ela só pode ter sido praticada por gente não pertencente a essa nação. “O mecanismo da exclusão produz a diferença entre um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos. ‘Eles’ (vândalos, desordeiros, bandidos) não fazem parte do ‘nós’, então estão excluídos da gente brasileira” (CHAUI, 2018, p. 40); o segundo mecanismo diz respeito a distinguir aquilo que é acidental e do que é essencial, ou seja, segundo essa lógica, se “por essência, os brasileiros não são violentos, e, portanto, a violência é acidental, um acontecimento efêmero, uma ‘onda’, ou uma doença passageira, uma ‘epidemia’ ou um ‘surto’ localizado na superfície de um tempo e de um espaço definidos.” (CHAUI, 2018, p. 40); por sua vez, o terceiro mecanismo é jurídico, reduzindo a violência ao campo da delinquência e criminalidade. “Esse mecanismo permite, por um lado, determinar quem são os ‘agentes violentos’ (de modo geral, ladrões e assassinos pertencentes às classes populares), e, por outro lado, legitimar a ação policial contra a população

pobre[...].” (CHAUÍ, 2018, p. 40); outro mecanismo aplicado é aquele que a autora chama de sociológico. “Atribui-se a ‘onda’ ou ‘epidemia’ de violência a um momento definido do tempo, aquele no qual se realiza a ‘transição para a modernidade’ das populações que migraram do campo para a cidade e das regiões mais pobres (Norte e Nordeste) para as mais ricas (Sul e Sudeste)” (CHAUÍ, 2018, p. 40); e finalmente, segundo a autora, o quarto mecanismo opera como a inversão do real, na tentativa de transformar a lógica e apresentar a violência como não violência.

Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção à natural fragilidade feminina, proteção que inclui a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas de si próprias, pois, como todos sabem, o estupro é um ato feminino de provocação e sedução; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a natural inferioridade dos negros e dos indígenas; a repressão contra os homossexuais é considerada proteção natural aos valores sagrados da família e, agora, da saúde e da vida de todo o gênero humano ameaçado pela aids, trazida pelos degenerados. (CHAUÍ, 2018, p. 39).

Vê-se, dessa forma, que a sociedade brasileira procura localizar a violência existente no outro, nunca em si mesma. Aqui acrescento que a busca de transformar os agentes da violência em atores externos, não pertencentes a sociedade brasileira ou simplesmente taxar suas atitudes como “surto” ou “epidemia”, normaliza atitudes violentas e não permite que a violência seja vista como algo possível de ser combatida por sua proximidade – o que permite pensar na tentativa de sempre enquadrar homens estupradores como loucos, e não como criminosos, como são, ou na tentativa de culpar a vítima como se fosse culpa dela qualquer ato ocorrido.

A sociedade brasileira, construída sobre bases violentas, acaba transformando as narrativas de forma a tornar a violência algo externo, não reconhecendo que, ao mesmo tempo, naturaliza as mazelas e violências operadas contra classes sociais mais pobres, contra negros, marginalizados e assassinados em maior número no Brasil, e contra mulheres, alvo de violência doméstica e sexual. Chauí (2018, p. 44) aponta que a sociedade brasileira naturaliza as desigualdades econômicas e sociais, bem como as desigualdades raciais, da mesma forma que também aceita todas as formas de violência.

Com essa narrativa de tentar distanciar a violência da nação brasileira, de certa forma silenciando-a, transformando-a em algo externo ao brasileiro, tem-se o discurso da violência se transformando em uma arma de medo, já que o temor transforma em refém aquele que teme. Segundo Cyro Augusto Pachicoski Couto (2011), um dos grandes paradoxos da cultura do medo é que os grandes problemas, por mais medo que causem, continuam sendo ignorados. A cultura acaba por ser moldada pelo medo e estigmatizada pela violência.

Entender o sentido da violência no contexto da sociedade contemporânea torna-se essencial para desvendar o impacto das manifestações culturais, ora confundidas com entretenimento, e vital para a análise da conjuntura atual. A violência configura-se como uma linguagem singular e expressa por diversos grupos, na tentativa de obtenção de visibilidade e poder. (COUTO, 2011, p. 52).

A representação social da violência, a noticiabilidade¹¹ de crimes e violações a todo o momento, ampliam o medo em uma sociedade que acaba por consumi-lo. O medo social produzido acaba por tecer uma nova cultura e novos padrões éticos, alterando a vida cotidiana como um todo (COUTO, 2011, p. 51). A isso lembramos de programas policiais que se pautam pelo sensacionalismo e pela caricatura da violência, favorecendo a narrativa do medo contra a violência e o crime, e gerando formas diferentes de se viver nas cidades, principalmente pelo medo e pela sensação de insegurança.

É o que observa Chauí a respeito da violência estampada em notícias veiculadas pelo jornalismo. Segundo a autora, estetizou-se a violência ao difundi-la e fazê-la ser consumida como informação. “A imagem do mal e a imagem da vítima são dotadas de poder midiático” (CHAUÍ, 2018, p. 257). Pensamos, nesse sentido, no jornalismo que retrata as violências, enquadrando-as conforme o discurso a ser transmitido e a narrativa a ser contada, transformando em imagens as guerras que circulam o mundo e trazendo a violência para tão perto de seus espectadores, acrescentando a ela um caráter cotidiano, corriqueiro e natural para o funcionamento das cidades e do mundo – e apesar disso não garantir que os espectadores se tornem insensíveis com tudo isso, como será discutido posteriormente com base nas reflexões de Susan Sontag (2003), é necessário observar que Chauí (2018) aponta sobre esse “poder midiático” existente sobre a violência de uma maneira a tentar negar essa mesma violência exibida por meio dos mecanismos citados.

Olhemos, por um instante, o fenômeno espetacular em que a violência é negada no momento mesmo em que está sendo exibida. Falo, aqui, da produção de várias imagens da violência que ocultam a violência real. Esse ocultamento é impressionante porque ocorre no próprio instante em que os meios de comunicação de massa expõem e exibem atos de violência. (CHAUÍ, 2018, p. 38).

Especificamente no Brasil, a violência urbana – com assaltos, furtos, sequestros, crime organizado, milícias e a guerra entre bandidos e todas as vítimas do sistema – divide espaço

¹¹ Os critérios de noticiabilidade é o que Traquina (2005, p. 79-84 *apud* ROSSIGNOLLI; ASSÊNCIO; CORDENONSI, 2013, p. 2-4) aponta como os critérios usados pelos veículos de comunicação para definir se um fato deve ou não ser veiculado. Tais critérios são morte, notoriedade, proximidade, relevância, tempo, novidade, notabilidade, conflito e infração e classificam um fato como publicável ou não.

com a violência doméstica¹², em que mulheres e crianças se tornam reféns da violência cometida por homens próximos, como maridos, pais e namorados. Quando retomamos a discussão de Chauí sobre se estetizar a violência, podemos pensar sobre as recorrentes notícias sobre violência contra a mulher que atinge os espectadores diariamente, podendo transformar os altos índices de violência de gênero em algo naturalizado e cotidiano. E mais do que isso, quando se observa esses mecanismos para se distanciar o brasileiro dos seus atos violentos, é possível desassociar a ideia de que as violências contra as mulheres são perpetradas por homens comuns.

E a discussão sobre a Banalidade do Mal, cunhada por Hannah Arendt, abre espaço para pensar sobre esse movimento de tornar cotidiana a violência, destituída de seu valor moral como algo a ser combatido em quaisquer circunstâncias. Ao relatar o julgamento de Adolf Eichmann, membro do Partido Nazista e responsável por grande parte da logística que matou milhões de judeus ao longo dos anos 1940, a pensadora política reflete sobre como o mal se destituiu daquela imagem monstruosa e imaginada, e analisa o mal cometido por seres comuns, semelhantes a nós, incapazes, muitas vezes, de fazerem julgamentos morais, fazendo da crueldade algo simples, corriqueiro e cotidiano.

A discussão que Hannah Arendt (1999) levanta, entre tantas outras, também se refere a burocratização da violência e da crueldade, como no caso de Eichmann. Para ele, como membro do partido e funcionário do governo, estava apenas seguindo as leis que institucionalizaram a violência, o assassinato em massa e as mais diversas formas de exclusão e diferença dentro de uma sociedade, sem qualquer juízo de valor ou senso crítico sobre o que estava fazendo, como se responder a ordens já bastasse.

Ele cumpria seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei. Eichmann tinha uma vaga noção de que isso podia ser uma importante distinção, mas nem a defesa nem os juízes jamais insistiram com ele sobre isso. As moedas bem gastas das “ordens superiores” *versus* os “atos de Estado” circulavam livremente; haviam dominado toda a discussão desses assuntos durante os julgamentos de Nuremberg, pura e simplesmente por dar a ilusão de que algo absolutamente sem precedentes podia ser julgado de acordo com precedentes e seus padrões. Eichmann, com seus dotes mentais bastante modestos, era certamente o último homem na sala a quem se podia esperar que viesse a desafiar essas ideias e agir por conta própria. Como além de cumprir aquilo que ele concebia como deveres de um cidadão respeitador das leis, ele também agia sob ordens – sempre o cuidado de estar “coberto” –, ele acabou completamente confuso e terminou frisando alternativamente as virtudes e os vícios da obediência cega, ou a “obediência cadavérica” (*kadavergehorsam*), como ele próprio a chamou. (ARENDT, 1999, p. 152).

¹² ÍNDICE de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s.l.], 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34977. Acesso em: 14 dez. 2020.

Adolf Eichmann era um homem comum, inserido em uma cadeia administrativa burocrática. Tinha, entre outras funções, que inspecionar campos de concentração e meios de extermínio usados contra judeus. Acreditava que, como homem do governo, deveria cumprir suas funções, e assim o fez – o que nos leva a reflexão sobre os que cumprem ordens hoje em dia que violentam e excluem pessoas e parcelas marginalizadas da sociedade sem qualquer senso crítico ou questionamento.

A defesa aparentemente teria preferido que ele se declarasse inocente com base no fato de que, para o sistema legal nazista então existente, não fizera nada de errado; de que aquelas acusações não constituíam crimes, mas “atos de Estado”, sobre os quais nenhum outro Estado tinha jurisdição (*par in parem imperium non habet*), de que era seu dever obedecer e de que, nas palavras de Servatius, cometera atos pelos quais “somos condecorados se vencemos e condenados à prisão se perdemos”. (ARENDT, 1999, p. 33).

Diferentemente do que se espera de alguém que é capaz de participar de tamanha atrocidade, como o Holocausto, Eichmann não era nenhum mostro, como bem refletiu e apontou Hannah Arendt (1999). Ao contrário, Eichmann era tão comum quanto qualquer outro homem. “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (ARENDT, 1999, p. 109). Ou seja, pessoas que praticam atrocidades, como as violências cometidas no governo Nazista ou os crimes comumente vistos hoje em dia não necessitam serem monstros para cometerem tais coisas – do mesmo jeito que os homens estupradores, capazes de cometerem tamanha violência contra uma mulher, não são anormais, mas homens comuns que cometem barbaridades.

E juntamente a isso, vê-se pelo relato de Arendt a mediocridade de Eichmann, que pouco conseguia se comunicar se não fosse por meio dos clichês repetidos pelo governo alemão – o distanciamento do pensamento crítico e do julgamento moral e ético envolvido no ato violento. “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDT, 1999, p. 62).

Eichmann era então um homem tomado pela burocracia do governo nazista, que tornava aqueles homens meros cumpridores de ordens. Ao desqualificar seus atos – tais como elaborar toda a logística para o transporte de judeus até o local onde seriam mortos, como era o trabalho de Eichmann – dizendo que simplesmente cumpria ordens, Eichmann demonstra não só a falta de pensamento crítico, como também o “apagamento” de seu lado humano, servindo apenas como uma engrenagem em algo que era visto por tais homens como sendo maior que eles

próprios. “O que afetava a cabeça desses homens que tinham se transformado em assassinos era simplesmente a ideia de estar envolvidos em algo histórico, grandioso, único (‘uma grande tarefa que só ocorre uma vez em 2 mil anos’), o que, portanto, deve ser difícil de aguentar” (ARENDT, 1999, p. 121).

Em vista disso, a banalidade do mal discutida por Arendt (1999) fala sobre homens comuns cometendo crimes, crimes banalizados no cotidiano enquanto a sociedade deixa de combatê-los, muitas vezes sem que se analise, sem que se reflita as amplitudes desses atos, sem que seja feita uma reflexão sobre o peso social dessas violências, desse mal que está sendo cometido. Arendt (1999) discute até que ponto uma pessoa tão comum quanto Eichmann pôde ser capaz de cometer atrocidades contra outra pessoa – ou outras milhares de pessoas, como foi o caso dos membros do partido nazista.

Homens que maltratam mulheres, abandonando-as juntamente de seus filhos, estuprando-as, agredindo-as e as destituindo de suas liberdades e direitos, ferindo não só seus corpos, mas também seus pensamentos e morais, não fazem isso por se transformarem em monstros incompreensíveis, mas da mesma forma que Eichmann, seguem sendo homens comuns que têm atitudes desprezíveis e que devem ser combatidas de maneira racional e jurídica. Homens que se tornam violentos quando não aceitam rompimentos de seus relacionamentos, que se tornam agressivos quando uma mulher recusa uma investida sexual ou que partem para a violência por qualquer outro motivo continuam sendo homens normais, comuns, banais – diferentemente da ideia comum de que são monstros.

Pois as coisas, evidentemente, não eram tão simples quanto os autores da lei tinham imaginado e, mesmo sendo de pouca relevância legal, era de grande interesse político saber quanto tempo leva uma pessoa mediana para superar a sua repugnância inata pelo crime, e o que exatamente acontece com essa pessoa quando chega a esse ponto. O caso de Adolf Eichmann fornecia a essa pergunta uma resposta que não podia ser mais clara e mais precisa. (ARENDT, 1999, p. 109).

O conceito de banalidade do mal, trazido para os dias de hoje, pode ser visto nas barbáries cometidas contra mulheres¹³, negros e a população LGBTQI+. E especificamente quando falamos do assassinato de mulheres no Brasil cometido por pessoas ligadas às vítimas, como maridos, namorados, ex-companheiros, podemos lembrar do conceito de Banalidade do mal, ou seja, homens comuns que, ao cometerem crimes horríveis sem qualquer uso de questionamentos e pensamentos críticos, banalizam a violência e a liberdade de outra pessoa.

¹³ VELASCO, Clara *et al.* Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. **G1**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Da mesma forma, quando pensamos sobre o crime de estupro coletivo, é possível discutir sobre a banalidade do mal: homens comuns em situações cotidianas que destituem a liberdade e a dignidade de mulheres sem que esse ato violento signifique os convidem a refletir.

A banalização do mal cometido por homens estupradores, tão banais em seus modos comuns de ser, em uma relação histórica de violência – como no caso do Brasil – acaba, afinal, por naturalizar também essa violência.

3.2 Violência e mulher: uma relação histórica de gênero, raça e classe

A história das mulheres na sociedade brasileira é marcada por desigualdades e violência. Notadamente patriarcal, a sociedade brasileira iniciou a sua história com a escravidão de indígenas e negros trazidos da África, o que relegou às mulheres de hoje heranças deixadas de séculos vividos sob regimes discriminatórios, violentos e, principalmente, patriarcais – questões essas que serão discutidas adiante.

Ainda hoje, a violência contra a mulher persiste em números altos e alarmantes, e quando se fala sobre violência sexual, as mulheres brasileiras estão entre as que mais sofrem no mundo. O estupro¹⁴ e o estupro coletivo¹⁵ aparecem, então, como formas de violentar a mulher, resultantes de uma estruturação social patriarcal e, principalmente, machista, baseada no poder masculino como regulador da sociedade. Ao longo da história brasileira, as mulheres sofreram com estupros e estupros coletivos, muitas vezes reduzidas à sua sexualidade e inseridas em uma lógica proibitiva em relação ao seu corpo e sua liberdade. Ainda hoje, a virgindade de mulheres é tida como “régua” que mede sua moral e bons costumes, como na tradição¹⁶ ainda presente na região entre a Rússia, Azerbaijão e Armênia que consiste em mostrar os lençóis sujos de sangue na manhã seguinte da noite de núpcias, para provar que a noiva era virgem. Caso não exista sangramento, a noiva pode ser “devolvida” aos seus pais, sofrendo perseguição social e exclusão.

Analisando a realidade das mulheres no Brasil, a violência, tida como elemento constituinte da mestiçagem brasileira, é algo notável e que é necessário analisar quando se

¹⁴ Segundo a lei 12.015, de 07 de agosto de 2009 art. 213. Define estupro como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso (BRASIL, 2009).

¹⁵ Em contrapartida, o estupro coletivo é considerado quando praticado por duas ou mais pessoas contra uma mesma vítima.

¹⁶ ZEYNALOV, Magerram. As antigas tradições de casamento que ainda assombram mulheres. **BBC NEWS Brasil**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48644696>. Acesso em: 14 dez. 2020.

procura detectar, de certa maneira, a origem da violência de gênero contemporânea. Por isso, o resgate histórico que será feito nessa dissertação não irá se ater aos pormenores históricos, como datas, nomes de pesquisadores do âmbito da História ou outros detalhes. Esse resgate será feito aqui com o intuito de pontuar o contexto em que se deu as construções sociais dos papéis exercidos pelas mulheres brasileiras ao longo do tempo, com um olhar mais geral, para nos permitir analisar as relações entre jornalismo e estupro coletivo, pois acreditamos ser importante entender os ambientes e contextos que se deram as muitas disputas de poder que envolveram as mulheres no passado.

A pesquisadora Marina B. Lacerda (2010) discorre sobre a violência sofrida pelas mulheres durante o período colonial brasileiro e a maneira como, curiosamente, as indígenas eram simbolicamente caracterizadas sob uma certa analogia com a exploração da natureza das terras brasileiras, que relacionava o corpo feminino à natureza a ser explorada pelo homem europeu. “A metáfora recíproca entre as figuras significou tanto identificação simbólica entre a mulher (primeiro a indígena, e depois a africana, a branca mestiça e também a e a terra, quanto similitude nas práticas de dominação e exploração, até à devastação” (LACERDA, 2010, p. 28).

A autora resgata que a terra das Américas aparecia representada no imaginário europeu com características sedutoras e com beleza exótica, tida como algo a ser dominado e possuído, como algo feminino. Dessa forma, a relação de analogia entre mulheres e natureza se dava sob a ótica da dominação: deveria se dominar e conquistar a natureza das Américas, bem como suas mulheres. Por isso, “Igualmente se procedeu em relação às mulheres: o tratamento pela via da violência e a descaracterização de sua humanidade, ou de sua dignidade, ao incorporá-las como parte da natureza, ao tratar ambas da mesma forma” (LACERDA, 2010, p. 31).

O corpo das indígenas que aqui residiam, visto como algo a ser conquistado, dominado, possuído – principalmente com bases violentas à partir da noção reinante na época de que haveria povos superiores que deveriam ser respeitados a todo custo – se tornou alvo de sucessivas violências e desumanizações ao longo dos tempos, com o acréscimo do caráter produtor e de interesse econômico da colonização portuguesa.

A mulher e a terra eram metáforas uma da outra não só no sentido da exploração sensorial e sexual, mas também como meios de produção e de reprodução, como propriedades, tendo as mulheres sua sexualidade abusada ou controlada conforme os imperativos da colonização. Isso foi válido não apenas em relação às índias, mas também em relação às negras, às mestiças e às brancas. O controle, os estímulos e os influxos das e às mulheres foram relacionados ao seu papel de reprodutora de braços e de transmissora de valores em função do interesse de colonização. Em função desse papel a mulher foi desgastada e devastada. Ambas, a terra e a mulher, devastadas e controladas, em função não apenas da simbologia de ligação com a natureza, mas em função do papel que desempenham na produção. (LACERDA, 2010, p. 33).

Aliado a isso, havia também os fatores religiosos que ambientavam a visão patriarcal e machista do colonizador português. Além de serem atraentes aos europeus recém chegados, as novas terras também eram o “desconhecido”, o novo, o misterioso, o que garantiu, através da associação entre mulher e natureza, que as mulheres que aqui residiam também adquirissem esse elemento. “A associação entre a mulher e a terra/natureza, portanto, envolvia os mistérios que o corpo feminino e que o território desconhecido invocava; envolvia também a sensação de magia, de segredo e do desconhecido que a gestação e a menstruação sugeriam” (LACERDA, 2010, p. 34).

Com essa noção, o corpo feminino se apresentava aos colonos como algo perigoso, que poderia significar problema aos homens, como antes na história da humanidade – que desde a Bíblia, enquadra a mulher como a tentação, o desvio, o mal, tal qual Eva. “Esta série de identificações, produzidas pelo universo masculino, fazia no Brasil colonial pertencerem ao mesmo imaginário a natureza e a mulher, cercadas das noções de enigma e de perigo” (LACERDA, 2010, p. 34). E bem se sabe que, ao longo da história da humanidade, as mulheres representarem perigo já causou mortes e perseguições, tal qual o período conhecido como Caça às Bruxas. Segundo a autora, isso foi possível ser observado nos sermões de Antônio da Silva que escreveu que o Demônio conserva as mulheres, pois seu intento é fazer da terra todo o mal que pode (LACERDA, 2010).

Todo esse processo, segundo a autora, justificou um projeto de violência contra a terra – que foi explorada sem qualquer consciência de proteção e respeito à fauna e a flora brasileira – e contra as mulheres – que foram estupradas, silenciadas e escravizadas sistematicamente –, qualificando esse sentido de “adestrar”, de “controlar” a mulher, sentido esse que seria passado adiante, de geração em geração, para anos depois ainda normatizar o papel das mulheres na sociedade brasileira.

Esta série de associações provocou e ao mesmo tempo justificou um contra as mulheres, transmitido “verticalmente do violento projeto normatizador modelo cultural dominante às populações femininas”, advindo da necessidade de domesticar a mulher dentro da família, de adestrá-la, de controlá-la, a domar seu caráter “maléfico” resultante da sua “inferioridade física e moral”, de “delimitar” o seu papel”, de “normatizar seus corpos e almas, e esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador”. (LACERDA, 2010, p. 35).

E essa ideia de que havia uma necessidade de se dominar e “domesticar” mulheres foi endossada ao longo dos anos pelo discurso não só religioso, advindo da colônia portuguesa católica, como também médico, reforçando a moral que buscava impor padrões às mulheres, para corresponderem aos interesses reinantes. O discurso médico, por sua vez, reiterava cientificamente os padrões morais e religiosos da época no contexto dos séculos XVI e XVIII

– período em que setores religiosos da sociedade lutavam contra tudo o que consideravam como heresia (LACERDA, 2010).

Nesse contexto, a sexualidade feminina se constituiu no Brasil colônia sob forte discurso religioso e regulação da igreja católica – que tinha grande importância principalmente política em Portugal – e pela lógica patriarcal de dominação e exploração. No entanto, dentro desse contexto, é importante ressaltar que no Brasil colônia as complexidades sociais já se aplicavam, e é de suma importância fazer recortes, como o de raça e classe. Conforme esse controle sobre a mulher e sobre seu corpo foram sendo amplamente reforçados, as mulheres sentiam esse controle de diferentes maneiras, já que estamos falando, ao longo da história brasileira, de mulheres brancas e negras, escravas e indígenas, mulheres pobres e ricas. Com isso, ao olhar em retrospecto para a construção desses valores de vigilância e moral sobre os corpos femininos, é importante lembrar das várias camadas da sociedade brasileira.

Assim, o controle sexual que foi sendo imposto sob o discurso religioso trouxe consequências, principalmente para a nossa miscigenação e configuração social. Com o passar das décadas de colonização, as mulheres ricas, pertencentes às famílias de grande influência política e participação na economia escravocrata eram mais duramente vigiadas sobre a maneira como deveriam se portar perante a sociedade, causando mais repressão sobre sua sexualidade, bem como sobre a sua liberdade profissional – o que não garante que as mulheres brancas no Brasil não tenham sofrido com violências, principalmente sexual, mas sim que sofreram violências diversas em situações diversas, como a violência doméstica e o estupro matrimonial, como será discutido mais adiante.

Entre as famílias ricas vigia o maior controle sexual das mulheres, devido a questões morais e de manutenção da propriedade e da nobreza – com destaque para o papel das famílias de estilo patriarcal; por outro lado, nas classes baixas havia algum espaço de maior liberdade – melhor dizer, de menos repressão – tanto no formato das famílias como no comportamento sexual das mulheres. (LACERDA, 2010, p. 38).

Por sua vez, ao contrário das mulheres pertencentes aos estratos mais altos da sociedade, as mulheres das classes mais baixas trabalhavam e “fugiam da regra”, em certo sentido, dos estereótipos impostos. Nesse contexto, segundo Lacerda (2010, p. 38), “o casamento na vida colonial, como se vê, foi situação excepcional, a não ser nas classes superiores, entre pessoas da mesma cor”. O preconceito racial e a estruturação das classes econômicas fez com que os casamentos formais acontecessem somente nos estratos mais altos da sociedade, configurando não só as expressões da sexualidade feminina no Brasil Colônia, mas principalmente a formação das famílias brasileiras, que nos estratos mais pobres aconteceu de maneira informal e sem a

benção da igreja – o que, naquela época, em que essa Instituição detinha grande importância política e econômica, significava muito.

Esse contexto explica, em grande parte, como aponta Lacerda (2010), a maneira como se estruturaram as famílias brasileiras. Segundo autora, durante o período colonial, havia uma escassez de mulheres brancas no Brasil principalmente pelo caráter das imigrações portuguesas para o Brasil que aconteciam, com um número reduzido de famílias inteiras vindas de Portugal.

Esta se fez para cá apenas excepcionalmente por grupos familiares constituídos – os que vinham acompanhados da família eram membros da fidalguia portuguesa, e permaneciam em geral pouco tempo no novo território. Quase sempre vinham indivíduos masculinos isolados que, quando tinham família, deixam-na na Europa à espera de uma situação mais definida. (LACERDA, 2010, p. 39).

Darcy Ribeiro também complementa esse dado da chegada de poucas mulheres brancas nas navegações portuguesas. Não vieram mulheres solteiras, exceto, ao que se sabe, uma escrava, objeto de disputa. Consequentemente, os recém-chegados acasalaram com as índias, tomando, como era uso na terra, tantas quantas pudessem, “entrando a produzir mais mamelucos” (RIBEIRO, 2015, p. 69).

O preconceito racial, frente a escassez de mulheres brancas, garantiu que a miscigenação raramente ocorresse dentro de casamentos, acontecendo na informalidade dos relacionamentos ou, como é explanado pela autora, por meio da exploração sexual de mulheres, em grande medida indígenas e negras escravas. “A insistência do impacto da falta de mulheres brancas no período colonial se dá porque seriam as únicas capazes de produzir os colonizadores puros, considerando que sua inserção na colônia se relaciona quase totalmente à necessidade de reprodução” (LACERDA, 2010, p. 39).

Ou seja, a miscigenação brasileira, que nos levou a constituição de uma nação de brancos, negros, indígenas e demais misturas ao longo dos tempos, surgiu, em grande medida, por meio da violência. Na ausência de mulheres brancas, a alternativa existente foi a mestiçagem que raramente se deu pelo casamento, ocorrendo principalmente pela exploração violenta (LACERDA, 2010, p. 40).

Como resultado, a mestiçagem ocorrida não se deu majoritariamente pela formação de famílias e casamentos, mas sim, em grande parte, por meio de violenta exploração sexual e negação dos novos estilos de família que começaram a se formar – o que torna possível compreender que a miscigenação da sociedade brasileira foi construída sob bases violentas, machistas e com estupros sucessivos praticados por homens brancos contra mulheres negras e indígenas, algo que reverbera até hoje por meio de estruturas sociais formadas há séculos atrás. Ou seja, se buscamos entender a violência sexual que acomete as mulheres brasileiras ainda

hoje, é necessário entender como se deu a formação dessa mesma sociedade que passou de geração em geração os modos violentos de se viver. Se por um lado a indígena brasileira foi escravizada e violentada, sendo frequentemente associada com o pecado que a religião tanto condena, por outro há a reprodução ano após ano do preconceito racial existente desde o período colonial, bem como da exploração sexual que aconteceu.

Como se vê, foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. Trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família, donde provavelmente herdamos nossos mais fortes hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres, os primeiros mestiços brasileiros. (LACERDA, 2010, p. 45).

Entende-se, por esse breve resgate da violência de gênero contra as indígenas na formação colonial brasileira – e consequentemente aos estratos mais pobres da sociedade que foram se formando nesse período – que as mulheres sempre estiveram em locais de vulnerabilidade, com agravamentos a partir do recorte de raça e classe que deve ser feito, respeitando as complexidades da sociedade brasileira.

Além das mulheres indígenas, que sofreram com a chegada dos europeus e com a exploração econômica e sexual perpetuada na época, as mulheres negras foram acometidas também como vítimas do período escravista que deixou marcas na vida de milhões de brasileiras até hoje, e por isso faz-se necessário diferenciar suas trajetórias da de mulheres brancas, que sofreram opressões diferentes ao longo da história.

Pelos quase 400 anos da escravidão brasileira, elas realizaram serviços diversos, tanto na terra, como dentro das casas dos senhores e, como objetos sexuais desses homens, sofriam não apenas com a violência comum aos escravos como o chicote, a privação de sono e comida e as jornadas exaustivas de trabalho, como também a naturalização de estupro cometido por seus senhores. Segundo Angela Davis (2016), a violência sexual contra mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos tinha um caráter, antes de tudo, racista, além de ser, claramente, uma violência a fim de reafirmar o poder do homem sobre sua criada.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. (DAVIS, 2016, p. 180).

Ou seja, o estupro de mulheres negras ao longo do período da escravidão norte-americana era uma das diversas formas de reafirmar a soberania masculina e a posse dos corpos femininos, além de ser “uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p.

20). A mulher negra, além de mercadoria como escrava, era também estuprada como uma forma de afirmar a superioridade do seu senhor, um homem não só economicamente superior a ela, mas também socialmente.

Segundo Davis (2016), havia a institucionalização da violência sexual cometida contra mulheres, principalmente pelo fato de homens brancos não serem responsabilizados por seus atos, além de ser, antes de tudo, um ato racista. O racismo, aliado ao machismo, naturalizava o estupro de mulheres negras e reafirmava a soberania masculina sobre elas e suas liberdades.

O padrão do abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornou tão forte que conseguiu sobreviver à abolição da escravidão. Estupros coletivos, perpetrados pela Ku Klux Klan e outras organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil, tornaram-se uma arma política clara no esforço para inviabilizar o movimento pela igualdade negra. (DAVIS, 2016, p. 180).

A autora discute sobre a impunidade dos homens que, na época da escravidão, eram protegidos pelo sistema econômico que privilegiava homens ricos, brancos e, principalmente, heterossexuais, poupando-os de pagar pelos atos cometidos pelas suas posições sociais privilegiadas, fazendo também com que o estupro ganhasse atributos econômicos, encorajando-os, de certa forma, a cometer tais atos, com a garantia de que não seriam punidos, tampouco trazendo desprestígio social. “O racismo sempre serviu como um estímulo ao estupro, e as mulheres brancas dos Estados Unidos necessariamente sofreram o efeito indireto desses ataques. Esta é uma das muitas maneiras pelas quais o racismo alimenta o sexismo [...]” (DAVIS, 2016, p. 181).

Além de todo o cenário de violências naturalizadas pelo Estado e permitidas a homens brancos e pertencentes a altas classes, quando o tráfico internacional de escravos foi proibido, a capacidade reprodutiva das escravas passou a ser usada como mais um meio de exploração, como afirma a autora. Seus filhos se tornaram objeto de exploração legal. Segundo Davis (2016, p. 20), um ano após a interrupção do tráfico de pessoas negras, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não teriam mais direito legal sobre seus filhos e filhas, permitindo que as crianças fossem vendidas e separadas de suas mães independentemente da idade, garantindo que “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais”.

Dadas as devidas considerações pela diferença de realidade entre a escravidão vivida por mulheres negras nos Estados Unidos e no Brasil, é possível apontar semelhanças entre o sistema machista e patriarcal que regulou e ainda regula o funcionamento de ambas as sociedades. A impunidade para homens de altas classes que estupraram suas escravas e ainda hoje estupram mulheres é um sintoma da violência brasileira, talvez pela demora de seu sistema judiciário, talvez pelo medo de perseguições ou mais violência por parte da vítima, mas antes

de tudo, pela naturalização da superioridade masculina dentro de uma sociedade regulada pelo patriarcalismo e pela desigualdade de gênero.

Bem como as indígenas, as mulheres negras também foram destituídas de humanidade na colonização brasileira ao serem trazidas para o Brasil em meados de 1530. Segundo Lacerda (2010, p. 45), “toda a vida social colonial se fundou precipuamente na regulamentação de dois instintos primários do homem: o econômico, através do trabalho, e o sexual, através das relações de família”.

O estupro de mulheres negras na história da escravidão brasileira foi sistematizado, não tendo qualquer liberdade de escolha para poder decidir se queria manter relações sexuais com o senhor ou não e sendo submetidas a rotinas violentas sem ter meios para lutar contra. “Não há, portanto, que se falar em masoquismo das mulheres negras e índias, mas sim em preservação da vida numa situação desfavorável” (ROLAND, 2018, p. 175).

Ou seja, “reféns” de um sistema econômico e político que as silenciava, as escravas brasileiras, além do açoite e do trabalho pesado realizado por horas a fio, eram também submetidas ao estupro, o que colocava seus corpos como objetos. Sistema esse que serviu à violação de corpos de mulheres negras ao longo dos tempos e que, até hoje, deixa marcas na sociedade brasileira.

A mulher escrava, animalizada e reificada, era forçada a prestar serviços sexuais. As negras eram mão de obra escrava e a forma com que foram abusadas sexualmente foi um dos elementos centrais na constituição da família e das relações coloniais. Todos os homens, casados ou solteiros, faziam o uso sexual de suas negras. (ROLAND, 2018, p. 175).

E o comércio dos filhos de escravas abusadas sexualmente, como apontado por Davis (2016), que se tornavam mão de obra ou eram transformados em produtos a serem vendidos pelos senhores, também se deu no Brasil, tornando o caráter econômico da escravidão a própria síntese do sofrimento humano e feminino. Segundo Lacerda (2010, p. 50), a parte mais produtiva da escravidão era o tido “ventre gerador”, evidenciando mais uma vez a conexão entre os imperativos políticos e a opressão das mulheres.

Tendo esse contexto colonizador que gerou o Brasil que se desenvolveu ao longo dos anos com a violência perpassando suas estruturas sociais, Roland (2018) atesta que os autores clássicos ao longo da história procuraram suavizar através da linguagem os fatos que formaram a população brasileira com os portugueses chegados ao Brasil, o que, aliás, nos remete a Chauí (2018), apresentada anteriormente, quando discute o mito da não violência brasileira persistente até hoje, mesmo com uma história marcada por sofrimento e violência sexual de mulheres. Com o mito de não-violência, a história desse país suaviza as violências perpetuadas ao longo de

anos e anos ao construir uma sociedade por meio da violência sexual de negras escravas e indígenas, bem como de mulheres brancas, relegadas à violência doméstica e ao estupro dentro do matrimônio.

Os autores clássicos que interpretam a história da colonização no Brasil tendem a utilizar uma linguagem que suaviza ou busca justificar fatos que constituem inegavelmente uma verdadeira política de população do Estado português para a ocupação do imenso território na América do Sul: o que se convencionou chamar de mestiçagem, que teria sido *resultante* do pequeno número de mulheres brancas, se constituiu na verdade na oficialização do estupro de mulheres africanas e indígenas, reduzidas à escravidão, como política de Estado. O Estado português não promoveu a vinda de grupos familiares, não buscou atrair famílias oferecendo-lhes concessões de terra ou outros tipos de incentivo. Não buscou estabelecer relações com os povos nativos com base em relações de troca justas. A exemplo de outras potências europeias, fez, portanto, uma clara opção pela violência da escravidão, e a do estupro. (ROLAND, 2018, p. 175).

Como frisou Lacerda (2010, p. 52),

O mandonismo no espaço político se exerce com recursos sádicos, sadismo essencial ao estupro generalizado das índias e negras. Sadismo essencial ao confinamento das brancas. O governo se exerce em analogia com o masculino, “governo másculo e corajosamente autocrático”. A tradição conservadora no Brasil é marcada pelo “sadismo do mando”, a mesma característica que marcou as relações (sexuais) entre os extremos de opressor e oprimido: o senhor branco e a mulher escrava. Isso porque, se o “mais profundo antagonismo” é entre senhor e escravo, iluminando essa relação com a perspectiva de gênero, o antagonismo mais profundo é entre senhor e escrava. Esse é o antagonismo mais fundamental da nossa sociabilidade, que sintetiza tanto a opressão classista e racista da escravidão quanto a opressão de gênero cujo ápice foi o estupro generalizado, entrelaçadas pelos imperativos da colonização, de reproduzir braços, de povoar, de produzir lucros para a metrópole.

Olhando, dessa forma, em retrospecto, a história das mulheres negras no Brasil e até mesmo na América, é possível inferir que a violência que acomete as mulheres negras ainda hoje, nos anos 2020, é consequência de centenas de anos vividos sob o patriarcalismo e o machismo em uma sociedade escravocrata que permitiu a formação de um país por meio da violência contra a mulher. Ao mesmo tempo, as estruturas sociais construídas sob a desigualdade racial e econômica, reproduziu as mazelas existentes desde o período colonial, fruto de uma sociedade que se construiu com base na diferenciação entre os que detinham os poderes e os que apenas obedeciam – os donos de terra e os empregados, os senhores e os escravos, alta corte e trabalhadores.

Como exemplo dessa violência que atravessou gerações e décadas persistindo até hoje, o Atlas da Violência¹⁷ (CERQUEIRA *et al.*, 2019) apontou 4.936 mortes de mulheres em 2017, o maior número desde 2007, sob a importante análise de que, apesar de ser um número

¹⁷ CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

extremamente inferior ao número de mortes de homens no Brasil, as quase cinco mil mortes de mulheres se deu, em grande parte, por questões de gênero, diferentemente das mortes por diversos fatores entre os homens, como, por exemplo, violência no trânsito, brigas em bares e criminalidade.

Por outro lado, há reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é uma boa proxy para medir o feminicídio. Naturalmente, ainda que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências (mesmo porque vários casos de feminicídio ocorrem fora da residência), tal proxy pode servir para evidenciar a evolução nas taxas de feminicídio no país. (CERQUEIRA *et al.*, 2019, p. 40).

E com as estimativas é que essa diferença racial é percebida ainda nos dias de hoje. O mesmo Atlas da Violência (CERQUEIRA *et al.*, 2019) apontou que, enquanto o assassinato de mulheres não negras cresceu 4,5% entre 2007 e 2017, o de mulheres negras cresceu 29,9%. A violência que acometeu mulheres negras ao longo do período da escravidão, ainda hoje deixa marcas na sociedade, refletindo tamanha desigualdade constatadas quando se mata e violenta mais as mulheres negras, além de muitas outras violências apontadas, mesmo as simbólicas, como o racismo estrutural.

Por outro lado, mesmo acometidas também pela violência sexual sofrida pelas mulheres negras, a história das mulheres brancas foi marcada por percursos diferentes de violência e exploração, culminando na necessidade de se reconhecer as diferentes esferas de opressão e abusos que tanto as negras quanto as brancas sofriam – e ainda sofrem. Pois, se de um lado as mulheres negras sofreram todo tipo de violência em meio a escravidão, as mulheres brancas sofreram violências dentro do ambiente doméstico.

A luta antiescravagista nos Estados Unidos aconteceu com o encontro das mulheres brancas e negras no momento em que o caráter produtivo do serviço exercido por mulheres brancas no período pré-industrial começa a ruir. Segundo Davis (2016), durante esse período a economia girava em torno da casa, o que garantia que as mulheres fossem manufaturas, produzindo desde tecidos até velas e sabão. Trabalhavam em casa, mas diferentemente de um contexto de submissão, elas eram de fato produtoras e tinham seu trabalho respeitado igualmente acontecia com o ofício de seus maridos. Com a crescente mudança da produção no âmbito doméstico para o modelo fabril, elas começaram a ser “deixadas de lado”, trazendo à tona a ideia de que a mulher ideal seria a esposa e mãe. Com isso, segundo Davis (2016), no papel de trabalhadoras as mulheres possuíam igualdade econômica, mas quando reduzidas ao

papel de esposas, deveriam apenas servir seus maridos, destinadas a serem um mero ornamento ao lado de seus maridos.

Consequentemente, tanto aquelas relegadas ao espaço doméstico, quanto às mais abastadas que precisavam se submeter ao chão de fábrica e serem exploradas com baixos salários, começaram a reivindicar melhores condições, ao mesmo tempo em que viam as lutas se igualarem por igualdade ao lado das mulheres escravizadas.

Por volta dos anos 1830, o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionais das mulheres. Claro, elas foram libertadas de algumas de suas velhas tarefas opressivas. Ao mesmo tempo, porém, a incipiente industrialização da economia minou o prestígio que as mulheres tinham no lar – um prestígio baseado no caráter produtivo e absolutamente essencial de seu trabalho doméstico até então. Por causa disso, a condição social das mulheres começou a se deteriorar. Uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que “o lugar da mulher é em casa”. (DAVIS, 2016, p. 45).

Com isso, é importante observar que a história das mulheres brancas difere nesse aspecto em comparação com a história das mulheres negras, mesmo aqui no Brasil. As mulheres negras sempre foram obrigadas a trabalhar fora e exercer o mesmo trabalho que os homens negros, como afirma Davis quando diz que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão” (DAVIS, 2016, p. 17). Por sua vez, as mulheres brancas, principalmente as que pertenciam às classes mais altas, reclusas em casa, deveriam cumprir com os serviços domésticos, com a criação dos filhos e a manutenção da tranquilidade da vida do seu marido – a quem deviam servidão e lealdade – com grande vigilância não apenas social, mas também religiosa. Às mulheres eram designados papéis estritos e que deveriam ser seguidos para a aceitação social, tendo sempre estipulados os espaços e discursos que lhe eram permitidos, como discute Jane Soares Almeida: “No século 19, a relação entre os sexos era pautada por um estrito senso de territorialidade, com a mulher voltada exclusivamente para o mundo doméstico e o homem encarregando-se das esferas produtivas” (ALMEIDA, 2007, p. 27).

Neste contexto, o padrão ideal de esposa e mãe foi instaurado, imposto às mulheres brancas e, principalmente, reforçado pelos veículos de comunicação em massa, como jornais e revistas – e posteriormente, também pelo cinema e televisão. Dentro desse cenário de servidão e lealdade, as mulheres deveriam seguir os bons modos esperados pois, além de serem as senhoras que deveriam cuidar do lar, também eram um adorno apresentado à sociedade pelos seus maridos, devendo honrá-los perante todos e todas, garantindo as aparências sociais.

E a religião cristã, com grande influência no Brasil, inspirava em grande parte a maneira como esse padrão feminino era construído, reforçado e perpetuado principalmente como herança portuguesa deixada do período colonial. Como discute a autora Jane Soares de Almeida (2007), as formas de comportamento exaltavam castidade e abnegação, com o perigo sendo representado principalmente pela sexualidade – não só para as mulheres, mas na sociedade como um todo. Segundo a autora, conforme essa ideologia, a mulher é desqualificada do ponto de vista profissional, político e intelectual, partindo do pressuposto de que a mulher em si não é nada, devendo reduzir sua existência no êxito dos filhos e do seu marido.

Dessa forma, a mulher assume o compromisso de viver uma forma santificada, impedida de viver livremente sob a imposição do discurso do pecado e da repressão religiosa, ficando então sem sua liberdade sexual, individual ou até mesmo profissional e política. Nesse momento, a maternidade irá limitar a existência dessas mulheres como sendo sua principal e basicamente única missão, como se suas existências importassem somente para a procriação.

A Igreja Católica associaria a figura da mulher santa, feita à imagem de Maria, à pureza do corpo e espírito, enquanto a mulher desviante, transgressora, principalmente prostituída, seria ligada à maldade, à perfídia, ao pecado e à decadência. Se a primeira era o espírito santo e a santidade, a segunda seria carnal e pecadora, levando os homens à corrupção do caráter e do corpo. No entanto, ambas deveriam ser submissas e dependentes, pois a ordenação social assim o exigia, e a *ordem natural das coisas* não deveria ser questionada por aquelas que eram as destinatárias de um processo de controle ideológico altamente repressor quanto à sexualidade. (ALMEIDA, 2007, p. 69).

E da mesma maneira, no campo da educação também foi possível observar a diferenciação e desigualdade entre os gêneros, em que meninas das classes mais altas, as que tinham acesso à educação, eram educadas sob os princípios católicos e de grande moralidade por freiras (ALMEIDA, 2007), aprendendo sobre áreas ligadas ao ambiente doméstico e que lhe seriam úteis para conseguirem um bom casamento. Ou seja, a escola atuou também como agente reforçador dos “bons costumes” esperado de meninas e mulheres no Brasil e, em sentido amplo, também instaurou padrões de opressão machista na sociedade.

A educação feminina se dava sob os moldes morais que pautavam o ideal de feminilidade esperado. Segundo Almeida (2007), as moças que tinham menor poder aquisitivo, mas que ainda tinham certa condição, frequentavam as Escolas Normais públicas, que significavam a possibilidade de continuação dos estudos enquanto esperavam pelo casamento, objetivo de todas naquele período. Por sua vez, as meninas de famílias com mais posses tinham uma formação voltada às prendas e bons dotes adquiridos por meio de aulas que as formavam para serem apresentadas à sociedade pela necessidade de acompanharem seus maridos, estarem presente em jantares, primando pelo ensino das artes, da música, da poesia e o que mais pudesse

garantir um feliz casamento – realidade que mudaria somente depois, com uma economia mais industrial e uma necessidade de remodelações estruturais.

Os colégios internos femininos alcançavam somente um público restrito, e as jovens das famílias abastadas continuaram recebendo uma educação que primava pelo desenvolvimento das prendas domésticas e alguns lustros culturais, qualidades desejáveis para brilhar nos salões e conseguirem boas alianças matrimoniais. (ALMEIDA, 2007, p. 41).

E por muito tempo, quando as mulheres não seguiam esses padrões, como as que exerciam a profissão de professoras ensinando às classes mais pobres, por exemplo, eram vistas com maus olhos, principalmente pelo fato de estarem fugindo do ideal esperado de uma mulher – como pertencente ao espaço doméstico e destituída de suas liberdades, inclusive profissionais e intelectuais. Um exemplo, dado por Almeida (2007, p. 30-31), são as professoras na Inglaterra dos anos 20 a 30 do século XX, vistas como “solteironas amarguradas frustradas, assexuadas e até mesmo como homossexuais, atacadas pela imprensa e pelos professores antifeministas e autoridades locais” – algo que também foi possível observar aqui, tendo em vista os moldes europeus que tentavam seguir os brasileiros das classes mais altas.

Ou seja, a moral vigente, quando não respeitada e mantida pelas mulheres que deveriam exercer um papel exclusivamente doméstico e submisso, transformava atitudes, iniciativas e liberdades em algo repulsivo, como aconteceu com as mulheres quando buscavam exercer uma profissão. Quando no início dos anos 1900 as mulheres conseguiram, por lei, o direito de regerem classes para meninas, tiveram também que lutar pelo direito de ensinarem para ambos os sexos,

[...] já que a moral vigente considerava pecaminoso tê-las lecionando para meninos, a não ser que fossem de tenra idade, pois, em classes frequentadas por rapazes, as professoras representariam um atentado aos bons costumes, e sua beleza poderia perturbar os jovens e levá-los a pensamentos impuros. (ALMEIDA, 2007, p. 31).

E a esse respeito, vemos novamente a associação do corpo feminino com o pecado, com o perigo, com o desvio das normas esperadas, algo que imperava – e em certo sentido impera até hoje – como herança desde os primórdios coloniais do Brasil. E quando acontece essa relação entre a presença feminina e o perigo da sexualidade, da sedução, as mulheres são postas em situações em que as reduzem às suas vestimentas, aos seus corpos, descaracterizando e desumanizando essas mulheres e reforçando a máxima de que a culpa é da vítima, minimizando a ação do outro enquanto agressor.

Nesse cenário, observamos que as mulheres brancas, envoltas em normas, morais e devendo cumprir com os bons costumes esperados, foram também alvo violências. As mulheres brancas, reclusas em casa e alienadas das liberdades sexual, profissional, econômica e

educacional, foram vítimas dos estupro matrimoniais permitidos por lei até certo momento da história jurídica brasileira (como será discutido adiante) e da violência doméstica que ainda acomete as mulheres nesse país.

A noção religiosa sobre o corpo feminino e sobre os costumes das mulheres, de modo a sacralizar seus corpos e tornar pecado suas liberdades, como a sexual, a profissional e a social, garantiu a exclusão dessas mulheres de setores importantes da sociedade, como a prática política, além de causar desigualdade salarial e de jornadas trabalhadas entre homens e mulheres (que também serão discutidos mais a fundo adiante) recorrente até os dias de hoje. Em segundo lugar, é possível inferir que a noção religiosa e patriarcal também normalizou a ideia de que seus corpos e suas vidas pertenciam aos seus pais e maridos – algo que se relaciona diretamente com as violências perpetradas contra as mulheres até mesmo nos dias de hoje.

A maternidade era a missão sagrada e, para seu correto desempenho erigiam-se os principais deveres das mulheres. Esses deveres subentendiam a dominação, a opressão e a renúncia, impunham preconceitos e legitimavam o jugo masculino exercido no matrimônio sagrado e indissolúvel, assim como nas relações parentais. (ALMEIDA, 2007, p. 98).

Silenciadas e postas em situações de vulnerabilidade, as mulheres brancas estiveram reféns da masculinidade patriarcal que requeria uma mulher em casa para servir aos homens, criar seus filhos e não ter direito de escolha. É possível, assim, inferir que as mulheres brancas, estiveram inseridas em cenários e contextos que as submeteram – e ainda submetem – a violências e silenciamentos. Reduzidas a suas características de reprodutora e mãe, as mulheres foram tolhidas de suas liberdades, o que obrigou que exercessem uma feminilidade casta, santa, moral e altamente religiosa, além de precisarem se adequar a padrões patriarcais e machistas que as subjugaram ao longo da história brasileira – juntamente com as violências recorrentes nessas realidades patriarcais e machistas.

Esse estigma tinha suas raízes na sexualidade e fez com que as religiões cristãs dessem grande importância a uma imagética de pureza feminina pela normatização dos corpos e das mentes. Os primeiros eram controlados pela exacerbada vigilância de pais, irmãos e maridos, encarregados de extirpar nas mulheres sob sua guarda qualquer tentativa de pecado carnal. As mentes eram passíveis de ser adestradas pela educação por uma pedagogia do temor e da culpa, que fazia as mulheres reféns de sua própria aura de sedução e capacidade de despertar o desejo masculino. (ALMEIDA, 2007, p. 41).

Nesse sentido, a confrontação das mulheres por meio da luta feminista hoje em dia operada também com o auxílio das redes sociais vem servindo para denunciar um histórico amplo de violências e opressões que deixaram sequelas na sociedade ainda hoje. E por isso é que se faz necessário analisar a história das mulheres: para ser possível analisar a violência que ainda hoje atinge as mulheres brasileiras com seus recortes entre raça e classe.

Assim, é necessário refletir que o problema da violência contra as mulheres é histórico. Para analisarmos a problemática do estupro coletivo, é preciso entender que as realidades se constroem em diálogo com os embates, com as disputas e também com as estruturas opressivas que sempre existiram. Considerar que a realidade não se dá de maneira alienada da construção política, econômica e social de um país, é garantir um entendimento amplo e engajado da situação da violência contra as mulheres.

E o entendimento de que as mulheres traçaram caminhos diferentes ao longo da história brasileira, considerando as realidades plurais vividas no Brasil conforme o contexto econômico e social vivido por elas, permite observar que a contemporaneidade também se dá de maneira diferenciada para as mulheres e que a análise sobre a violência contra a mulher deve considerar essas complexidades.

3.3 Gênero, patriarcado e sociedade

Como será possível ver nesse tópico, discutimos aqui sobre os conceitos de gênero, patriarcado, sexo, e como tais questões dialogam na nossa sociedade. É importante ressaltar, no entanto, que não buscamos aqui fazer com que as autoras apresentadas concordem em suas ideias, e é necessário dizer que suas diferenças em abordar tais termos devem ser consideradas. O que buscamos aqui é tão somente apresentar pontos de vista que contribuam para o entendimento sobre os termos e seus conceitos especificamente, e como eles permitem que observemos as violências e as explorações/opressões operadas na sociedade.

Dito isso, Heleieth Saffioti (2015) discute sobre as relações de gênero juntamente com o entendimento sobre o patriarcado, conferindo a tais termos um olhar de convergência. Segundo a autora, gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino e estão inter-relacionadas, mas, antes de tudo, as relações de gênero não necessariamente significam desigualdade e exclusão.

Para ela, as relações de gênero dizem respeito também a relação homem-homem e mulher-mulher, diferentemente da única condição de relação homem-mulher. Ou seja, para ela, a violência de gênero pode se dar entre duas mulheres ou entre dois homens e que a hierarquização dos gêneros vai depender de outros fatores, tais como o patriarcado.

Com isso, segundo Saffioti (2015), as relações de gênero antecedem o patriarcado, esse, que segundo ela, é um fenômeno social em permanente transformação e que existe como fator que irá colocar os homens como superiores às mulheres. Apesar do entendimento de que gênero

seja sim um conjunto de normas estabelecidas que irão formar homens e mulheres, Saffioti (2015) acrescenta a isso a noção de que as desigualdades entre os gêneros são produzidas a depender da estrutura social.

Embora aqui se interprete gênero também como um conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres, normas estas expressas nas relações destas duas categorias sociais, ressalta-se a necessidade de ampliar este conceito para as relações homem-homem e mulher-mulher, como, aliás, já se mencionou. (SAFFIOTI, 2015, p. 74).

Saffioti (2015) afirma que o uso e o entendimento dos conceitos de gênero e patriarcado se complementam, já que o primeiro é amplo, vasto e anterior ao segundo, que por sua vez diz respeito à dominação masculina e ao domínio dos homens sobre as mulheres, não só socialmente, mas também política e economicamente. Para ela, o uso do termo gênero deixa aberta a possibilidade do vetor da dominação-exploração, enquanto que o termo patriarcado indica a presença masculina nesse nessa relação. Segundo Saffioti (2015), o patriarcado é um caso específico de relações de gênero com a dominação masculina e que se baseia no controle e no medo.

Ela discute o gênero como uma categoria histórica estruturante da sociedade, e que dentro de um sistema patriarcal o gênero acaba sendo hierarquizado de modo a beneficiar os homens. E nesse sentido, ela relaciona o gênero também com raça e classe social como elementos dialogáveis entre si. Segundo a autora, o gênero se reconstrói (SAFFIOTI, 2015) e é absorvido pela classe trabalhadora e se transforma juntamente com as classes sociais – uma nova maneira de articular as relações de poder.

Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor essa questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por estas três condições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (SAFFIOTI, 2015, p. 122).

E a relação e o diálogo que Saffioti (2015, p. 138) realiza entre gênero e patriarcado abarca a dimensão econômica da sociedade capitalista patriarcal, que ao longo dos anos remodelou as relações humanas. Para ela, não há separação entre a dominação patriarcal e a exploração capitalista, já que não existe um processo de dominação separado de outro processo de exploração. Sendo assim, da mesma forma que o capitalismo muda, também mudam as relações entre os gêneros e suas explorações.

Saffioti (2015) discute que os termos gênero e patriarcado devem ser analisados não de maneira isolada, mas sim em diálogo, diferentemente do que alguns estudos feministas indicavam, requerendo a separação dos conceitos e a inutilização do termo patriarcado. A

autora, quando observa complexidades inclusive marxistas nas relações entre homens e mulheres, permite que sejam observados os diferentes pontos que envolvem homens e mulheres, tais como questões econômicas e raciais. Para ela, as relações de opressão patriarcal e exploração capitalista se convergem, e ao conseguir observar que o gênero não necessariamente implica uma hierarquia dos homens sobre as mulheres, mas que isso se dá em uma forma patriarcal de sociedade, ela oferece ao debate dos estudos de gênero um olhar que garante a observação das diversas camadas de estruturação e exclusão social.

Por sua vez, Judith Butler (2017) discute a relação entre gênero e sexo, com o primeiro atuando como termo definidor da essência dos seres humanos. A autora questiona esse modo de viver binário que separa homens e mulheres de maneira simplista, algo que reduz a esses termos a complexidade da formação social, sexual e cultural de cada um, tornando superficial as questões envolvidas nesse tema, como as disputas de poder, as questões econômicas envolvidas nas relações de gênero, bem como a pluralidade performática para além das definições de homem e mulher.

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa “especificidade” pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade”. (BUTLER, 2017, p. 22).

Butler assinala que o gênero é uma construção social e que suas definições variam ao longo do tempo histórico, do local geográfico, da cultura, e diferente do sexo, não nascemos com ele. Segundo a autora, o gênero deve ser o meio discursivo e cultural por meio do qual o sexo é construído, ou seja, “é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2017, p. 27).

Por ser uma construção social, para Butler, os gêneros são definidos ao longo da vida dentro de um sentido cultural e, principalmente, abrangendo as relações de poder existentes socialmente – não concebendo essa noção de que já nascemos homens ou mulheres. Ou seja, para a autora, o gênero não é biológico: convencionou-se que mulheres devem seguir regras, sejam elas de postura, de vestimenta, de beleza e também de sexualidade, formando então a performance feminina, bem como os homens devem seguir regras, como masculinidade, virilidade e, por vezes, o culto ao bélico, às guerras e a associação com a violência, como discutiremos mais adiante.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problemáticamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. (BUTLER, 2017, p. 26).

Para Butler (2017), sendo o gênero cultural, a performance de gênero produz seres sociais que irão se reconhecer como tal caso estejam em conformidade com os padrões estabelecidos – modos aceitos de ser mulher e homem. O gênero se baseia em padrões que irão fazer com que ele seja socialmente reconhecido dentro de limites estabelecidos naquilo que Butler chama de “discurso cultural hegemônico”, em muitos sentidos regulados por uma heterossexualidade compulsória e o falocentrismo que pautam o binarismo dos gêneros, não somente reduzindo a uma constituição do gênero em apenas dois – excluindo quaisquer que sejam incoerentes com um ou outro em termos de sexo, gênero, prática sexual e desejo em relação a normas existentes – mas principalmente expressando as relações de poder existentes na construção da sexualidade, principalmente a feminina.

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo. (BUTLER, 2017, p. 53).

Dessa forma, a divisão de gêneros, segundo Butler, é atravessada por relações que vão além de simplesmente existir uma separação simplificada de gêneros, mas sobretudo é “uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2017, p. 67). As relações entre os gêneros, sendo assim, irão determinar a cultura, a economia e as relações sociais como um todo, consequentemente definindo aqueles que são oprimidos e aqueles que são opressores, nós e outros. “Em outras palavras, não há razão para dividir os corpos humanos em sexos masculino e feminino exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição” (BUTLER, 2017, p. 196). Acrescenta-se a isso também as relações de gênero que perpassam instituições sociais, tais como Escola, Igreja e Estado – reguladas por uma lógica masculina e heterossexual.

É possível apontar, por meio das discussões oferecidas por Butler (2017), que com a diferenciação dos dois gêneros, ou seja, com a formação binária da sociedade, tem-se a

formação de estereótipos e, principalmente, de preconceitos e exclusões. Quando se pensa a sociedade dividida em dois, exclui-se dela quem não se encaixa nesses padrões estabelecidos, da mesma forma em que se produz opressões e maneiras de se hierarquizar os gêneros socialmente.

Nesse sentido, a sociedade brasileira, enquanto sociedade patriarcal, reforça o silenciamento e a violência de mulheres por meio da desigualdade econômica e da diferença de horas trabalhadas, da sub-representação política e da violência que ainda atinge as brasileiras como algo histórico. Olhando por esse aspecto, as relações de gênero que acontecem no patriarcado brasileiro garantem repressão, medo e desigualdade.

A noção sobre as disputas de poder entre os gêneros como parte do patriarcado acrescenta à essa pesquisa o entendimento de que a relação entre os gêneros como parte do contexto em que se tem desigualdade no meio corporativo, na divisão sexual do trabalho, na prática sexual, na responsabilidade com os filhos, bem como na representação política e nos discursos inscritos socialmente sobre homens e mulheres, faz parte de um processo de complexidades que se convergem.

Com o debate proporcionado por Butler (2017) ao separar o sexo biológico do gênero, da performance, a autora proporciona um olhar mais complexo sobre a constituição dos seres. O binarismo, que de certa maneira “planifica”, “estratifica” a construção do gênero, existente dentro da lógica heterossexual, é debatido pela autora como uma construção excludente, silenciadora e principalmente reguladora e determinista. Da mesma forma, o debate de Saffioti (2015) sobre o entendimento do conceito de gênero em consonância com o conceito de patriarcado confere aos estudos de gênero uma noção crítica, no sentido de se considerar as diversas camadas que envolvem a relação opressão-exploração.

O debate sobre gênero, então, deve considerar a discussão não só de Butler (2017) e Saffioti (2015), mas também de outras autoras, como, para citar apenas algumas, Joan Scott, Gerda Lerner, Carole Pateman e até mesmo autoras mais clássicas, como Simone de Beauvoir. Diferentemente dessa visão comum de que nascemos homens e mulheres, entender que os gêneros, as sexualidades e as identidades se constroem em diálogo com as disputas de poder, garante a complexidade que tais questões requerem. Para analisar a violência de gênero, por exemplo, requer-se o entendimento de que não só há disputas de poder, como também questões econômicas e culturais impressas nesse contexto de violência contra mulheres, conforme a heterossexualidade compulsória e o falocentrismo presentes nessa construção de gênero, reforçando estigmas e desigualdades.

Com isso, podemos nos questionar acerca de como as construções de gênero na sociedade patriarcal brasileira ainda interferem para que as mulheres sigam nesse cenário sistemático de violência que ainda hoje as atingem. A observação sobre como as relações de gênero no patriarcado podem permitir que aconteça não só a violência, mas a naturalização dessa violência contra as mulheres brasileiras, do mesmo modo que observação sobre o estupro de indígenas, negras e brancas ainda reverbera como resultado de uma formação patriarcal, nos apresenta um contexto de violência construído socialmente em um sistema de opressão em diálogo com outras questões, tais como estruturas econômicas e culturais e suas relações de poder.

3.4 A mulher vítima de estupro

A bibliografia sobre violência e violência sexual contra mulheres no Brasil é extensa. Seja na área dos estudos do direito, dos estudos de gênero ou dos estudos médicos, inquieta a sociedade o fato de que essa violência tão brutal ocorra tantas e tantas vezes ainda hoje, no ano de 2020.

Segundo Santos (2018), para a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência sexual é todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejados ou ações para comercializar ou utilizar qualquer outro modo da sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra, independentemente da relação com a vítima, seja no âmbito privado ou no âmbito público, em particular no doméstico familiar, e no trabalho.

Ou seja, a violência sexual é tudo aquilo que tentar ou de fato conseguir “invadir” a sexualidade de outra pessoa, trazendo consequências, tais como traumas psicológicos, doenças e gravidez. Segundo a Lei 11.340 – Lei Maria da Penha – em seu artigo 7º, define que violência sexual é:

[...] entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (BRASIL, 2006).

Como apresentam as autoras Melo e Pereira (2018, p. 266), antes do advento do Código Civil de 2002, da reforma do Código Penal brasileiro e da Lei 12.015/09, havia a permissão legal para o estupro marital, “sob o argumento do exercício regular do direito”, segundo o art. 231, II do Código Civil de 1916, prevendo que era dever dos cônjuges a vida em comum, no

domicílio conjugal. Nesse sentido, vemos que juridicamente se imprimia também a opressão dos homens sobre as mulheres, reconhecendo por lei a posse do corpo feminino por parte de seus maridos.

Por sua vez, o artigo 23, III do Código Penal prevê que a ilicitude de ato estará afastada se em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito, sem que empregue em excesso. Ou seja, com base nesses artigos, era entendimento da jurisprudência que “desde que não empregasse força além da necessária” (NORONHA, 1964) e de que “não obrigasse a esposa a práticas anormais” (NORONHA, 1964), o marido podia e devia obrigar sua esposa a manter relações sexuais, mesmo que contra sua vontade. (MELO; PEREIRA, 2018, p. 266).

Com a mudança, extinguiu-se também a punibilidade dos crimes de estupro e de atentado violento ao pudor, tais como o casamento do estuprador com a vítima “nos crimes contra os costumes definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste Código” (MELO; PEREIRA, 2018, p. 266). Ou seja, considerava-se que a virgindade feminina, como o seu bem mais precioso e que classificaria uma mulher como moral ou imoral, era o bem a ser restituído, ao contrário da realidade brasileira atual, em que se tutela a integridade e a liberdade sexual (MELO; PEREIRA, 2018).

O bem jurídico tutelado no crime de estupro era a virgindade feminina associada aos bons costumes, diferentemente do entendimento atual em que o que se tutela é a integridade e liberdade sexual. Com a preocupação com os bons costumes, realizado o casamento, o bem jurídico tutelado seria recuperado. A sexualidade feminina era classificada como patrimônio do pai ou do marido, não existindo, portanto, liberdade sexual a ser protegida e tão somente a proteção do pátrio poder e dos bons costumes. (MELO; PEREIRA, 2018, p. 267).

Sendo a sexualidade feminina tida como um patrimônio do pai ou marido, protegia-se apenas os bons costumes, ancorados em uma lógica patriarcal e, principalmente, machista, partindo do pressuposto que os corpos das mulheres eram de posse dos homens. Por sua vez, com o advento das mudanças no Código de Civil e com os novos conceitos sobre estupro, tais pontos legais foram revogados, mesmo que ainda persista a desigualdade na aplicabilidade da lei, e só então a integridade feminina começou a ser considerada como algo a ser preservado pela lei brasileira.

No entanto, segundo as autoras, ao se ignorar os recortes sociais necessários, como gênero e sexualidade, elementos específicos são deixados de lado dos fenômenos que acontecem – e sempre aconteceram – por conta da discriminação de gênero.

A criminologia feminista, portanto, encara a crítica ao direito penal reconhecendo a existência de lugares sociais pré-determinados, em que existe a assimetria de poder entre os gêneros, raças e etnias, classes sociais, idades, nacionalidades, orientações sexuais e identidades de gênero. (MELO; PEREIRA, 2018, p. 267).

Com a mudança do Código Civil em 2009, a Parte Especial do Código Penal brasileiro sofre mudanças com a Lei 12.015 no Título VI. O título que antes era denominado “Crimes

contra os Costumes”, passou a ser intitulado “Crimes contra a Dignidade Sexual”. Além disso, o inciso V ratificou que o crime de estupro continuaria sendo considerado infração penal hedionda e, o novo tipo penal “estupro de vulnerável”, também seria classificado como crime hediondo, além de descrever o crime de estupro como abrangendo “o constrangimento de qualquer sujeito passivo, independentemente de seu gênero, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso por qualquer sujeito ativo, também independente de seu gênero” (MELO; PEREIRA, 2018, p. 269).

O estupro de vulnerável, por sua vez – quando a vítima é menor de 14 anos – torna a pena mais severa, bem como a proposta do Senado brasileiro, aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados em março de 2018. A Lei 5452/16 “tipifica o crime de divulgação de cenas de estupro e aumenta a pena para estupro coletivo, entre outras novidades legais” (MELO; PEREIRA, 2018, p. 272).

No caso do estupro coletivo, por exemplo, hoje com aumento de um quarto, passa a ser punido com aumento de um terço a dois terços. Igual aumento é estipulado para estupro “corretivo”, caracterizado como aquele feito para controlar o comportamento social ou sexual da vítima, como por exemplo aquele realizado contra mulheres lésbicas. (MELO; PEREIRA, 2018, p. 273).

Melo e Pereira (2018) discutem que, apesar da mudança na lei de estupro e na maneira de penalizar atos que vão contra a liberdade sexual feminina, bem como a integridade física delas, a palavra da vítima é recorrentemente posta em dúvida, como puderam comprovar analisando interpretações em alguns casos de estupro no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Segundo as autoras, diferentemente do entendimento de que, por se tratar de crimes contra a dignidade e a liberdade sexual, a palavra das vítimas deveria ter credibilidade, os acórdãos entenderam que a palavra da vítima não seria suficiente para condenação.

É o que discute Silvia Chakian de Toledo Santos (2018, p. 18), ao analisar os discursos que historicamente contribuíram “para a construção da inferioridade da mulher e o desvalor de sua narrativa”. Como aponta Santos (2018), desde a religião cristã, a mulher é posta em dois locais distintos, representada por Eva e por Maria, sendo a primeira responsável pelo grande pecado e a segunda por conceber o filho de Deus sem cometer nenhum pecado. “Dessa forma, é o homem quem, em razão do valor intrínseco, carrega em si a dignidade humana, enquanto ‘a mulher é representada em um contexto relacional às figuras masculinas criadas à imagem e semelhança divina: Eva é a mulher de Adão, a Virgem é a mãe de Cristo” (SANTOS, 2018, p. 18).

Segundo Rose Marie Muraro (2009), desde a escrita de Gênesis até hoje, essa narrativa tem servido para manter a mulher “em seu devido lugar”, o que fez do discurso religioso um dos principais meios de se “estigmatizar” a mulher, como discutido também anteriormente sobre a moral religiosa pautar as maneiras ideais que uma mulher deveria se portar.

A partir desse texto, a mulher é vista como a tentadora do homem, aquela que perturba a sua relação com a transcendência e também aquela que conflitua as relações entre os homens. Ela é ligada à natureza, à carne, ao sexo e ao prazer, domínios que têm de ser rigorosamente normatizados: a serpente, que nas eras matricênticas era o símbolo de fertilidade e tida na mais alta estima como símbolo máximo de fertilidade e tida na mais alta estima como símbolo máximo da sabedoria, se transforma no demônio, no tentador, na fonte de todo o pecado. (MURARO, 2009, p. 12).

A inferioridade feminina começa a ser construída como modo de deslegitimar sua importância e sua palavra, abrindo espaço para que o controle masculino fosse reinante. Segundo Santos (2018), a partir daí, a Igreja Católica, no final do século XIV, também se preocupa com a liberdade exercida por mulheres, tais como casamentos, divórcios, práticas sexuais. “Surge o primeiro discurso criminológico direcionado às mulheres: a crença de existência de uma seita de feitiçaria, de culto ao satânico, cuja prática estaria relacionada à ‘natureza feminina’” (SANTOS, 2018, p. 19). A caça às bruxas, como ficou conhecido, marcou a perseguição feminina e, segundo Santos (2018), contribuiu para a degradação da imagem da mulher na sociedade.

Sendo retratada como pura ou como a perdição da humanidade ou até mesmo como bruxa, a palavra feminina se tornou ao longo dos anos inferiorizada, bem como seu lugar na sociedade, e independente dos recortes de raça, importantes para o entendimento das diferenças de realidade como apresentado anteriormente, a autora discute como as mulheres sofreram em todos os cenários – fosse dentro ou fora de casa.

Da mesma forma, no Brasil, não há como escolher um único paradigma para analisar toda a construção de inferioridade feminina ao longo da nossa história, desprezando-se a influência que a colonização, a escravidão e o modelo de alienação tiveram sobre os diversos grupos de mulheres. Enquanto mulheres brancas da classe dominante enfrentaram a discriminação no espaço privado, onde sempre tiveram que obedecer ao modelo de subalternidade em relação ao chefe da família, mulheres negras experimentaram todo tipo de violência dentro e fora das senzalas, seja nos campos de trabalho onde eram vítimas de todo tipo de castigo físico ou humilhações, seja dentro dos espaços privados onde eram estupradas por outros escravos ou seus senhores. (SANTOS, 2018, p. 22).

As mulheres estiveram submetidas a ordenações patriarcais e regimentadas como uma maneira de viver que era dependente do matrimônio. Desde sempre a palavra feminina foi posta em questionamento, influenciando para que grandes setores como a Educação, o Jurídico e até mesmo o ordenamento social como um todo distanciasse as mulheres como se estivessem ocupando locais que não lhes pertenciam.

E a concepção de que a mulher sequer existia como sujeito de direitos, durante séculos, paradigma que somente se altera com o surgimento do conceito de dignidade humana e a contribuição do pensamento feminista organizado, foi determinante para que valores como sua inferioridade moral e intelectual, assim como sua castidade, virgindade, honestidade, recato e honra conjugal, por exemplo, orientassem não somente toda a produção do Direito, mas também a desconfiança de sua palavra. (SANTOS, 2018, p. 23).

Ainda hoje, segundo Santos (2018), a palavra da mulher é colocada em xeque, em especial a da vítima de violência sexual. Parte das subnotificações se dá por conta do desconhecimento se tal ato pode ser ou não classificado como violência sexual, quando em alguns casos é praticada pelo próprio marido ou companheiro; em outras vezes, o silêncio existe por conta do medo do isolamento e discriminação sociais, sendo também muitas vezes tomada por sentimento de culpa, como se tivesse “pedido” por tal violência; além desses motivos, o silenciamento acontece também por conta da falta de credibilidade dada à palavra da vítima. “A questão central parece estar mesmo relacionada à condição histórica de inferioridade da mulher, construída a partir das mais variadas concepções, como perigosa, vingativa, mesquinha, desequilibrada, dotada de inferioridade moral e intelectual” (SANTOS, 2018, p. 26).

Como consequência, a palavra da vítima de estupro é confrontada em uma busca de que a vítima se contradiga, sendo amplamente permeada por estereótipos e preconceitos. Seus atos são questionados, de modo que se a vítima não correspondesse a um padrão imposto ao “modo de ser mulher”, ela estaria “aberta” a receber esse tipo de violência. Algo que, aliás, será possível observar nos textos analisados das matérias e alguns comentários das mesmas.

Portanto, à desconfiança que recai, de maneira geral, sobre a palavra da mulher vítima de violência sexual, em função das concepções discriminatórias historicamente construídas, soma-se a imposição de que essas mulheres correspondam aos padrões de comportamento social e sexual esperados por uma sociedade ainda tão patriarcal como a nossa, para que sejam consideradas “potencialmente vítimas”. (SANTOS, 2018, p. 27).

Nesse contexto, historicamente silenciada, a mulher que é vítima de violência sexual acaba sendo agredida duplamente: pelo próprio ato cometido contra ela e pelo silenciamento causado pelas constantes desqualificações de sua palavra. Nesse sentido, um ciclo de violências se instaura, a partir do momento que a mulher não consegue denunciar e romper com tal panorama, ciclo esse principalmente influenciado por aquilo que muitos apontam como a “cultura do estupro”.

Ou seja, quando observamos todo um contexto social, histórico, jurídico e político que silencia mulheres abusadas sexualmente e até mesmo inocenta e releva homens estupradores e abusadores, tem-se aquilo que alguns setores feministas e teóricos dos estudos de violência chamam de Cultura do Estupro, que seria toda uma estrutura social existente para que homens

se sintam confortáveis em violentar mulheres com a segurança de que não serão duramente penalizados, estrutura essa que se renova ao longo das gerações.

Segundo Carla Cristina Garcia (2018), as violências patriarcais ganham novos sentidos no momento em que as mulheres lutam e conquistam novos espaços e papéis na sociedade contemporânea. Segundo a autora, “os novos bárbaros do patriarcado” buscam reforçar sua autoridade por meio da violência e, principalmente, estupro, inseridos em uma lógica patriarcal que reforça o poder masculino que permite, de certa maneira, que a violência contra a mulher seja naturalizada e tida como corriqueira, como na Cultura do Estupro – como quando a indústria pornográfica produz filmes que colocam as mulheres em posições de violência e estupro e mesmo assim consegue altas taxas de lucros com a imagem dessas mulheres.

Para Garcia (2018), a discussão não gira em torno da suposição de que todos os homens são estupradores, mas sim que o estupro diz muito sobre poder e sexo. “Uma cultura de estupro não exige que os homens estuprem, mas envolve o estupro e reduz a probabilidade de os agressores serem identificados, presos, condenados e punidos” (GARCIA, 2018, p. 11). É nesse sentido que se propõe a discussão não somente sobre como o estupro é tido, de certa forma, como uma maneira de tentar reforçar o poder masculino sobre as mulheres, ou sobre a estrutura social que, de certa forma, permite que homens se sintam confortáveis e confiantes a estuprarem sem medo da justiça ou de linchamentos sociais, mas sim sobre as maneiras de socialização que colocam a superioridade masculina como um fator na formação de meninos e homens – o que nos permite retomar novamente a discussão de Saffioti (2015) sobre a estruturação patriarcal da sociedade.

Não se pode deixar de discutir sobre o processo de socialização pelo qual meninos e os homens são treinados para se verem como mais poderosos do que as mulheres e considerarem estas últimas como objetos sexuais. É preciso formular perguntas críticas sobre os espaços masculinos onde essas atitudes costumam ser reforçadas. Isso não significa considerar que todos os homens são estupradores em potencial, mas sim, se queremos que a violência sexual contra as mulheres acabe, é preciso enfrentar as novas faces do patriarcado ocidental, porque enfrentar a realidade da cultura do estupro e do estupro é perceber que a responsabilização criminal vigorosa de homens que estupram não resolve o problema maior. (GARCIA, 2018, p. 12).

Dessa forma é que se propõe uma verdadeira rediscussão sobre a maneira como se encara a questão do estupro e do estupro coletivo atualmente. Se ao longo dos anos o direito penal reestabeleceu novos olhares sobre a condição feminina com relação a violência sexual, ainda é necessário pontuar que o estupro, enquanto tentativa de reforçar certo poder masculino sobre mulheres, faz parte de um contexto de violência contra a mulher estabelecido sob a desigualdade de gênero e sob formas históricas de violência contra a mulher. O fato da palavra das mulheres estupradas ainda hoje ser desacreditada diz respeito a um cenário construído

historicamente onde as estruturas sociais se omitem, muitas vezes, em detrimento ao poder, inclusive sexual, de uma parte da sociedade.

Para que a tida Cultura do Estupro se redesenhe em um cenário em que mulheres não sofram com leis que atrasem a penalização de seus agressores, com o descrédito sobre sua palavra ou sejam ainda alvo de culpas, mesmo sendo vítimas, é necessário discutir continuamente sobre a maneira como se dá a relação de homens e meninos com o poder, com a masculinidade e sua relação com o sexo e com a liberdade sexual, e principalmente discutir a maneira como a desigualdade de gênero é construída mesmo em um momento de rediscussão dos papéis exercidos por homens e mulheres, mesmo em suas facetas mais subjetivas, como a sempre ligação da feminilidade com a fragilidade, a fraqueza, e a masculinidade com a força, o belicismo e a violência, e não somente no âmbito geral em termos de sociedade, mas também dentro do ambiente doméstico e privado.

3.5 A luta política como forma de empoderamento feminino

Conforme foram expostos diversos olhares sobre a condição feminina na sociedade brasileira e as raízes que tais fatos discutidos aqui conferem ao cenário contemporâneo, resta o questionamento sobre a questão feminina atualmente, em 2020. Se há pouco discutíamos o que acontecia com as mulheres no período colonial e a maneira como foram vistas pela Igreja Católica ao longo dos séculos, agora faz-se necessário observar o momento presente, de lutas e conquistas para o futuro das mulheres.

Segundo a pesquisadora Flávia Biroli (2018, p. 23), “a divisão sexual do trabalho é um *locus* importante da produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe”. Ou seja, as questões discutidas anteriormente nessa dissertação sobre as diferentes incidências sobre raça e classe também incidem sobre o a produção de gênero – ou melhor dizendo, a produção de gênero não acontece de maneira alienada das questões raciais e de classe, mas sim é afetada por esses recortes.

Quando a autora discute sobre a divisão sexual do trabalho, ela propõe a reflexão que essa divisão permeia as relações sociais e é fundamental para a organização geral da sociedade ao mesmo tempo em que essa mesma divisão dialoga com uma estruturação patriarcal. Segundo Biroli (2018), a divisão entre o espaço doméstico e o espaço profissional, como as fábricas, não restringiu a casa como “espaço reprodutivo”, mas sim permitiu que ela continuasse sendo

espaço de trabalho produtivo e não remunerado de responsabilidade das mulheres, uma formação correspondente aos anseios masculinos de uma sociedade patriarcal.

A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema. (BIROLI, 2018, p. 28).

Biroli (2018) afirma que a distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é um ponto central. “O trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado” (BIROLI, 2018, p. 28). Ainda, segundo a autora, é dentro do casamento que essa relação de gratuidade do trabalho se define, e que enquanto é dentro de casa que esse trabalho não tem valor, fora de casa é que ele adquire valor econômico, tal qual o serviço doméstico contratado amplamente no Brasil. Ou seja, o trabalho doméstico deixa de ser remunerado, apesar de ainda seguir sendo um serviço que demanda tempo e força física, do mesmo modo que toma espaço de atividades remuneradas, como exercer uma profissão, investir em formação e educação. A título de exemplo, em 2016, segundo o estudo Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas)¹⁸, e quando esse contexto é analisado sob o recorte geográfico, a desigualdade se torna maior na região nordeste, onde as mulheres dedicaram cerca de 80% de horas a mais que os homens, somando 19 horas semanais.

Um ponto importante nessa questão é sobre a forma como “obrigações familiares restringem e moldam as ocupações fora de casa, ao mesmo tempo que se tornam um pretexto para ampliar a exploração capitalista do trabalho remunerado de mulheres” (BIROLI, 2018, p. 29), ou seja, tempo livre e renda acabam sendo eixos fundamentais da distância entre homens e mulheres, bem como entre mulheres brancas e negras. Nesse contexto, quanto mais tempo livre e maior a renda, maiores serão as condições de vida, bem como as claras marcações de desigualdade, afinal, se uma parte da sociedade exerce mais tempo de trabalho por menos remuneração, outra parte poderá estar em condições de receber mais.

¹⁸ IBGE. Estatísticas de Gênero. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, [s.l.], n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

E essa relação entre obrigações familiares e ocupações fora de casa se diversificaria ao longo do tempo, já que as transformações internas do capitalismo seriam incentivos e pressões que causariam a reorganização da vida doméstica (BIROLI, 2018), além do fato de que a privatização do trabalho feminino, ou seja, a não remuneração da sua força de trabalho, faria parte do processo pelo qual a mão de obra feminina teria se tornado mais barata em comparação à masculina, o que explica, em partes, a diferença salarial entre homens e mulheres em cargos iguais¹⁹.

A permanência da atribuição desigual das responsabilidades pela vida doméstica, sobretudo pela criação dos filhos, seria ainda um fator que, como dito anteriormente, tornaria mais aguda a exploração da mão de obra feminina, pelo fato de acarretar a descontinuidade das trajetórias profissionais e provocar maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano de trabalho fora de casa. (BIROLI, 2018, p. 32).

A desigualdade na divisão sexual do trabalho acaba por criar e reproduzir desigualdades em outras esferas da vida das mulheres, questão essa que se relaciona com os demais tipos de violência que acometem as mulheres historicamente. Aqui nesse ponto, conforme as mulheres têm menos tempo e menor renda, suas aspirações se tornam dependentes de fatores externos, bem como reforçam uma estrutura histórica de desigualdade, que alocou as mulheres em condições não somente violentas, mas também e principalmente silenciadoras.

Nesse sentido, a relação da luta feminista com a mudança da posição relativa das mulheres ao longo do tempo foi e continua sendo importante, desde que se façam ressalvas e recortes de raça e classe. Biroli (2018) afirma que apesar da divisão sexual produzir o gênero, ela não o faz isoladamente e nem se dá da mesma maneira para mulheres negras e brancas. Apesar da atribuição diferenciada de responsabilidades numa divisão entre homens e mulheres resultar em uma definição das mulheres como grupo em contraposição aos homens, não é possível dizer que essas responsabilidades serão desempenhadas igualmente por todas as mulheres.

Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade, se levarmos em conta os fluxos migratórios. Na conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e trabalho remunerado, a vida das mulheres se organiza de maneiras distintas, segundo a oposição que elas ocupem em outros eixos nos quais se definem vantagens e desvantagens. (BIROLI, 2018, p. 36).

¹⁹ Em 2019, o Índice de Desenvolvimento de Gênero, divulgado pelo Programa das Nações Unidas, apontou que as mulheres no Brasil estudam mais, mas mesmo assim têm renda 41,5% menor que os homens. Apesar de terem mais anos de escolaridade (15,8, enquanto que os homens contam com 15) e média de anos de estudo (8,1 para as mulheres e 7,6 para homens), ainda existe um claro atraso econômico das mulheres em relação aos homens.

É nesse ponto que convergem os olhares históricos sobre a construção da sociedade brasileira baseada em diferenças e desigualdades. Se as mulheres negras, historicamente marginalizadas, ainda fazem parte das parcelas da sociedade mais oprimidas, violentadas e pior remuneradas, isso se dá como uma consequência histórica que ainda não foi superada e que, inclusive, ainda se reproduz sistematicamente pelo Brasil, restringindo o acesso de mulheres negras às melhores condições de trabalho, renda e educação. Ou seja, dizer que a divisão sexual do trabalho é também uma forma de colaborar para que as mulheres estejam em condições de desigualdade em relação aos homens não dá conta de toda a problemática. As relações raciais e econômicas, tão caras às análises sobre o cenário brasileiro, devem ser levadas em conta para que possamos compreender que se mulheres brancas sofrem com essa divisão, as mulheres negras sofrem duplamente.

Vale observar que, em 2013, ano em que foi aprovada no Brasil, pela primeira vez, a legislação que equipara o trabalho doméstico remunerado a outros tipos de trabalho, o número de trabalhadoras domésticas havia se reduzido bastante em comparação ao que era em 1997 [...]. O percentual de mulheres negras que exerciam trabalho doméstico era, no entanto, de 18,6%, bem próximo do percentual total das mulheres que exerciam o trabalho doméstico remunerado em 1997, que era de 18%. Já o de mulheres brancas era de 10,6%. (BIROLI, 2018, p. 42).

Dentro desse contexto, Biroli (2018) afina que o caráter estruturante da divisão sexual do trabalho acaba por reverberar também na participação política feminina. Estando muito além de ser explicada no âmbito das escolhas individuais, a divisão sexual do trabalho participa desse contexto como um fator que molda tais escolhas. “Nessa condição, é ativada pelas instituições, pelas políticas públicas (ou pela ausência de certas políticas) e, em conexão com elas, pelas formas simbólicas de afirmação do feminino e do masculino em outras dimensões das relações de gênero” (BIROLI, 2018, p. 44). Ou seja, diferentemente do que possa parecer, infere-se que as mulheres não participem da política não pelo fato de que não se interessam pela carreira política ou por escolherem outros caminhos, mas também, e em muitos casos principalmente, pelo fato de suas condições de vida moldam suas escolhas, muitas vezes não mostrando a prática política como um caminho, em grande medida por falta de tempo e de renda.

Por isso, é possível observar, por exemplo, alguns dos motivos pelos quais há uma sub-representação feminina na política brasileira, bem como uma menor inclusão de temas como a divisão sexual do trabalho na agenda política. O Brasil, em 2017, ocupava a posição número 152 entre os países que informaram o percentual de cadeiras em suas câmaras baixas (câmara de deputados) ou parlamento unicameral ocupadas por mulheres em exercício (CMIG 44), com

10,5%²⁰. Apesar da política de cotas que obriga que exista um mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas de cada sexo por partido ou coligação partidária, em 2017 as mulheres somavam apenas 11,3% no Congresso Nacional. Segundo Biroli (2018), menores tempo e renda distanciam as mulheres da política, e quando isso acontece, a política acaba não pautando temas e assuntos que são caros a elas simplesmente porque não tocam aqueles que de fato têm acesso à política e à atuação política direta.

Em outras palavras, quanto mais a divisão sexual do trabalho doméstico incide como problema e obstáculo na vida das pessoas, mais distante estão elas do sistema político. Quando mais envolvidas estão com o trabalho doméstico cotidiano, menores e menos efetivos são os instrumentos de que dispõem para politizar as desvantagens que vivenciam e as hierarquias assim estruturadas. (BIROLI, 2018, p. 46-47).

Se a política e a democracia brasileira são representadas por apenas um núcleo da sociedade, em grande medida por homens, brancos e heterossexuais, não levando em consideração a pluralidade de realidades e cotidianos, essa mesma política e democracia corre o risco de não debater nem resolver problemas desses setores sub-representados. “Por estarem numa condição vantajosa dada previamente, algumas pessoas podem agir como se não se tratasse de uma vantagem” (BIROLI, 2018, p. 47). É o que acontece, por exemplo, no Brasil, em que se tem homens decidindo por mulheres temas como aborto, maternidade, acesso a creches, violência doméstica, violência sexual, jornada de trabalho, dentre tantos outros temas caros às mulheres.

Importante frisar que, apesar da menor participação feminina em espaços como a Câmara dos Deputados e do Senado Federal, as mulheres participam da vida política brasileira em espaços como sindicatos, ONGs e organizações comunitárias, mas é necessário reconhecer os diversos impasses que se impõem para a construção de suas carreiras políticas, impasses esses que de certa maneiras se apresentam como estruturais na sociedade brasileira.

Constitui-se, assim, um viés de representação não propriamente calcado na ausência de ação política, mas na desigualdade no acesso a recursos para definir o que tem relevância no debate político e para fazer valer, de modo que seja vinculatório para todas as pessoas, interesses coletivos configurados a partir de trocas e ações políticas em outros espaços. (BIROLI, 2018, p. 201).

Nesse sentido, a realidade política brasileira, enquanto essa dissertação é escrita, demonstra um choque não somente entre interesses de representação política no sentido da divisão sexual do trabalho, mas também e principalmente pela não completa separação entre Igreja e Estado, dificultando a discussão de pautas tão pontuais para mulheres, como o aborto

²⁰ IBGE. Estatísticas de Gênero. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, [s.l.], n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

e a educação sexual nas escolas com o objetivo de reduzir as desigualdades racial, regional, de gênero e de orientação sexual desde a infância, a fim de produzir uma sociedade menos violenta. Com menos mulheres na política brasileira e uma ainda grande presença de setores historicamente conservadores, como religiosos eleitos para cargos públicos tais como deputados e senadores²¹, a política brasileira atrasa debates e enfrentamentos de problemas que acometem as mulheres brasileiras.

Os segmentos religiosos mais engajados nessas controvérsias no Brasil hoje – neopentecostais e carismáticos católicos – podem ser considerados “atores sociais de um tipo de modernidade que se desenvolveu em uma sociedade marcada pela desigualdade de renda, pela instabilidade política e pelo papel proeminente da Igreja católica”. Confrontam mudanças ou mutações dessa modernidade, que geraram o fortalecimento do “ideário dos direitos humanos e dos movimentos de minorias sexuais”. (BIROLI, 2018, p. 168).

Ao observar o entrelaçamento, ainda hoje, entre religião e política, abre-se espaço para que os combates a estereótipos e discriminações sejam gradualmente diminuídos com base em um discurso que historicamente reduziu setores da sociedade, destituindo-os de voz ativa. Quando a política brasileira é praticada conforme preceitos religiosos, incompatíveis com temas delicados como aborto, homossexualidade, dentre outros assuntos urgentes para o combate à desigualdade – e também para que seja possível diminuir as estatísticas de violência e garantir dignidade e igualdade de acesso a todos, sem distinção –, podem ficar de fora da agenda pública certas urgências da sociedade por incompatibilidade entre os setores mais conservadores e as demandas atuais por inclusão e pluralidade.

Violências e constrangimentos se organizam segundo convergências de gênero, sexualidade, classe e raça. Não é apenas a ação discriminatória, mas também a inação do Estado que dá livre curso às formas múltiplas de violência estrutural. A recusa dos direitos sexuais, a homofobia e o sexismo são vividos em sua conjugação com as desigualdades socioeconômicas e regionais, o racismo, aspectos geracionais e deficiências, entre outros fatores. (BIROLI, 2018, p. 138).

É nesse contexto que a discussão sobre as violências sofridas por mulheres brasileiras todos os dias acabam soando inconsistentes. Se por um lado, o feminismo que lutou por direitos trabalhistas, igualdade salarial, liberdade sexual e direito ao voto não abarcou todas as complexidades que a desigualdade de raça e classe impunham e ainda impõem na sociedade, por outro ele fica atado pelo distanciamento político imposto às mulheres brasileiras, frente aos diversos obstáculos que se apresentam a elas no acesso à representatividade política.

²¹ DAMÉ, Luiza. Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. **Agência Brasil**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Não restam dúvidas de que a realidade das mulheres mudou e melhorou, conforme conquistaram mais espaço no mercado de trabalho, mais voz para denunciarem opressores, mas direitos como indivíduos. No entanto, há de se reconhecer que muito ainda deve ser feito e que o mundo que escravizou silenciou mulheres até pouco tempo ainda existe com muitas semelhanças.

Por isso, mesmo que a representação política brasileira ainda reflita a realidade de desigualdade e opressão vivida por mulheres ao longo de todo o país, principalmente no que diz respeito ao estupro e à violência sexual sofrida por elas diariamente, movimentos têm sido criados e desenvolvidos a fim de não só expor esses problemas, bem como serem uma tentativa de conscientização e luta.

Como exemplo, o movimento #NãoéNão, amplamente divulgado nas redes sociais, ganhou as cidades brasileiras para discutir o abuso sexual de mulheres, desde a importunação cometidas por homens nos transportes públicos, até mesmo o assédio sexual e a violência direta cometidas diariamente. Há alguns anos, o movimento se tornou mais do que uma campanha na internet, sendo agora um convite à reflexão sobre o abuso cometido contra o corpo das mulheres e que se amplia sempre que grandes eventos acontecem no Brasil, como o carnaval de rua, que no ano de 2019 distribuiu 41.500 adesivos e tatuagens com os dizeres “Não é não”²².

E são por movimentos como esse que a luta de mulheres se mostra cada vez mais necessária atualmente. Mesmo com a ampliação do debate feminista nas redes sociais e com o crescente empoderamento feminino conforme as mulheres se sentem apoiadas a denunciarem seus agressores e as estruturas que as colocam em condição de desigualdade em relação a homens, principalmente quando questões raciais e econômicas fazem parte do cenário, as mulheres ainda sofrem com estruturas e paradigmas que demandarão luta, debate, reflexão e, acima de tudo, mudanças. E a violência sexual no Brasil escancara que as mulheres ainda estão em situação de vulnerabilidade não somente por desigualdades já expostas diariamente como as econômicas e sociais, mas também por motivos “subjetivos”, como estruturas estabelecidas historicamente que garantiram a perpetuação de violências de geração a geração.

²² SECRETARIA. Contra o assédio, campanha “Não é Não” distribui 41.500 tatuagens e adesivos. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/contra-o-assedio-campanha-nao-e-nao-faz-41-500-abordagens>. Acesso em: 14 dez. 2020.

4 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Para seguir com a pesquisa, algumas escolhas metodológicas foram feitas a fim de obter os resultados esperados e responder ao questionamento proposto: como é representada a mulher vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo digital?

Com isso, além de toda a revisão bibliográfica dos capítulos anteriores que buscaram discutir os diversos pontos que permeiam o objeto de análise, tais como jornalismo, jornalismo digital, Brasil e violência, violência contra a mulher e violência sexual, cabe elencar quais as escolhas para que todo esse arcabouço dialogue com a prática jornalística brasileira.

Com isso, escolhemos como métodos de análise a Hermenêutica de Profundidade, que irá analisar e interpretar as matérias jornalísticas dos portais G1, UOL e R7. Juntamente com a Hermenêutica, usaremos a Netnografia para analisar o *locus* digital onde essas matérias estão hospedadas, considerando que essa forma de fazer jornalismo depende muito do local onde ele acontece, ou seja, a web.

Dessa forma, pretendemos observar a relação entre o jornalismo em sua forma mais contemporânea, ou seja, digital, e o estupro coletivo, um crime em que quase a totalidade dos casos tem relações com a desigualdade de gênero no Brasil, um país patriarcal e, principalmente, machista.

4.1 Os portais

O jornalismo digital no Brasil se ampliou nos últimos anos com grande intensidade, principalmente pela popularização do uso de smartphones e o amplo acesso à internet sem fio. Pesquisas de 2019²³ apontam que cerca de 70% da população urbana brasileira usa a internet e 44% da população rural está conectada. Apesar da desigualdade econômica ainda ser um fator notável e importante no Brasil, acarretando desigualdade de acesso à internet no país, tem sido observar uma tendência de crescimento ao longo dos últimos 10 anos, como foi relatado na pesquisa TIC Domicílios (2019), que detectou que o acesso à internet nas classes econômicas D e E passou de 30% em 2015 para 48% em 2018, representando um acréscimo de 24,6 milhões

²³ LAVADO, Thiago. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. **G1**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

de usuários²⁴. Ou seja, o brasileiro tem consumido informação, serviço e conteúdo digital de maneira ampla.

Levando esses dados em consideração, entendemos ser importante analisar de que maneira os grandes canais de comunicação e também o jornalismo se comportam na internet, tendo em vista que a população brasileira se informa em grande medida por meio desses canais, o que consequentemente pode colaborar para a formação de opiniões, visões políticas e cidadania do brasileiro.

Com isso, escolhemos o portal UOL primeiramente por ter sido um dos primeiros portais a surgirem no Brasil quando o modelo chegou ao país nos anos 1990. Atualmente, o site tem mais de 7,4 bilhões de páginas vistas mensalmente e mais de 113 milhões de visitantes únicos por mês, contabilizando um dos maiores números em audiência da internet da atualidade e garantindo ao UOL o lugar entre os dez sites mais acessados²⁵ no Brasil nos últimos anos.

Com relação aos portais G1 e R7, considera-se que são importantes para a análise por serem portais de notícias pertencentes a grandes conglomerados de comunicação do Brasil, respectivamente Grupo Globo e Grupo Record. Suas audiências também são destacáveis: o portal G1²⁶ contabilizou em 2018 cerca de 3,1 bilhões de acessos e 56 milhões de visitantes únicos, enquanto o portal R7²⁷ figurou, em 2017, como o sétimo site mais visitado entre todos os sites na internet brasileira, tendo 138 mil acessos mensais na sua editoria de notícias.

A partir dessas escolhas, optou-se por observar como esses grandes portais representam e noticiam estupros coletivos, assunto significativo quando se fala sobre desigualdade de gênero, violência contra a mulher e dignidade sexual feminina. Esperou-se entender como os veículos jornalísticos com grande audiência nos meios mais tradicionais atuam na web, bem como a produção jornalística de um portal genuinamente digital, como o UOL. Acreditamos que esses portais escolhidos oferecem parâmetros de comparação, bem como são uma amostra

²⁴ TIC Domicílios. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

²⁵ AGRELA, Lucas. Os 50 sites mais acessados do Brasil e do mundo. **Exame**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/os-50-sites-mais-acessados-do-brasil-e-do-mundo/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

²⁶ GRUPO Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. **G1**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

²⁷ PASTORI, Matheus. Quinto mais visitado da América Latina, Portal R7 tem 138 milhões de acessos mensais. **R7**, Bahia, 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/bahia/quinto-mais-visitado-da-america-latina-portal-r7-tem-138-milhoes-de-acessos-mensais-31032018>. Acesso em: 14 dez. 2020.

plural sobre o jornalismo digital que é consumido em maior quantidade pelos internautas brasileiros.

4.1.1 Portal G1

O portal de notícias G1, dirigido pela Central Globo de jornalismo, foi inaugurado no dia 18 de setembro de 2006²⁸ com o compromisso de fornecer ao internauta conteúdos multimídia, bem como diferentes ideias para o espaço na web. Com o portal de notícias, a Globo expandiu sua produção de conteúdo para a web, mas ainda sob a figura do grupo Globo como um grande conglomerado de notícias no Brasil. O portal se destaca por integrar o Brasil todo e suas pequenas regiões, como o G1 nacional, estadual e regional, permitindo ao leitor filtrar as notícias conforme a localidade que lhe for melhor.

Apesar de ter uma produção de conteúdo direcionada para o site e pensada para o seu formato, o site ganhou uma integração com a programação televisiva da Rede Globo por meio do G1 em 1 minuto²⁹, um boletim criado em 2015 que informa notícias que são destaques no site, buscando abranger o público e dialogar entre os meios, bem como reforçar a busca por notícia em tempo real, algo que faz parte das premissas do jornalismo do grupo Globo.

Atualmente, em 2020, no momento em que essa pesquisa é feita, o portal G1 conta com 17 editorias que se subdividem entre si, com os conteúdos de cada macrorregião brasileira, sendo elas Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, acesso para os sites dos telejornais da Rede Globo, acesso ao site e demais conteúdos da Globo News, blogs e colunas, podcasts, serviços, vídeos, newsletter e especial publicitário. O portal também disponibiliza ao leitor os princípios editoriais do Grupo Globo e de seus jornalistas.

²⁸ G1 completa seu primeiro ano na internet. **G1**, [s.l.], 2007. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL105920-6174,00-G+COMPLETA+SEU+PRIMEIRO+ANO+NA+INTERNET.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

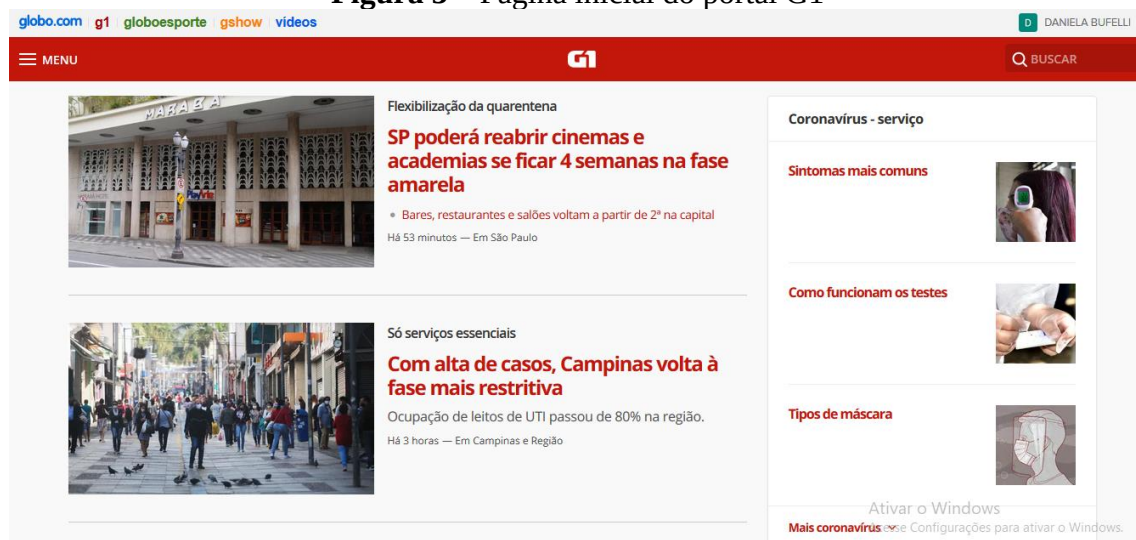
²⁹ NESTA segunda, dia 20, ‘G1 em 1 minuto’ estreia na programação. **G1**, [s.l.], 2015. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2015/04/nesta-segunda-dia-20-g1-em-1-minuto-estreia-na-programacao.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Figura 2 – Página inicial do portal G1



Fonte: captura de tela do site G1 (2020)³⁰

Figura 3 – Página inicial do portal G1



Fonte: captura de tela do site G1 (2020)³¹

4.1.2 UOL Notícias

O portal UOL, cuja sigla é uma abreviação para Universo Online, é um portal do Grupo Uol que surgiu em 1996³² com a proposta de oferecer conteúdo jornalístico e de entretenimento,

³⁰ G1. Página inicial do portal G1. **G1**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

³¹ G1. Página inicial do portal G1. **G1**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

³² GRUPO UOL. História. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

tais como salas de bate-papo virtual e textos da Folha de S. Paulo, notícias traduzidas para o português do jornal The New York Times, classificados e mais. No ano seguinte, foi lançada também a TV UOL, com produção exclusiva para a web e pioneira na transmissão de conteúdos ao vivo.

Já em 2000, o portal UOL começou a oferecer serviços para que seus leitores pudessem acessar seus conteúdos em dispositivos móveis, indo além da produção de conteúdo para plataformas *online* acessadas apenas por computadores.

Além do portal de notícias, o Grupo UOL também atua no setor de pagamentos, serviços e produtos, tendo em seu portfólio o site PagSeguro e a máquina de pagamentos por cartão Moderninha. Por ser um dos portais mais antigos do Brasil, conta também com uma das maiores audiências na internet brasileira.

Atualmente, em 2020, o UOL conta com 15 abas de conteúdos que se subdividem entre si, sendo elas Produtos, Coronavírus, Notícias, Carros, Economia, Folha, Esporte, Entretê, TV e Famosos, Universa, Viva Bem, Tilt, Nossa, Start e +Canais. O Portal conta com a participação minoritária em suas ações do Grupo Folha de S. Paulo, e por isso, justifica-se a ligação entre os sites de ambos.

Figura 4 – Página inicial do UOL



Fonte: captura de tela do site UOL (2020)³³

³³ UOL. Página inicial do UOL. UOL, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/>. Acesso em: 03 de jul. 2020.

Figura 5 – Página inicial do UOL



Fonte: captura de tela do site UOL (2020)³⁴

4.1.3 R7

O portal de notícias R7, pertencente ao Grupo Record, foi lançado em 27 de setembro de 2009³⁵, ano em que a emissora televisiva Record comemorava 56 anos. Ao longo dos anos, o portal ampliou sua área de cobertura, inaugurando o R7 Rio, em 2010, o R7 DF e o R7 MG em 2012, como também o R7 BA e R7 Triângulo Mineiro em 2013.

É conhecido por ser um dos portais de notícias e entretenimento mais acessados da América Latina, principalmente por ser dirigido pelo Grupo Record, de grande presença na televisão aberta brasileira.

Da mesma forma que o G1, o portal produz conteúdo para a web, diversificando sua linguagem em comparação com a televisão, por exemplo. Uma grande vantagem do portal em comparação com a TV, é a interação com os internautas, não só em comentários, mas também pela maior interação que a web e todas as suas ferramentas apresentam hoje em dia, como e-mails e redes sociais.

Atualmente o R7 conta com as abas Coronavírus, JR 24H, Entretenimento, Lifestyle, Virts, Esportes, Blogs, Record TV e +R7, que se subdividem entre si. É também o único portal, entre os três, que mantém uma página para a TV Universal, local no site em que é possível

³⁴ UOL. Página inicial do UOL. **UOL**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/>. Acesso em: 03 de jul. 2020.

³⁵ R7. História do R7. **R7**, [s.l.], 2020. Disponível em: <http://www.r7.com/institucional/historia-do-r7>. Acesso em: 14 dez. 2020.

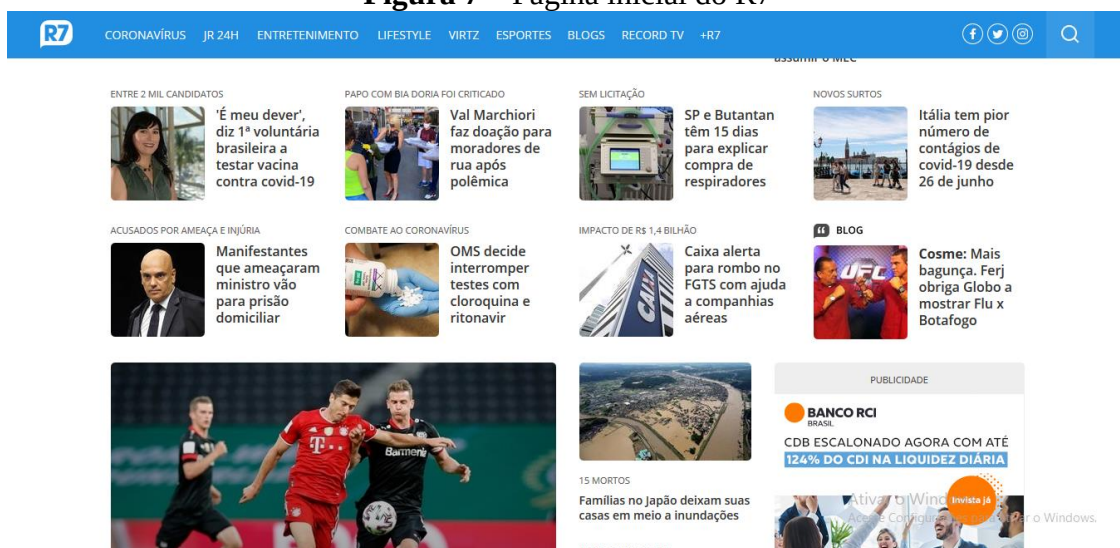
assistir ao vivo aos conteúdos televisivos da Igreja Universal – instituição pertencente ao mesmo dono da emissora Record.

Figura 6 – Página inicial do R7



Fonte: captura de tela do site R7 (2020)³⁶

Figura 7 – Página inicial do R7



Fonte: captura de tela do site R7 (2020)³⁷

³⁶ R7. Página inicial do R7. R7, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.r7.com/>. Acesso em: 04 de jul. 2020.

³⁷ R7. Página inicial do R7. R7, [s.l.], 2020, Disponível em: <https://www.r7.com/>. Acesso em 04 de jul. 2020.

4.2 Período de análise

Para a análise, selecionamos quatro matérias jornalísticas de cada portal, somando 12 matérias ao todo que tenham noticiado sobre estupro coletivo no Brasil e que foram veiculadas em 2019. Acreditamos que esse seja um número interessante, podendo abarcar uma quantidade favorável para comparações, compreensões e interpretações, mas que ainda não constituem um número muito grande de textos a serem analisados, o que poderia ser difícil de lidar tendo em vista o curto período para o desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma, o ano de 2019 foi escolhido pois ele corresponde a um período recente, mas já finalizado – diferentemente se escolhêssemos o ano de 2020, em que poderíamos deixar de fora alguma produção publicada depois da conclusão dessa pesquisa.

Os textos escolhidos foram encontrados a partir da caixa de busca dos portais com os termos Estupro Coletivo e, dentro de todas as notícias encontradas em cada portal, foram selecionadas aquelas com maior número de comentários. Isso se justifica, pois no ambiente digital a interatividade do internauta com o produto jornalístico, bem como com o portal, é de extrema importância, além de ser um dos principais elementos que o diferenciam dos meios mais tradicionais, como televisão, jornal impresso e rádio. A exceção aqui se dá, no entanto, com o portal R7, em que as buscas se alteram se o ano é acrescentado juntamente com as palavras chaves, sendo “estupro coletivo 2019”. Por isso, para que nenhuma publicação ficasse de fora, optamos por acrescentar o ano nas palavras chave para a busca pelos conteúdos. Além disso, o site não aceita comentários, e por isso, precisamos optar por escolher as matérias a serem analisadas com base nas datas, resultando assim em duas publicações do primeiro semestre de 2019 e duas do segundo semestre de 2019.

Também é importante dizer que nos resguardamos de quaisquer alterações no conteúdo, bem como de quaisquer alterações na disponibilização para leitura nos sites selecionados das suas respectivas matérias escolhidas para a análise. Os textos foram coletados para análise no dia 06 de agosto de 2020 depois de terem sido selecionados ao longo dos meses de junho e julho, e quaisquer mudanças ou exclusões dos conteúdos posteriormente a esse período são de responsabilidade total dos veículos de comunicação.

Com esses produtos jornalísticos selecionados para a análise, esperamos responder ao questionamento inicial que motivou essa pesquisa, dialogando com toda a revisão bibliográfica exposta, bem como com a realidade brasileira vivenciada pelas mulheres e retratada nos noticiários diariamente.

Para a análise também será considerado o Minimanual de Jornalismo Humanizado da ONG Think Olga, um material feito e direcionado a jornalistas e veículos de comunicação com dicas para uma produção inclusiva e sem preconceitos. Para essa pesquisa, utilizamos como referência o Minimanual de Violência Contra a Mulher (2016)³⁸, mas a ONG também disponibilizou os Minimanuais de Pessoas com Deficiência (2016)³⁹, Racismo (2016)⁴⁰, Estereótipos Nocivos (2017)⁴¹, LGBT (2017)⁴² e Aborto (2017)⁴³.

4.3 O conceito de representação

Platão (2019), em seu livro *A República*, discute sobre a Alegoria da Caverna. Nessa alegoria, alguns prisioneiros estão acorrentados por seus tornozelos e braços, impossibilitados de se mexerem e olharem para além das sombras que estão à frente deles, em uma caverna completamente escura, iluminada somente por uma fogueira localizada atrás deles.

Entre os prisioneiros e a fogueira, existe uma estrada, e a fogueira projeta as sombras das pessoas e animais que passam nessa estrada naquela parede que é a única coisa que os prisioneiros conseguem enxergar. Sendo assim, os prisioneiros têm acesso somente às sombras dessas pessoas, com tamanhos maiores que não correspondem exatamente aos seres que passam por trás deles e em formatos turvos. Enfim, apenas sombras.

A caverna representa “o campo do existir” – o mundo visível da nossa experiência cotidiana, no qual tudo é imperfeito e muda constantemente. Os prisioneiros acorrentados (que simbolizam as pessoas comuns) vivem num mundo de conjecturas e ilusão, enquanto o antigo prisioneiro, livre para explorar a caverna, obtém a visão mais fiel possível da realidade dentro do mundo sempre mutante da percepção e da experiência. (PLATÃO, 2019, posição 48).

Quando, de repente, um dos prisioneiros consegue escapar e sair da caverna, e ao encontrar o mundo “real” como ele é, ele precisou passar por um período de adaptação. A luz do sol, muito forte, comparada à escuridão da caverna, machucava seus olhos. No entanto,

³⁸ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte I: Violência contra a mulher. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_1_efe8621a394e2c. Acesso em: 14 dez. 2020.

³⁹ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte II: Pessoas com deficiência. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_2. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴⁰ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte III: Racismo. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_3. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴¹ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte IV: Estereótipos Nocivos. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_4. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴² THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte V: LGBT*. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_5_c87f12eab0f094. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴³ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte VI: Aborto. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_pt6. Acesso em: 14 dez. 2020.

conforme ele foi se adaptando, foi vendo que aquelas imagens que eles tinham acesso na caverna não correspondiam à “realidade”. O prisioneiro que escapou e viu, finalmente, como eram as coisas, e se desvencilhou da escuridão com a qual estava habituado, conseguiu enxergar que estava tendo contato apenas com sombras, com um mundo diferente da “realidade”. Uma representação do mundo.

Quando o prisioneiro da Alegoria da Caverna percebe que o mundo como ele conhecia não existe, ele decide retornar para a caverna para avisar aos companheiros que aquilo não era “real”, mas, ao chegar lá, ele precisa lidar com a ignorância dos prisioneiros, que ainda tomados pela cegueira da caverna, dizem que aquele que saiu estaria mentindo para eles.

Platão(2019) escreve sobre a Alegoria da Caverna para explicar um pouco sobre política, sobre aqueles que fogem das trevas por meio do conhecimento, da leitura, da educação, do pensamento crítico e que, assim, conhecem um novo mundo, escolhendo novos líderes e novas formas de se fazer política. A alegoria da Caverna oferece uma reflexão sobre o conceito de representação, no momento em que as imagens impressas na parede da caverna, distorcidas e “irreais”, se tornam uma representação do mundo, interpretado pelas pessoas à partir dos seus sentidos, como visão e audição – o que, segundo o filósofo, não são confiáveis. Seriam as representações, as maneiras com que o mundo se apresenta aos nossos olhos, verossímeis, confiáveis e até mesmo reais? Para Platão (2019), a representação do mundo, interpretada e reinterpretada pelos sentidos, não permite um “real” entendimento sobre a verdade e os reais significados por trás daquilo. Apesar da representação, dos sentidos, de ver as sombras projetadas na parede da caverna, Platão acredita que os humanos só conseguem atingir a “verdade” por meio do conhecimento.

Em contrapartida, Aristóteles (2020) acredita que a interpretação das coisas e dos sentidos só pode ser alcançada por meio da vivência, dos sentidos, da experiência – ou melhor dizendo, do empirismo. O conhecimento, para ele, é atingido por meio das ferramentas que temos no nosso corpo e no mundo ao nosso redor. A representação, por exemplo, apresentada por ele por meio do conceito de Mimese, diz respeito à imitação da vida e da realidade.

Em sua obra Poética, Aristóteles (2020) se debruça sobre diferentes gêneros literários, como a Comédia, a Epopeia e a Tragédia, para pensar as diferentes maneiras com as quais a imitação – a representação – acontece.

A epopeia, a tragédia, assim como a poesia ditirâmbica e a maior parte da aulética e da citarística, todas são, em geral, imitações. Diferem, porém, umas das outras, por três aspectos: ou porque imitam por meios diversos, ou porque imitam objetos diversos ou porque imitam por modos diversos e não da mesma maneira. (ARISTÓTELES, 2020, posição 102).

A imitação, ou Mimese, seria então a prática de imitar a vida, as pessoas, os caracteres, as qualidades humanas, bem como seus vícios. Os diferentes gêneros literários, em suas particularidades esmiuçadas por Aristóteles, já no século IV a.C., foram seu objeto de estudo não somente por fazerem parte da produção cultural do mundo, mas principalmente por significar o mundo ao nosso redor ao dar nomes, estigmas, imagens, significações.

A representação então, sob o ponto de vista de Platão (2019) e Aristóteles (2020), abre o caminho para pensarmos, de maneira mais contemporânea, sobre a representação midiática estudada por Stuart Hall (2016), visando entender a maneira como identidades, raças, gêneros e pessoas eram retratados nos meios midiáticos, como peças publicitárias, filmes e também no jornalismo. Se por um lado Platão (2019) discute sobre a representação como algo que não corresponde à realidade se não houver conhecimento, e por outro Aristóteles (2020) discute sobre a representação da realidade considerando que só atingimos a verdade por meio do empirismo e dos sentidos, Hall (2016) analisa a representação como algo cultural.

Hall (2016) parte do princípio que a representação é algo que acontece dentro de em uma determinada cultura, um sistema de “significados compartilhados” carregando símbolos, entendimentos e códigos particulares por meio da linguagem – por meio de um acesso comum a uma mesma linguagem que seja entendida por todos.

A linguagem é capaz de fazer isso porque ela opera como um sistema representacional. Na linguagem, fazemos uso de signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos “meios” através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos. (HALL, 2016, p. 18).

Para Hall (2016), dentro de uma mesma cultura, a linguagem expressa sentidos e pensamentos que serão interpretados pelas pessoas que compartilham dessa mesma linguagem nessa cultura. Segundo Hall (2016), o termo “cultura” ganha aqui o significando de “conjunto de práticas”, e diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos e ao compartilhamento de significados entre os membros de um grupo ou sociedade. “Nesse sentido, o estudo da cultura ressalta o papel fundamental do domínio simbólico no centro da vida em sociedade” (HALL, 2016, p. 21). A linguagem como sistema de representação será interpretada culturalmente, formando o nosso “mapa de sentidos” (HALL, 2016).

Ao estudar a representação, deve-se considerar a cultura em que essa representação acontece. Se os significados acontecem dentro de uma lógica de compartilhamento de sentidos e significados, por meio de linguagens compartilhadas pelas pessoas de uma mesma cultura, entende-se que esse sentido acontecerá justamente por conta de todo o conjunto de práticas e

questões culturais recorrentes nessa comunidade, grupo, sociedade. “Em outras palavras, a questão do sentido relaciona-se a todos os diferentes momentos ou práticas em nosso ‘circuito cultural’ – na construção de identidades e na demarcação de diferenças na produção e no consumo, bem como na regulação da conduta social.” (HALL, 2016, p. 22).

Assim, as culturas, operando por meio de um conjunto de práticas, dão sentido a tudo que existe pela maneira como representam por meio de linguagens o mundo ao redor. Como Hall (2016, p. 32) resume, “a representação diz respeito à produção de sentido pela linguagem”. Se for por meio da linguagem que damos sentido ao mundo ao nosso redor com o fator cultural e diferencial, damos lugar a uma produção simbólica de sentidos.

Especificamente sobre a representação da violência no Brasil, faz sentido procurar entender como ela se dá na mídia brasileira entendendo toda a linguagem e os códigos compartilhados pelos brasileiros que fazem parte dessa mesma cultura. A representação de criminosos em programas televisivos policiais, por exemplo, faz parte de um conjunto de significados existente dentro de uma cultura que lida de maneira combativa e maniqueísta com a violência, colocando sempre como algo do outro, como discutido previamente nesse trabalho. “Uma vez que julgamos o mundo de maneira relativamente similar, podemos construir uma cultura de sentidos compartilhada e, então, criar um mundo social que habitamos juntos”. (HALL, 2016, p. 36).

Dentre as práticas representacionais existentes, Hall (2016) destaca a estereotipagem em torno da diferença, do “outro” – sendo esse outro, por exemplo, a violência, diferenças raciais e etnia, dentre outros temas. Segundo o autor, “todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (HALL, 2016, p. 150). Fotografias, notícias, filmes, peças publicitárias sobre o outro, sobre a diferença, ganham significados quando são localizadas em um contexto acumulando sentidos e significados com práticas representacionais semelhantes.

Hall (2016) faz quatro diferentes abordagens sobre a diferença antes de pensar a prática de estereotipagem como prática representacional. Segundo Hall (2016, p. 153), a primeira vem da linguística “e ao uso da linguagem como um modelo” pois, sem a diferença, o significado não poderia existir, ou seja, só conhecemos o significado de homem, pois temos o significado de mulher, bem como o de preto, pois temos o significado do branco, ou seja, “da diferença de opostos” (HALL, 2016, p. 154). No entanto, como bem apontado pelo autor, essa abordagem acaba sendo simplista e reducionista, bem como binária e rígida.

Já a segunda abordagem sobre a diferença também é tratada pela linguagem, mas agora em uma noção dialógica, ou seja, um significado sendo construído por meio de um diálogo com o outro. “[O significado] surge na troca entre diferentes interlocutores. Na linguagem, metade das palavras pertence ao outro. Ela somente se torna a ‘própria palavra’ quando [...] o falante se apropria dela, adaptando-a à sua própria intenção de expressão semântica” (HALL, 2016, p. 155). Aqui nessa abordagem, o significado só existe por conta da diferença.

A terceira abordagem é antropológica, segundo Hall (2016, p. 156), em que “a marcação da diferença é, portanto, a base da ordem simbólica que chamamos de cultura”. Ou seja, a diferença faz parte de um processo de classificação e hierarquização, registrando então a necessidade da diferença para tais classificações. Mas, como aponta Hall (2016), a diferença pode se converter em exclusão e estigmas, no momento em que a diferença desestabiliza uma cultura.

O quarto tipo, por sua vez, remete à psicanálise e a forma como a diferença, o Outro age na constituição do nosso self, já que nossas “subjetividades dependem de relações inconscientes com os outros significantes” (HALL, 2016, p. 159).

Independentemente da abordagem sobre a diferença, de todo modo há aqui a oposição entre dois pontos, o binarismo do mundo e a separação, de certa forma, entre “nós” e “eles” no tocante à diferença. A diferença, nesse sentido, será sempre colocada em uma “caixa” ou outra, de certa forma até reduzida a justamente ao que tem de diferente.

A estereotipagem age, então, nesse sentido de representar o diferente e que, em partes, torna-se o ponto central para esse trabalho. Segundo Hall (2016, p. 173), “estereotipado significa reduzido a alguns fundamentos fixados pela natureza, a umas poucas características simplificadas”. Um exemplo, como trazido pelo autor, é o uso de estereótipos para a representação de negros, unificando características e “apagando” as diferenças existentes entre os negros, reunindo “toda uma gama de ‘tipos de negros’ com apenas alguns traços simples e essencializados” (HALL, 2016, p. 173). Nesse ponto também podemos inferir sobre a representação feminina por parte dos portugueses que aqui chegaram em 1500, já discutida anteriormente, reduzindo as mulheres indígenas em corpos associados à natureza e desprovidos de cultura, bem como as mulheres negras escravizadas, reduzidas a mercadorias e objetos sexuais, acarretando estigmas e estereótipos que se reproduzem em certo sentido até hoje, como a figura da negra sensual, erotizada como se seu único atributo fosse seu corpo ou o poder de seduzir os homens.

[Os estereótipos] se apossam das poucas características “simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas” sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados. Este é o processo que descrevemos anteriormente. Então, o primeiro ponto é que a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”. Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou expelle tudo o que não cabe, o que é diferente. (HALL, 2016, p. 191).

A estereotipagem atua em um sistema de divisão, entre o que é aceitável e o que é repugnante, entre o que é considerado “normal” e o que é tido como diferente. Podemos pensar sobre a representação da violência, por exemplo, no mito da não violência brasileira como uma nação solidária e nada violenta. A violência, enquanto pertencente ao outro, enquanto diferente de “nós brasileiros”, se transforma em algo repugnante que, por sua vez, é retratado por meio de estereótipos. Vincula-se a violência aos setores mais marginalizados da sociedade, estigmatiza-se racialmente a violência, como se o negro fosse mais violento que o branco – algo que podemos ver, por exemplo, em novelas, em que atores negros interpretam papéis ligados ao crime mais do que atores brancos – de forma a excluir da figura, da identidade do brasileiro a noção de violência.

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*), entre nós e eles. (HALL, 2016, p. 192).

A estereotipagem implica em relações sociais, simbólicas e, consequentemente, de poder. Segundo Hall (2016), a estereotipagem acontece contra um grupo subordinado – por questões sociais e/ou raciais, por exemplo – excluindo aqueles que pela ideia do grupo dominante devem ser excluídos, e tornando norma as práticas, ideias e visões que esse mesmo grupo considera aceitáveis. A estereotipagem ocorre quando há uma grande desigualdade de poder, naquilo que o autor designa como uma conexão entre representação, diferença e poder:

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação”. (HALL, 2016, p. 193).

Entendemos então que a representação se constrói socialmente, ela tem seu sentido construído dentro de uma sociedade em determinado tempo histórico. As relações de poder entre classes, raças e gêneros, por exemplo, participam do processo de representação no momento em que fixarão essas relações e disputas de poder.

Pensando na representação feita pelo jornalismo brasileiro ao retratar identidades, pessoas e fatos, devemos entender que existe todo um contexto de relações, disputas,

desigualdades e diferenças que remontam desde a colonização da América. As disputas com indígenas, os negros africanos trazidos a força e toda uma cultura baseada na ideia de que o branco europeu deveria ser visto como “superior”, em uma noção eurocêntrica da história, colaborou e culminou em um Brasil que ainda hoje alimenta a marginalização de negros e indígenas. Quando também ao longo da história brasileira a mulher indígena foi vista como uma figura a ser catequizada, ensinada, tida como, de certa forma, uma aberração por possuir costumes e modos de viver diferentes do homem branco, ao mesmo tempo em que era vista apenas para fornecer filhos (que posteriormente serviriam economicamente) e sexo tendo seu corpo associado aos perigos da natureza, como se fosse um pecado; as disputas matrimoniais em que a dignidade da mulher era reduzida à sua sexualidade e ao seu silenciamento perante as violências que sofria sob o argumento de que seu marido detinha os poderes sobre ela, todos esses cenários que nos permitem inferir sobre a construção social da mulher na sociedade brasileira, distanciada da prática política, reduzida aos homens, em sua maioria brancos e heterossexuais, são cenários que nos permitem ver que a representação midiática também se dá nesse panorama de violências, silenciamentos e disputas que colaboraram para que a mulher ocupasse os lugares que ocupa hoje – com menos participação política, jornadas duplas de trabalho e violência doméstica, sexual e desvantagem profissional.

Nesse sentido é que a visão de Stuart Hall (2016) foi vital para essa pesquisa: entender os contextos que estão por trás das notícias veiculadas sobre estupro coletivo e que serão importantes para podermos indagar a forma como elas são escritas, publicadas e construídas. Partiu-se do ponto que o jornalismo é feito em um dado momento histórico, em um dado local geográfico e sob preconceitos, desigualdades, disputas de poderes e ancorado em visões de mundo socialmente construídas. Nesse sentido, a representação não acontece de maneira alheia à realidade onde ela é construída, mas é, em certo sentido, fruto dessa realidade. Buscar entender as maneiras pelas quais são representadas as vítimas de estupro coletivo é também tentar entender como se dá o diálogo entre realidade e jornalismo, entre contexto histórico e produção midiática, entre sociedade e comunicação.

4.4 Hermenêutica

Além da netnografia usada como método de observação para que possamos compreender o ambiente digital, como falaremos no próximo tópico, elencou-se o uso do

método da Hermêutica para que pudéssemos interpretar a representação da vítima de estupro coletivo em notícias de portais online.

A escolha se deu, primeiramente, pelo caráter dialógico que o método propõe, considerando não somente o objeto em análise, mas também e principalmente as questões culturais, o contexto histórico, as condições que envolvem o pesquisador, como preconceitos provenientes do convívio social e, sem dúvida, o entendimento de que a linguagem, o intercâmbio de sentidos e o entendimento por meio dessa troca são cruciais no processo comunicativo e, sem dúvida, jornalístico.

O método hermenêutico opera uma espécie de aprofundamento da análise na intersubjetividade no sentido histórico, ou seja, a violência contra a mulher e, especificamente, o estupro, são questões atuais, contemporâneas, mas também são questões históricas. Nesse sentido, a análise hermenêutica faz uma espécie de visita às relações intersubjetivas dentro de um contexto histórico. O que nos interessa nesse contexto histórico é o momento atual, obviamente, a questão contemporânea, mas a questão contemporânea não está isolada da questão histórica desde a bíblia, o mundo grego até hoje – tal qual o resgate bibliográfico desde o Brasil Colônia até os tempos atuais, com a discussão sobre representatividade feminina na política brasileira.

Esse reconhecimento das relações intersubjetivas e das relações com a história abre caminho para o entendimento sobre o jornalismo que é feito hoje, bem como sobre as relações entre os gêneros, sejam elas violentas ou não, e por isso, acredita-se que não podemos analisar o presente sem considerar o passado. Esse diálogo com os contextos, plurais e diversos sob a visão dos estudos de gênero, da história e dos estudos de sociedade, permitido pela análise hermenêutica, justifica a escolha pelo método. A perspectiva hermenêutica exige a inclusão, a penetração e confronto dos horizontes estruturais, seja da pesquisa e do pesquisador, seja do horizonte cultural do contexto em si, seja do horizonte teórico, como os autores trabalhados, seja no campo da filosofia, da antropologia ou sociologia.

Outro ponto que diz respeito a escolha do método é sobre o preconceito por parte do pesquisador que o método considera. Entender que o pesquisador faz parte da mesma sociedade que ele estuda, exige que se reconheça que esse mesmo pesquisador pode ter que lidar com tais visões, preconceitos, estigmas sociais para que ele possa se distanciar e observar e analisar racionalmente sobre o fato que se propõe estudar. Esse horizonte de preconceitos exige uma permanente atitude crítica do pesquisador que historicamente naturaliza a violência contra a mulher, contra o negro, contra a população LGBTQI+. Deve-se ter consciência sobre essas

questões, principalmente pois o processo de compreensão estará em relação aos esquemas articulados, como os esquemas de representação, a linguagem, a interpretação e, principalmente, os jogos operados dentro de tais esquemas.

Levando os preconceitos do pesquisador em consideração, a compreensão hermenêutica implica sempre o processo de “fusão de horizontes” do eu com o outro, ou seja, o horizonte do pesquisador com o horizonte do outro. A fusão de horizontes, inerente a relação dialógica, associada às categorias de intersubjetividade e historicidade, conduz à consideração dinâmica e profunda da questão das diversidades culturais.

As novas mídias que surgiram ao longo dos últimos anos, tais como os dispositivos móveis, reformularam não só o modo de fazer jornalismo, de se informar, de mediar, mas também o modo de ser da sociedade e do eu. O imediatismo, a urgência, a instantaneidade transformaram não somente a rotina do jornalista, mas principalmente o entorno desse jornalismo, seus leitores, suas fontes, o mundo ao seu redor, e considerando que o jornalismo não é feito em um “vácuo”, ou seja, que ele reflete o mundo ao seu redor, seus ideais, seus modos de ser e de operar, seus preconceitos e exclusões, é mais do que importante olhar para esse entorno em constante mudança.

Levando em consideração que essa pesquisa trata de uma investigação sobre representação midiática, o método hermenêutico vem a calhar também com a reflexão proposta por Hall (2016), anteriormente apresentada aqui. Segundo Morais (2020, p. 3),

Uma das grandes contribuições de Gadamer consiste na ideia de que a linguagem atua constantemente como *medium*, isto é, como tradutora e mediadora das experiências humanas, levando em conta o conceito clássico que pressupõe não somente a compreensão que se funde na transferência de conhecimento para o outro, mas também a participação imediata de um no outro, pois só assim é possível compreender o que se exprime, pondo-se de acordo com a linguagem. Desse modo, objetiva exprimir consciente e inconscientemente o pensamento.

Aqui se considera a linguagem como parte importante do processo de comunicação, inserida em um contexto cultural e compartilhada pelos membros de determinado local, pressupondo, principalmente, uma transposição de sentidos para que haja entendimento. “Comunicar, para Gadamer, significa traduzir usando a linguagem como *medium*, em um processo de acordo que possibilita trocas, inclusive também de consciências, além de experiências entre os interlocutores” (MORAIS, 2020, p. 4).

Então, conforme acontece essa transposição, “cada meio de comunicação a desenvolve [a linguagem] e aprimora a própria compreensão de mensagens, seja na forma escrita, oral ou por imagens, mantendo observância na inclusão de seus usos e costumes” (MORAIS, 2020, p. 4), naquilo que Gadamer chama de consciência compreensiva – a conversão de texto em

linguagem. Ou seja, a comunicação vai muito além de simplesmente uma transferência de informações e sentidos, mas sim é um conjunto de intenções organizadas pela linguagem, sendo um verdadeiro fenômeno social. “A comunicação está relacionada à construção social da realidade e aos valores das ações e interações, à construção de histórias que cada um faz sobre si mesmo e o mundo, e buscar um sentido comum às mensagens transforma a comunicação em um mistério” (MORAIS, 2020, p. 5).

Pensar a linguagem como ponto crucial no processo comunicativo é importante, pois é nela que, segundo Morais, os atos comunicativos ganham formas, sentido, principalmente pelo fato de se relacionarem com o contexto, com a cultura que acontece no seu entorno. “O contexto, a cultura e a comunidade em que acontece a comunicação desempenham papel importante, pois criam e transformam situações, os contextos e projetam as relações entre contextos e cultura” (MORAIS, 2020, p. 7). A troca, o contato com o outro, o diálogo e o intercâmbio são importantes, pois é o momento em que a mediação ganha sentido e se expressa, e aqui voltamos à discussão sobre o método no sentido do diálogo, do seu caráter discursivo.

E, por sua vez, o diálogo deve ser entendido. A compreensão e o entendimento são conquistados através da troca, numa relação dialógica. O método hermenêutico, nesse sentido, ao trabalhar sobre a interpretação, abre caminho para discussões que englobam não somente a troca comunicacional, mas também e principalmente sua historicidade.

O conceito de compreensão faz parte do grande projeto teórico de Gadamer, que levanta discussões comunicacionais esclarecedoras. Isto quer dizer que o pensamento hermenêutico é na verdade uma dinâmica sequencial envolvendo a interpretação, abrindo caminho para um completo compartilhamento em constante diálogo, como base para determinar a comunicação. (MORAIS, 2020, p. 10).

No método hermenêutico, a compreensão é vista por meio de estruturas prévias que auxiliam ao longo do processo, tais como horizontes, universos culturais, repertórios de vida e de acontecimentos (MORAIS, 2020). No jogo comunicativo, participam as trocas de repertório, e é através desse jogo que emergem novos entendimentos e compreensões.

A hermenêutica vem nessa pesquisa para analisar o texto jornalístico e entender de que maneira ele dialoga com o contexto da violência brasileira contra mulheres. Buscamos entender, mesmo que em um número limitado de matérias e sites, como conversam as diversas facetas da sociedade brasileira, marcada historicamente pela violência de gênero, pela desigualdade racial, pela marginalização dos mais pobres. A hermenêutica contribui para entendermos como se dá a comunicação quando a informação trata de estupros coletivos cometidos contra mulheres.

Nesse sentido, não é possível falar de hermenêutica como um método isolado, e é por isso que, anteriormente, resgatamos discussões e pontos de vista de diversos autores que tratam

de história, sociologia, antropologia, comunicação, jornalismo, estudo de gênero, dentre tantas outras categorias de estudo. Entendemos que a análise sobre violência contra a mulher e especificamente sobre estupro coletivo deve ser feita sob o olhar macro, a fim de tentarmos entender o micro, e o método nos proporciona esse diálogo.

É importante entender também que o método hermenêutico, nessa pesquisa, dialoga com outros pontos metodológicos, tal qual a netnografia e o conceito de representação por Stuart Hall. A preocupação com o contexto, com a cultura e com as mudanças culturais em ambos fazem com que caminhem junto da hermenêutica e da discussão teórica rumo ao entendimento de como o jornalismo se constitui atualmente quando o assunto é estupro coletivo. Nesse sentido, o diálogo é crucial nessa pesquisa: entre teóricos, entre modos de se fazer jornalismo, entre debates, culturas, repertórios de vida, compreensões e tensões.

4.5 Netnografia

Além do método hermenêutico, outro método de análise escolhido para compor essa pesquisa é a Netnografia, um tipo de pesquisa etnográfica que estuda os objetos presentes no meio digital. Por meio deste mesmo método complementar, pretende-se entender o meio social e as práticas culturais mediadas por um computador. “Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (KOZINETTS, 2014, p. 62). Nesse sentido, a netnografia pretende estudar práticas culturais “atraindo nossa atenção para uma multiplicidade de ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (KOZINETTS, 2014, p. 31).

O entendimento que o universo online/digital/ciber alterou relações sociais, práticas culturais e, obviamente, o jornalismo, abre espaço para que a netnografia entenda que nesse novo espaço, novas abordagens são necessárias. Ou seja, se o ambiente online se constitui por meio de características que o destacam dos demais meios, se ele tem peculiaridades que o formam como tal, como comentários, hiperlinks, conteúdos relacionados que levam o leitor para outras notícias, outros sites e outras leituras, entendemos que se faz necessário observar toda essa arquitetura do meio como modo de ancorar a pesquisa e os resultados.

Como funcionam os veículos analisados, como eles se constituem, quais são as ligações construídas por hiperlinks? A notícia tem fotos, vídeos e textos que se combinam ou utiliza apenas um ou outro recurso? São perguntas como essas que o método da netnografia nos

permitirá responder. A netnografia servirá como meio para observarmos o ambiente digital onde a notícia é veiculada e acessada e como ele ampara a troca entre os leitores, o acesso à informação e caminhos possíveis que o internauta pode percorrer quando inicia a leitura de determinada notícia, por exemplo.

É importante destacar que contextos culturais e históricos são levados em conta na pesquisa netnográfica, assim como na etnográfica. “A etnografia é fundamentada no contexto: ela está imbuída e mescla os conhecimentos locais do particular específico” (KOZINETES, 2014, p. 61). Foi um apoio para entender como é feita a representação midiática da vítima de estupro coletivo nos portais G1, UOL e R7, levando-se em conta a arquitetura digital, os contextos culturais e históricos, as condições jornalísticas e o diálogo que há entre todos esses pontos.

O entendimento de que a tecnologia não determina a cultura, mas que elas são forças codeterminantes e coconstitutivas, tem importância crucial. Com nossas ideias e ações, escolhemos tecnologias, as adaptamos e moldamos. Para esse entendimento, também é essencial acrescentar que nossa cultura não controla inteiramente as tecnologias que nós usamos. O modo como tecnologia e cultura interagem é uma dança complexa, um entrelaçamento e um entretenimento. (KOZINETES, 2014, p. 28).

No entanto, em relação à etnografia, deve-se salientar que também existem diferenças, principalmente pelo campo de trabalho. Questões como anonimato, que permitem comportamentos muitas vezes evitados pessoalmente e a “construção” de uma identidade e auto apresentação que não existem de fato no mundo pessoalmente, bem como o arquivamento, que propicia deixarmos rastros com a possibilidade de tudo poder ser gravado e arquivado, são fatores diferenciadores entre a netnografia e a etnografia (KOZINETES, 2014).

A netnografia em nosso caso, foi realizada como uma pesquisa observacional online, e aqui precisamos realizar um adendo. Kozinets (2014) afirma que para a realização completa do método netnográfico, é necessária interação com os integrantes da comunidade online estudada. No entanto, para essa pesquisa, realizamos uma netnografia observacional, ou seja, a netnografia como método para observar o meio digital ancorada em questões culturais e sociais.

Seguiu-se, nessa pesquisa, algumas etapas apontadas por Kozinets (2014) para a realização da pesquisa netnográfica, que seguem, em certo sentido, os passos da etnografia: a primeira etapa, como a definição das questões da pesquisa, websites sociais ou tópicos que serão investigados; a segunda etapa, que é a identificação e seleção de comunidade e que, nessa pesquisa, diz respeito a websites; a terceira etapa, que é a observação participante da comunidade e coleta de dados, mas que no caso desse estudo, não terá o caráter participante; a quarta etapa, que diz respeito à análise de dados e interpretação interativa de resultados e, por fim, a quinta etapa, que é a redação, apresentação e relato dos resultados da pesquisa.

Adaptando o método para essa pesquisa, elencamos que o que buscamos entender é como se dá a representação midiática da vítima de estupro coletivo em notícias dos portais G1, UOL e R7, de modo a analisar o jornalismo digital e sua estrutura, observando sua relação com os internautas, a construção do jornalismo dentro do portal e do meio digital, para posteriormente interpretar tudo que foi coletado e observado para então conseguir chegar a um entendimento sobre a representação das vítimas de estupro coletivo nos portais de maneira individual e comparativa entre cada um.

A utilização da netnografia juntamente com a hermenêutica acontece principalmente pelo caráter dialógico que ambos os métodos tem, além do engajamento com a cultura, o social, o subjetivo. Sobre a netnografia, “esses estudos examinam algum fenômeno social geral cuja existência social vai muito além da internet e das interações online” (KOZINETTS, 2014, p. 65). Para o autor, não estudamos simples textos presentes na web, mas interações pessoais proporcionados pela tecnologia, ou seja, que carregam questões mais amplas do que simplesmente serem textos online – o que aliás cabe nessa pesquisa, já que estamos falando de jornalismo digital, pois não são meros textos, mas sim toda uma gama de produção jornalística carregada de sentidos culturais, políticos, econômicos, sociais, raciais, entre outros.

E é particularmente sobre a interpretação dos dados coletados com a netnografia que se faz importante observar a combinação dos dois métodos. Kozinets (2014, p. 115) discute que “uma boa interpretação hermenêutica se aprofunda nos contextos social e histórico dos dados em busca de explicações, provendo uma interpretação cultural sutil, específica e matizada”, que é, entre outros, o objetivo dessa dissertação, o de explicar um fenômeno, a representação midiática da vítima de estupro coletivo em notícias do jornalismo digital, averiguar como ele acontece e interpretar suas questões internas.

5 O ESTUPRO COMO NOTÍCIA: CULPAS E DESCULPAS DO JORNALISMO

5.1 O estupro coletivo nas notícias do portal G1

O portal G1 é um site que propõe uma cobertura jornalística ampla por todo o Brasil e é organizado por regiões do país. Logo que acessamos o site, temos uma Página Inicial que compila os destaques do dia com temáticas mais amplas, de interesse nacional, podendo ser conteúdos sobre assuntos do Brasil ou do mundo. Encontramos no canto superior esquerdo um ícone que nos permite filtrar os conteúdos com base nas editorias, nas regiões brasileiras, telejornais da emissora Globo, conteúdos Globonews, blogs, podcasts, serviços, vídeos, newsletter ou até mesmo especial publicitário. Além disso, o site disponibiliza os princípios editoriais e a equipe que trabalha no site.

Um dos “carros-chefes” do site é a produção de conteúdo a partir da divisão do país em regiões brasileiras. Nesse sentido, o site divide a produção entre os estados dentro de cada região e as microrregiões de cada estado – no caso de Bauru, por exemplo, os fatos são noticiados pela equipe da microrregião Bauru e Marília. Com essa divisão, o site se propõe a noticiar não somente os fatos de interesse amplo e nacional, mas também os fatos das pequenas cidades do interior de cada estado, o que pode explicar, em certo sentido, a grande produção de conteúdo do portal em relação aos outros sites analisados. Tais conteúdos podem, ainda, serem acessados por meio do aplicativo disponível para dispositivos móveis, o que permite que os leitores acessem as notícias onde estiverem, desde que tenham um celular ou tablet consigo.

Ao escrever os termos Estupro Coletivo na caixa de busca do portal G1, nos deparamos com uma grande lista de resultados encontrados. O material é extenso e, primeiramente, fora de ordem. O site oferece ao internauta a possibilidade de filtrar os resultados por data, e delimitados os critérios de análise, buscamos pelas notícias publicadas no ano de 2019.

O portal G1 se destacou entre os portais analisados por ser o site com o maior número de notícias sobre estupro coletivo. Os resultados da busca por notícias sobre estupro coletivo provêm tanto do site G1, quanto do site Globoplay, como matérias de telejornais nacionais ou regionais – Globoplay é uma plataforma de *streaming* da emissora Rede Globo onde é possível ter acesso à conteúdos gratuitos e pagos mediante assinatura, tanto produzidos pela própria emissora entre produção jornalística e entretenimento, quanto conteúdos adquiridos por esta empresa, como séries, filmes e documentários de produtoras internacionais.

Outro detalhe importante é que a busca por palavras-chave no site G1 não se altera, por exemplo, se acrescentamos o ano de publicação na caixa de busca, como “estupro coletivo 2019”. O sistema de busca do portal retorna às mesmas matérias produzidas, já que os termos se repetem e buscam as matérias que contenham os termos Estupro Coletivo.

Ao filtrarmos as notícias e selecionarmos apenas as publicadas no ano de 2019, foi possível observar que os comentários para aquelas matérias estão bloqueados. Assim, entendemos que há um prazo máximo de tempo para que o conteúdo fique aberto a comentários dos leitores. Esse ponto levanta alguns questionamentos, principalmente pelo caráter interativo do meio: se os comentários e a possibilidade de diálogo entre público-meio de comunicação é um fator diferenciador do jornalismo produzido para a internet, ao retirar essa possibilidade de comentário depois de certo tempo de ter publicado o conteúdo, esse fator diferenciador se perderia. No entanto, apesar de não ser possível mais comentar nos conteúdos depois de certo tempo, os comentários feitos – se houver algum – continuam visíveis a todos.

A oscilação no número de comentários em cada notícia também é um fator que chama a atenção. Dentre as notícias sobre estupro coletivo do ano de 2019, poucas foram as que receberam comentários, e grande parte não recebeu mais do que cinco – das vinte matérias selecionadas que continham comentários, apenas cinco tiveram mais do que cinco comentários.

E sendo, então, o número de comentários um fator determinante para a filtragem dos conteúdos a serem analisados nessa pesquisa, as notícias elencadas foram “Estudante é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP”, com 54 comentários; “Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem”, com 45 comentários; “Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus”, com 26 comentários e “Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus”, com 17 comentários. Importante frisar que os termos Estupro Coletivo levam às notícias com tais palavras chave, sem necessariamente ser esse o fato noticiado centralmente. Por isso, apesar da terceira notícia com maior número de comentários ser “MP investiga denúncia de abusos e estupro coletivo feitos por milicianos na Zona Oeste do Rio”, com 30 comentários, ela foi descartada pelo fato de que o cerne da matéria não girava em torno do estupro coletivo que ocorreu, mas sobre a conduta de milicianos no Rio de Janeiro – o que nos permite também refletir sobre a priorização da pauta, ou seja, as ações dos milicianos, e não a notícia sobre o próprio estupro coletivo.

Ao abrir cada matéria para leitura, destacou-se o fato de não haver hiperlinks ou matérias relacionadas dentro de cada notícia. O internauta não consegue percorrer por um “caminho” de

notícias de determinado tema ou assunto, fosse de maneira independente a partir da escolha do próprio leitor ou guiado pelo site a partir da escolha predeterminada dos links e conteúdos relacionados. Esse detalhe é destacável pelo poder que o meio digital oferece em redirecionar o leitor a conteúdos produzidos pelo site, como os que atualizam a notícia, no caso de um fato ter novos desdobramentos no dia posterior à publicação inicial, por exemplo. A não ser pela procura do internauta por uma notícia em específico, não é possível saber se o site noticiou novamente sobre algum fato ocorrido. Assim, os únicos conteúdos sugeridos ao leitor são os mais recentes publicados pelo portal, notícias novas do dia que podem não ter nenhuma relação com a notícia lida – e que no caso das notícias sobre estupro do ano de 2019, de fato não tinham.

A primeira matéria selecionada no site G1, datada do dia 11 de abril de 2019, é intitulada: Estudante é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP⁴⁴. Não é assinada por nenhum jornalista, apenas por G1 Santos – cidade no litoral de São Paulo, próximo ao local do crime, Guarujá.

Segundo a notícia, uma menor de 16 anos de idade foi rendida mediante ameaças por dois homens armados. Após achar que seria assaltada pelo fato de ambos estarem usando capuz para cobrir o rosto, foi obrigada a acompanhar os dois criminosos a um matagal no mesmo bairro. Após ser estuprada pelos dois homens, a jovem também foi agredida com socos no rosto e os homens fugiram, não sendo localizados até o momento do fechamento da matéria. As duas únicas imagens que constam na notícia são do Morro do Asa Delta, local onde fica o matagal onde o crime ocorreu, e da Delegacia de Defesa da Mulher, para onde o caso foi transferido.

É possível observar que a matéria é curta, assim como as demais matérias colhidas para a análise. Isso, em parte, pode se dar por conta do meio digital, em que se requerem conteúdos menores, já que a leitura acontece em telas, como computadores, tablets e celulares, cansando mais facilmente a vista e requerendo uma leitura mais rápida. O texto segue uma estrutura tradicional de pirâmide, contendo as informações principais no primeiro parágrafo e detalhando mais o fato ao longo da leitura. Nessa notícia, são usadas as palavras “crime” e “ataque” para se referir ao acontecido, e os autores do crime são citados pelo termo “criminosos”.

Apesar do boletim de ocorrência ter sido o documento oficial que forneceu as informações para a matéria, não há o uso de termos do âmbito jurídico, como “suspeitos”, “indiciados”, “mandato de busca” ou palavras relacionadas. Nesse ponto, observa-se também que não houve qualquer entrevista ou busca por fontes, fossem oficiais ou primárias – presume-

⁴⁴ ESTUDANTE é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP. **G1 Santos**, Santos, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/04/11/estudante-e-espancada-e-vitima-de-estupro-coletivo-em-matagal-em-sp.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2020.

se que a reportagem tenha sido feita somente com as informações do documento. Também é possível observar que a matéria não faz uso do termo “menor de idade”, mesmo a vítima tendo 16 anos.

Segundo essa matéria do G1, podemos inferir que o texto segue diretrizes respeitadas quanto à abordagem do crime e a representação da vítima de estupro coletivo. Não foram usados termos que sexualizassem o crime, mas sim termos que denunciam a brutalidade do crime de estupro coletivo, como “violentar sexualmente”, “espancaram”, “ameaças”, “ataque”, “crime” e, propriamente dito, “estupro”.

Mesmo assim, podemos dizer que a matéria transmite uma noção de que o crime possa estar relacionado, em certo sentido, com a localidade onde aconteceu. Pela foto presente na matéria, é possível concluir que é uma região “abandonada” pelas autoridades locais, sem policiamento e, como o próprio texto diz, “uma região conhecida por várias ocorrências policiais”. O próprio uso da palavra “matagal” pode indicar ao leitor que o crime ocorreu em um lugar qualquer, que ocorreu em decorrência de fatores externos como localidade e ambiente propícios ao crime. Isso, de certa forma, pode levar a uma naturalização do estupro, como se fosse algo comum, habitual, e natural pelo local onde aconteceu – como se houvesse uma relação entre o local onde aconteceu e o crime. A isso, podemos indicar que mesmo o local como uma informação que consta no boletim de ocorrência, o acréscimo “região conhecida por várias ocorrências policiais” é um detalhe que não apresenta relevância para o relato do crime, não acrescentando valor informativo direto sobre o crime de estupro ocorrido.

A matéria, no geral, oferece uma análise sobre o contexto da violência contra a mulher que havia sido discutido anteriormente nessa dissertação, como a relação entre diferentes tipos de violência, tal qual a sexual, física e a verbal, como a sequência relatada de ameaças, seguida de estupro e socos no rosto. A falta de liberdade vivida por mulheres também pode ser notada por essa notícia, em que uma garota não tem liberdade ou segurança para andar em uma avenida tida como movimentada – como consta no texto – sem sofrer com violências, como a sexual – e nesse sentido podemos observar a violência como uma clara relação de desigualdade de gênero, sendo cometida por homens contra mulheres.

E observando esse contexto, alguns comentários feitos por leitores na matéria chamam a atenção. Em sua grande maioria, demonstram repugnância pelo fato acontecido e grande indignação, pedindo por castração química ou pena de morte contra estupradores. Há também comentários indignados com a impunidade de casos como esse, pela ineficiência da polícia em muitos momentos, abrindo brechas para que os estupradores fiquem impunes. No entanto,

outros, registram dúvida sobre a veracidade do fato e da palavra da vítima, algo que corrobora com o que foi previamente discutido nessa pesquisa.

Segundo o comentário, “Avenida movimentada, usando capuz , sequestrada , tudo isso aconteceu e ninguém viu nada ?? Só espero q essa adolescente não tenha inventado essa história como tantas outras q já aconteceram, só para esconder namoro ,,,”, a vítima poderia estar mentindo como forma de ocultar relacionamentos, mesmo a matéria relatando que a jovem se submeteu a exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML). Enquanto isso, outros comentários fazem referências políticas, como se tivessem relação com o crime cometido, como um que diz “O partido dos trabalhadores acabou com o País” e outro que diz “Com certeza a Maria do Rosário vai defender eles!”, fazendo referência a um episódio⁴⁵ entre a Deputada Federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores, e o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, quando disse que a deputada “não merecia ser estuprada porque era feia” em meio a uma discussão sobre direitos humanos.

A observação sobre os comentários nos serve como uma “ponte” entre as discussões teóricas, a prática jornalística e a vivência cotidiana da sociedade com as desigualdades de gênero. Ao analisarmos que essa primeira matéria do portal G1 representa a vítima de estupro coletivo de maneira mais coerente, ainda vemos que a desconfiança sobre a palavra da vítima, bem como a correlação do crime com fatores externos, como o local onde o estupro ocorreu, são fatores presentes nesse processo de produção jornalística e discussão entre os internautas e que se dá justamente por conta de um contexto de naturalização da violência contra a mulher.

Por sua vez, a segunda matéria com maior número de comentários é intitulada: Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem⁴⁶. Foi publicada pelo G1 Minas Gerais no dia 19 de fevereiro de 2019 e é assinada pelo jornalista Carlos Amaral. A matéria é uma pequena nota com apenas quatro parágrafos e há somente uma única foto, retratando o hospital Centro Materno Infantil, local onde a vítima foi atendida.

O texto relata o estupro coletivo de uma mulher de 19 anos cometido por três homens, após ser sequestrada e agredida. Segundo o boletim de ocorrência, a jovem foi abordada enquanto estava a caminho do posto de saúde e viu que estava sendo seguida por um carro, quando um homem que estava no banco de trás do carro abriu a porta e a apontou uma arma e

⁴⁵ AMARAL, Luciana; BAPTISTA, Vanessa Alves. Bolsonaro pede desculpas a Maria do Rosário por fala sobre estupro. **UOL**, Brasília e São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/13/bolsonaro-pede-desculpas-a-maria-do-rosario.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

⁴⁶ AMARAL, Carlos. Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/19/jovem-sofre-estupro-coletivo-a-caminho-de-posto-de-saude-em-contagem.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

uma faca, ordenando que ela entrasse no veículo. Segundo a jovem, o carro tinha vidro escuro e o som do automóvel estava muito alto, e os três criminosos aparentavam ter consumido álcool e drogas. Logo depois, um dos homens tirou a blusa da vítima, passou a mão pelo seu corpo e a obrigou a fazer sexo oral nele, sendo agredida fisicamente quando tentou se desvencilhar. Depois, outro dos homens passou para o banco traseiro e a abusaram novamente. O texto ainda relata que a jovem teve lesões na barriga, testa, seios e pescoço. Ninguém havia sido preso até o fechamento da matéria.

Novamente, o texto jornalístico segue a estrutura tradicional de pirâmide, tendo no primeiro parágrafo as informações mais importantes e de maneira altamente concisa. Para essa matéria, novamente não constaram fontes, fossem primárias ou oficiais, e o boletim de ocorrência foi o único documento oficial constado na matéria.

Com relação aos termos utilizados para se referir aos autores do crime, temos a utilização de palavras como “criminosos” e “passageiros”, por se tratarem de homens dentro de um carro. Sobre a vítima, são usados termos como “mulher”, “jovem” e “vítima”.

Por sua vez, ao analisarmos os termos utilizados com relação ao ocorrido, vemos a utilização de “sexo oral”, o que pode indicar uma certa sexualização do ato. Segundo o Mini manual de jornalismo humanizado⁴⁷ organizado pela ONG Think Olga, estupro não é sexo, pois sexo é consentido. Forçar o pênis de alguém contra a boca de uma pessoa já é estupro e não deve ser chamado de “sexo oral”. Nesse sentido, ao sexualizar o crime de estupro, independentemente de qual ato esteja envolvido, naturaliza-se o ocorrido.

Mesmo assim, em determinado momento, o jornalista escreve: “Em seguida, outro criminoso passou para o banco traseiro e junto ao outro passageiro do carro, abusaram novamente da mulher”. Ou seja, mesmo com o uso indevido do termo “sexo”, é possível observar que o autor da notícia partiu do princípio que o abuso sexual contra a garota já havia acontecido antes da penetração vaginal, o que demonstra entendimento de que abuso sexual significa muito mais do que a simples redução a um ato. Tirar a blusa da vítima e forçar a boca de uma pessoa contra o órgão sexual já configuram estupro, pois nada disso foi feito com consentimento, e o jornalista demonstrou isso em seu texto, apesar do equívoco.

De um modo geral, a matéria é rasa e não dá mais detalhes sobre o caso, e por conta da estrutura do Portal G1 não oferecer hiperlinks ou conteúdos relacionados, o internauta não

⁴⁷ THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte I: Violência contra a mulher. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_1_ef8621a394e2c. Acesso em: 14 dez. 2020.

consegue saber mais detalhes se não procurar por si próprio. Deste modo, o leitor não consegue saber se esse crime seguiu impune ou se foram localizados e penalizados pelo crime.

Dois detalhes chamam a atenção na notícia, o que nos permite alguns questionamentos, como o fato dos criminosos terem consumido álcool e drogas e estarem em um carro com vidro escuro e volume do som muito alto. Apesar de ser possível perceber que todas as informações foram retiradas do boletim de ocorrência, é possível perceber que esses detalhes podem levar o leitor a relacionar o crime com “vadiagem” ou com usuários de drogas, quando, na verdade, o crime de estupro não tem relação direta com esse fato – visto que grandes números de casos acontecem dentro de casa, cometidos até mesmo por parentes.

Outro ponto de pertinente questionamento na notícia diz respeito à parte em que os criminosos chamam a vítima por um nome que não é o seu. Teriam os bandidos se confundido com a vítima? Seria uma forma de reforçar que não a conheciam? O leitor não consegue entender tal detalhe, que também não se resolve, visto a falta de redirecionamento do site a mais notícias sobre o mesmo fato.

Quando localizamos essa nota dentro de um contexto histórico e social de violência contra a mulher, observamos mais uma vez o estupro coletivo como uma forma de violência que acontece na retirada de liberdades das mulheres. A matéria retrata, novamente, uma mulher estuprada após ter sido seguida e coagida a entrar em um carro enquanto andava pelas ruas de sua cidade. Da mesma forma como na primeira matéria analisada, temos um crime acontecido, até onde é possível saber pela notícia, na rua. Até o momento, olhando para essas duas matérias, observa-se que o crime de estupro acomete as mulheres a uma situação de enclausuramento: se nem andar na rua é permitido às mulheres, o que será delas?

A terceira matéria analisada do site G1 relata mais um estupro coletivo cometido contra uma menor de idade, dessa vez uma garota de 15 anos. A notícia é intitulada: Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus⁴⁸. Foi publicada no dia 01 de março de 2019 e escrita por Ive Rylo (2019), do G1 AM. O texto contém somente uma foto ilustrando a matéria. A imagem mostra os dois suspeitos presos cobrindo os rostos.

Segundo a notícia, dois jovens de 19 e 23 anos suspeitos de participar de um estupro coletivo foram presos. O caso aconteceu quando a garota estava indo com a irmã para a escola e o jovem de 19 anos começou a acompanhar as garotas. No caminho, quando a irmã ficou no ponto de ônibus, a jovem seguiu sozinha, o criminoso continuou andando com a adolescente e

⁴⁸ RYLO, Ive. Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus. **G1 AM**, Amazonas, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/03/01/dois-sao-presos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-de-menina-de-15-anos-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

havia pedido para a menina ir até a casa dele. Nessa casa, onde o estupro aconteceu, estavam mais quatro homens consumindo drogas.

Ainda segundo a matéria, após o estupro a garota foi para a casa e contou aos pais o que tinha acontecido, mesmo tendo sido ameaçada a não contar o que aconteceu. A família não buscou pela polícia por medo das ameaças que sofreram dos suspeitos, mas a própria maternidade onde a garota ficou internada por sete dias e passou por cirurgia notificou a polícia, devido a gravidade dos ferimentos. Os dois suspeitos presos confessaram o crime e foram indiciados por estupro. Os demais, haviam sido identificados e um mandato de busca e apreensão foi emitido.

A matéria é dividida em três partes: a primeira um breve relato do que ocorreu, iniciada por um lead contendo as principais informações; quanto à segunda, noticia a hospitalização da menina bem como a denúncia feita pelo hospital; já a terceira contém o depoimento dos dois criminosos. O texto jornalístico traz uma fonte oficial, a delegada Joyce Coelho, titular da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca), e na matéria consta que a dupla presa não quis falar com a imprensa.

Ao longo de todo o texto, foi possível observar a presença de muitos termos jurídicos, tais como “suspeitos”, “indiciados”, “mandato de busca e apreensão”, principalmente pela presença das falas da delegada. Em relação aos termos usados para se referir aos envolvidos no crime, vemos o uso de termos como “indivíduos”, “dupla”, “suspeitos”, “os dois” e, em especial, o termo “bando”, para se referir aos cinco homens que participaram do estupro. E para se referir ao estupro, foram usados os termos “crime”, “abusando” e “violência”, o que demonstra uma abordagem correta por parte do jornalista para se referir ao crime.

Chama a atenção algumas falas da delegada, que se posiciona sobre o caso não só enquanto autoridade que estava trabalhando no caso ocorrido, mas como alguém pessoalmente indignada com o ocorrido. Em certa passagem da matéria ela diz: “A desculpa de todo estuprador é que a vítima queria. Nenhuma mulher quer ser estuprada. Eles admitiram que estavam no local, drogados e abusaram da vítima durante 4 horas em um ritual de barbárie”.

É possível ver na fala da autoridade uma evocação sobre a questão da cultura do estupro, anteriormente discutida nessa pesquisa, quando ela fala que há um discurso de que a vítima de um estupro estava querendo que aquilo acontecesse. Além disso, a escolha pelo termo “ritual de barbárie” mostra o posicionamento da delegada sobre o caso muito além de ser somente uma agente da lei realizando seu trabalho. É notável a escolha do jornalista em colocar tal fala na

matéria, trazendo para o texto essa discussão sobre a culpa que muitas vezes recai sobre a vítima.

Sobre esse ponto no texto, é importante discutir a importância que o jornalista deu para tais falas e termos. A escolha por coloca-los no texto feita por quem redigiu a matéria justifica-se pela intenção de acrescentar as discussões que essa fala incita e que, trazida na íntegra como foi feito, demonstra uma opção por parte do autor do texto e se torna relevante.

Outro ponto que merece destaque é, mais uma vez, o detalhe sobre o uso de álcool e drogas com o crime, que apesar de ser um dado presente na denúncia e algo relatado pela delegada, pode permitir a relação entre o crime e elementos externos, tal qual o uso de entorpecentes ou drogas, mesmo que lícitas, e essa ligação pode mesmo ser observada pela presença de um comentário feito por um leitor que diz: “Vamos liberar a droga, droga é vida, vai melhorar a segurança e violência quando liberar. (Ironia: MODE ON)”. Ou seja, muitas vezes, o crime pode ser correlacionado com o uso de drogas de maneira direta, desconsiderando até mesmo a própria conduta dos criminosos que, apesar de estarem sob efeito de drogas, não cometeram o estupro exclusivamente pelo uso de tais substâncias.

De maneira geral, este texto se soma ao repertório de notícias que contam da realidade brasileira sobre a violência sexual, principalmente o estupro coletivo sofrido por mulheres. Pelo texto, é possível observar que mesmo quando o agressor é conhecido, a mulher não está isenta de sofrer um estupro, como no caso desse texto em específico. O fato de a vítima conhecer um dos rapazes que cometeu o crime mostra que um estupro coletivo não acontece somente em locais ermos e é cometido por homens desconhecidos, mas que é um crime que também ocorre com conhecidos e com ares de premeditação, como a matéria relatou. Além disso, o medo que a vítima sente, bem como as ameaças para que não seja feita uma denúncia é algo recorrente pontuado pela matéria, bem como a necessidade de interferência policial para que uma retaliação não seja feita – o que pode fazer crer que a violência não terminou ao final do crime cometido.

Ademais, pelos comentários realizados na matéria, em quase sua totalidade vemos a indignação dos leitores, pedindo por justiça ou métodos como a castração química e a pena de morte. E novamente vemos comentários que fazem referência ao caso da deputada Maria do Rosário, tema recorrente quando o assunto é estupro.

E assim, tem-se a quarta matéria analisada do site G1. É intitulada: Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus⁴⁹. A matéria foi publicada no dia 21 de janeiro de 2019 e escrita por Indiara Bessa (2019), pelo G1 AM.

Segundo o texto, a menina conta que o crime aconteceu na manhã de domingo a caminho de sua casa. Segundo ela, foi abordada na rua por um indivíduo que estaria sob efeito de drogas e foi levada para o local – o quarto de uma casa – onde o crime aconteceu. Foi quando ela viu que fora do quarto tinham 12 homens, ela conseguiu se desvencilhar do homem que a havia abordado e fugiu com medo de acontecer um estupro coletivo. Quando fugiu, a jovem encontrou uma mulher na rua, que a ajudou a ir para a casa.

Ainda segundo o texto, a vítima teria feito a denúncia à noite e foi aberto um inquérito policial, já que a vítima tinha marcas de agressão pelo corpo e uma testemunha, pois além da versão da vítima, havia também a versão do homem apontado como autor do crime.

Quando a equipe da delegacia chegou ao local indicado em busca do rapaz de 19 anos apontado pela vítima e o encontrou, ele tinha outro nome, diferente do apontado pela vítima, e segundo o relato do jovem, ele conhecia a vítima e ambos haviam ido juntos embora de uma festa e negou ter cometido o estupro. Ainda segundo ele, a menina teria “ficado” (gíria para indicar um envolvimento entre duas pessoas sem compromisso firmado, como um namoro, por exemplo) com um conhecido do rapaz e que em um certo momento ela percebeu que tinham muitos homens na casa e achou que seria estuprada.

A matéria contém uma única foto, que retrata a delegacia que investiga o caso na cidade de Manaus – que, coincidentemente, é mais uma matéria que retrata um estupro coletivo na cidade. Pelo fato de ser na mesma cidade que a matéria anterior analisada, a fonte oficial é a mesma, a delegada Joyce Coelho, da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente.

Novamente, a matéria se refere ao ocorrido pelos termos “crime”, “estupro coletivo”, “estuprada”, “agressão”, o que pode indicar certo alinhamento dentro do site para o relato de crimes de estupro. Com relação aos termos usados para se referir ao suspeito de ter cometido o estupro, é possível notar que a matéria faz referência ao fato dele ser suspeito, como nas

⁴⁹ BESSA, Indiara. Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus. **G1 AM**, Amazonas, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/01/21/policia-investiga-denuncia-de-estupro-e-tentativa-de-estupro-coletivo-de-adolescente-na-zona-norte-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2020.

passagens “o jovem apontado como autor”, pelo fato de a investigação ainda não ter sido concluída e, até o momento da redação da matéria, não se ter conclusões sobre o autor do crime.

Dessa forma, podemos observar alguns pontos a serem destacados nessa quarta matéria selecionada do G1. Primeiramente, temos novamente o dado do uso de drogas relacionado com o suspeito. Foi possível observar não só nessa matéria, bem como em outras duas das quatro matérias, a escolha por parte do/da jornalista em manter tal detalhe como algo importante a constar na matéria.

Além disso, a matéria respeita o profissionalismo jornalístico de ouvir os dois lados da história, mas é possível observar certo confronto entre a palavra da vítima e do acusado, e quando nos atemos a esse dado da matéria, podemos observar alguns comentários que colocam em discussão algumas questões sobre a recorrente suspeita sobre a palavra da vítima de estupro, bem como a busca por justificativas mesmo antes do final das investigações. Um dos comentários diz “O cara tinha opinto pequeno, por isso reclamou que foi estupro.”; outro, diz “NÃO QUERO SER CHATO, MAS PRECISAMOS REORIENTAR AS MULHERES QUANTO AO TIPO DE ROUPA QUE USAM..... LAMENTÁVEL.”; outro, diz “ALGUÉM PODE INFORMAR O TIPO DE ROUPA QUE ELA USAVA NA HORA DO OCORRIDO?”.

Ou seja, salientamos que a matéria não somente ouviu os dois lados, mas também abriu espaço para que a palavra da vítima pudesse ser posta em xeque antes mesmo do final das investigações, principalmente por encadear os dois relatos – o da vítima e o do suspeito – como se o segundo estivesse desmentindo o primeiro. Em outras palavras, deduzimos que ao invés de expor os dois lados, a matéria opõe as duas versões, abrindo espaço para dúvida. Apesar disso, há de se reconhecer que esse encadeamento de informações na matéria é realizado por meio das falas da autoridade, já que a jornalista insere citações diretas com as falas da autoridade, o que, mesmo assim, não isenta o texto de permitir tais interpretações.

E quando localizamos o texto em um contexto histórico de descrédito e desconfiança sobre a palavra da vítima, um contexto que causa a omissão e um número reduzido de denúncias por medo, vergonha ou retaliação contra a vítima, é necessário reconhecer que o papel do jornalismo ao trazer todos os lados de uma mesma história não é para duvidar de um ou outro lado.

Quando vemos as quatro matérias analisadas do site G1, podemos observar que o site não busca conversar com a vítima ou com pessoas próximas à vítima, o que, em certo sentido, preserva sua identidade além de não reviver as dores da violência sofrida pela vítima por meio da entrevista com perguntas. No entanto, quando analisamos uma série de textos publicados

pelo site, como feito aqui nessa pesquisa, podemos acrescentar que a vítima acaba encoberta pelos criminosos, que têm grande visibilidade nas matérias. Ou seja, a vítima se torna uma vítima distante.

Outra constatação que podemos fazer ao olharmos um maior número de textos do G1 é observar que o site veicula amplamente notícias sobre o crime de estupro coletivo. O resultado das buscas pelas palavras chave retorna mais matérias que os outros dois sites selecionados para a análise, colhendo resultados inclusive de anos anteriores. Isso garante que o site veicule e noticie o crime de estupro como algo que ocorre nas mais diversas situações – mulheres abordadas nas ruas, em festas, por conhecidos, por desconhecidos... –, diferentemente de como acontece em outros portais, como veremos mais à frente.

A narração sobre o estado em que os agressores se encontravam com relação ao uso de drogas e álcool também é um dado a ser observado nos textos do portal G1. Se por um lado tais detalhes podem ser justificados por questões técnicas, como o emprego de informações contidas em boletins de ocorrência ou em falas de autoridades – policiais, delegados ou oficiais que investigam os casos – há de se destacar a existência deles como parte de um processo consciente de escolha por quem escreveu o texto. Considerando que um texto jornalístico é fruto de seu tempo – ou seja, toda produção jornalística se dá localizada em um determinado tempo histórico – é necessário destacar que as escolhas de termos, narrativas e enquadramentos dos textos jornalísticos não acontecem de maneira aleatória e por isso é tão importante apontar que tais elementos devem ser destacados.

E, para além desses elementos, contribuir para uma construção e representação do crime de estupro coletivo relacionada ao uso de drogas, é também possível observar uma correlação política entre a ligação de tais drogas lícitas ou ilícitas e um cenário criminoso, tal qual o relatado nas notícias, visto que o Brasil trava diariamente a tida “guerra contra as drogas”, uma pauta não só policial, mas política e econômica, que é também atravessada por disputas de poder e violência.

Dessa forma, quando vemos as quatro matérias analisadas, observamos que ao noticiar o crime de estupro coletivo, o portal G1 se refere à vítima como uma personagem de boletim de ocorrência, o que dá à matéria um ar impessoal, imparcial e distante, o que nos remete às principais características esperadas do jornalismo. Como observado, foi possível ver que das quatro matérias analisadas, os jornalistas não falaram com ninguém mais próximo da vítima, nem com ela mesma, mas tentaram contato com dois acusados em um dos textos.

E nesse contexto, a partir das matérias analisadas, é possível observar que os textos constroem o cenário de violência sofrido pelas mulheres, conforme relatam todos os outros tipos de violência que sofrem pra além da sexual – como violência física e violência psicológica, como as represálias e o medo sofrido pelas vítimas – que fazem parte de uma estrutura em que as mulheres são violentadas por conhecidos, desconhecidos, na rua, em casas, mesmo menores de idade ou maiores de idade.

E, por fim, a representação da vítima de estupro coletivo observada nas quatro matérias do portal G1 se dá por meio de uma correlação do crime ao uso de drogas e álcool, locais marginalizados e cometido em sua maior parte por homens violentos. É, ainda, uma representação que abre espaço para que o leitor se questione sobre a veracidade da palavra da vítima, seja pelos pontos correlacionados aqui citados ou pela maneira como a matéria foi construída – como no caso do texto analisado em que a palavra da vítima foi colocada em contraposição à palavra do suspeito –, conforme, inclusive, é possível observar pelos comentários feitos nas notícias, em que os leitores recorrentemente questionaram a veracidade da versão da mulher abusada.

Em certo sentido, a vítima de estupro coletivo foi representada nessas quatro matérias como vítimas dos locais onde estavam, desacompanhadas e alvo de homens sob efeito de drogas. Uma representação que pode colaborar para estereótipos e até mesmo para a culpabilização da vítima, como o retratado na pesquisa de 2016 do Datafolha⁵⁰, em que 1 em cada 3 brasileiros acredita que a culpa é da mulher no caso de estupro – como se a roupa que usam, o local onde estão ou até mesmo o comportamento das mulheres vítimas desse tipo de crime fosse responsável por homens as estuprarem.

5.2 O estupro coletivo nas notícias do UOL

Quando acessamos o portal UOL vemos um dos portais mais antigos presentes na internet brasileira. Sua principal característica é a pluralidade de tipos de conteúdo produzido, desde notícias, textos sobre carros, entretenimento, colunas, fofocas sobre pessoas famosas e matérias de comportamento. No entanto, mesmo com tamanha produção de conteúdo, o portal UOL é grandemente acessado pelos que buscam se informar sobre assuntos do Brasil e do

⁵⁰ CRISTALDO, Heloisa. ONU Mulheres Brasil diz que pesquisa sobre estupro reflete a sociedade. **Agência Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-estupro-reflete-estagnacao-da>. Acesso em: 14 dez. 2020.

mundo – algo que pode ser, inclusive, obtido por meio do seu aplicativo para dispositivos móveis, por meio do qual os leitores podem se informar enquanto usam seus celulares e tablets.

Ao digitarmos os termos Estupro Coletivo na caixa de busca do UOL, nos deparamos com um número restrito de conteúdos produzidos pelo site com tais palavras chave, o que não nos permite saber se o número reduzido se deve ao próprio sistema de busca falho do portal ou, de fato, pela pouca produção de conteúdo com relação ao tema do estupro coletivo. Além disso, a lista de resultados difere conforme a data em que é feita a busca pelos conteúdos, pois em julho de 2020, quando o *corpus* referente ao portal UOL foi obtido, os resultados ainda continham matérias publicadas em 2019, mas já em agosto do mesmo ano, a depender da semana, apareciam apenas notícias de 2020, o que nos mostra que o site disponibiliza os conteúdos de maneiras diferentes conforme a época – de forma inconstante. Outro ponto observado é que, igual o portal G1, o UOL também retorna os mesmos resultados independente do ano 2019 estar entre os termos buscados.

Apesar da coleta já ter sido realizada em julho, quando as poucas notícias veiculadas em 2019 foram selecionadas na busca, foi possível observar que uma das principais características do meio digital para a produção de conteúdo não é levada em consideração pelo site UOL: a memória e o acesso ao acervo jornalístico produzido pelo portal. Quando o leitor/internauta está buscando por algum termo, ficará incompleta a busca se ele só tiver acesso aos conteúdos veiculados naquele ano. O espaço ilimitado do meio digital e a proximidade que o leitor tem em suas mãos permitiria que tal recurso fosse o grande diferenciador do jornalismo digital em comparação aos demais meios tradicionais.

Também é possível notar que por ser um portal amplo e com associação com outros veículos, tal como a Folha de S. Paulo, jornal de grande circulação produzido em São Paulo, os conteúdos relacionados na busca por palavras chaves podem ser de outros sites que não o UOL, e esse dado também foi crucial no momento de selecionarmos as notícias a serem analisadas. Além do número de comentários, selecionamos textos que pertencessem ao UOL, publicado em páginas dentro do próprio site, e não em sites externos do portal, tradicionalmente conhecidos, como, por exemplo, a própria Folha de S. Paulo, por considerarmos que os princípios editoriais pudessem ser diferentes, o que poderia interferir na análise final. O próprio domínio do site indica isso – quando, por exemplo, o texto pertence ao site Uol, ele tem como link o endereço uol.com, enquanto que sites externos com associações, como o da Folha, são endereçados como folha.uol.com, hospedando seus textos no seu próprio site.

Observamos a ausência de conteúdos relacionados em certos conteúdos veiculados pelo site, como, por exemplo, matérias que retomassem o fato noticiado ou matérias com temáticas parecidas. O caminho por hiperlinks não acontece em todos os conteúdos noticiados e, especificamente nos conteúdos selecionados para a análise, apenas uma das matérias tem um hiperlink que leva a outra notícia, como será citado mais à frente. Esse detalhe se assemelha ao portal G1, que também não proporciona hiperlinks em suas matérias para que os internautas percorram notícias relacionadas, uma característica marcante nos sites de jornalismo digital, principalmente porque oferece a atualização dos fatos que, por vezes, fica dispersa nos outros meios mais tradicionais. No entanto, as matérias mais acessadas do momento atual são indicadas na parte As Mais Lidas Agora – textos publicados no dia do acesso, atualizados geralmente horas antes.

A exceção se deu em um dos textos selecionados do UOL, publicado no Universa Uol, um certo tipo de “plataforma” de conteúdo, um “canal” do site UOL que produz materiais voltado ao público feminino, desde reportagens especiais até horóscopos. Apesar de ser uma página com colunas e editorias próprias, o Universa UOL é do portal UOL e pode ser acessado pelo próprio site do portal.

As quatro matérias selecionadas para análise foram: Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ), com 194 comentários; Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web, com 76 comentários; Cantores de k-pop são condenados por estupro coletivo, com 25 comentários; e Polícia indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição, com 13 comentários.

A primeira matéria das quatro analisadas do site UOL é intitulada: Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ)⁵¹. Quando abrimos a página do texto, vemos a foto da vítima – algo que se destaca, tendo em vista que é um dos primeiros elementos que aparecem, relatando ter sofrido um estupro coletivo –, o que é um tanto incomum para o jornalismo que retrata casos de violência contra a mulher, pois expõe mais ainda a identidade da vítima. A matéria foi publicada no dia 04 de maio de 2019 e é assinada por Gabriel Sabóia (2019) para o UOL, no Rio.

Segundo o texto, uma jovem de 21 anos, estudante de psicologia, postou em uma rede social seu relato após ser vítima de um estupro coletivo cometido por três homens em Cabo Frio. Segundo postagem feita pela estudante, ela havia sido abordada pelos homens em frente

⁵¹ SABÓIA, Gabriel. Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ). **UOL**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/04/rj-jovem-relata-ter-sofrido-estupro-coletivo-na-regiao-dos-lagos.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

à casa onde mora durante a noite e foi obrigada a entrar no veículo onde eles estavam. Ainda segundo ela, a jovem foi abusada sexualmente sob ameaça de uma arma por mais de quatro horas. Um amigo que estava com ela tentou impedir a abordagem, mas foi impedido também pela arma usada pelos criminosos.

A matéria conta com o relato da Polícia Civil, entidade que registrou o boletim de ocorrência feito pela vítima, e contém trechos da publicação da própria vítima. Segundo a matéria, a publicação foi feita pela jovem com o intuito de alertar outras mulheres sobre o corrido. Até o momento do fechamento da matéria, a jovem havia sido medicada contra infecções sexualmente transmissíveis e os autores do crime ainda não tinham sido identificados.

O texto ainda contém um link para a publicação original da vítima em seu próprio perfil em uma rede social e não há hiperlinks nem indicação de leitura de outros conteúdos do portal UOL.

Primeiramente, apesar da imagem da vítima ter sido exposta por conta de a matéria ser justamente sobre a postagem que ela fez em uma rede social, questionamos pelo fato de ser invasivo estampar a imagem da própria vítima em um portal de notícias acessado de maneira ampla e nacionalmente. Seria a publicação da garota um fato a ser noticiado? Pensamos que se a notícia fosse somente sobre o fato ocorrido, sem acrescentar o nome da vítima ou sua foto, o portal teria cumprido com sua missão de noticiar o acontecido e preservado a identidade da vítima – mesmo que sua postagem tivesse sido compartilhada por várias pessoas, o jornalismo, enquanto profissão, deve zelar pela segurança e integridade de suas fontes, deveria ter resguardado a imagem da vítima.

Feitas as considerações sobre a abordagem incomum tanto sobre o enquadramento da matéria, quanto da divulgação da identidade da vítima e a veiculação de sua foto como ilustração da matéria, o texto faz referência à violência sofrida, não somente sobre o estupro propriamente dito, mas também pela abordagem violenta com o uso de uma arma e a pressão psicológica feita com a vítima, dizendo, ao final do ocorrido, que colocaria fogo no porta-malas onde ficou presa.

Os comentários da notícia nessa matéria totalizam 194, e também apontam novamente para uma dúvida sobre a palavra da vítima e demonstram, na prática, as discussões teóricas já expostas aqui, colocando a teoria em diálogo com a notícia e a prática jornalística como resultado da realidade exposta e discutida nessa pesquisa. Um dos comentários diz “Necessario que o caso seja investigado. Mas deixo aqui minha opiniao, nunca vi nenhuma vitima de estupro se expor assim, isso nao acontece devido ao trauma e a humilhação que a vitima passa. Por isso,

nao acredito nesta materia.”; outro, também comenta “Expliquem ai, como pode alguém ficar a merce de 3 homens por 4 horas e não ter nenhum arranhão no corpo!”.

Além de tais comentários, também é possível notar certa politização, como se houvesse alguma relação entre posicionamento político de direita e de esquerda quando um caso de estupro é noticiado. Um dos comentários diz “Esse tipo de história merece ser bem investigado e analisado friamente, sem emoções e viés políticos de vitimização esquerdista... claro que os politicamente corretos de plantão vão querer lacrar em cima dessa minha declaração, né? não tô nem aí pra essa gente, massa de manobra, esquerdista... pensem o que quiser, eu mesmo não sou alienado e conheço bem esse tipo de situação.”, enquanto outro, mais uma vez, faz referência a deputada Maria do Rosário: “Estes são os defendidos por uma tal deputada...”.

O texto noticia o ocorrido de tal forma que a identidade da vítima, não só amplamente divulgada pelo jornalismo do portal UOL, como também noticiado com tamanha superficialidade, permite com que alguns leitores sejam levados a duvidar da veracidade do caso, o que colabora para um reforço de uma estrutura que silencia vítimas e as repreende no caso de denúncias.

Quando observamos o texto, percebemos que a matéria noticiou menos o estupro coletivo e mais a publicação da vítima em sua rede social, principalmente pela ausência de diferentes termos que remetem aos criminosos ou mesmo à própria vítima para relatar o ocorrido, bem como as investigações em curso. O texto, inclusive em sua totalidade, traz trechos inteiros da publicação da jovem, sem adicionar mais detalhes com valor informativo com relação às investigações.

A segunda matéria do UOL analisada é intitulada: Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web⁵². Foi publicada no dia 25 de julho de 2019. A matéria é assinada pela Marcela Lemos (2019) para o UOL, no Rio. O texto contém apenas uma imagem desfocada, que nos remete a uma ideia de pessoa não identificada, de alguém que sofreu algum tipo de violência ou crime, oferecida pelo site Getty Images/iStockphoto.

O texto não contém hiperlinks, mas tem indicação de leitura de três matérias da época em que o texto analisado foi publicado no ano de 2019: RJ: dopada, jovem sofre estupro coletivo e descobre crime por vídeo na web – que, aliás, noticia o mesmo crime da matéria em questão; Morre caçula de família atacada a tiros em casa; sobe para 3 número de mortos; Investigação desacelera à espera que STF defina foro da deputada Flordelis.

⁵² LEMOS, Marcela. Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web. **UOL**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/25/perdi-minha-vida-diz-vitima-de-estupro-coletivo-que-soube-do-crime-na-web.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Segundo o texto, uma mulher de 22 anos foi vítima de estupro coletivo em uma festa na cidade de Cordeiro, mas só soube da ocorrência do crime uma semana depois, quando algumas amigas a mostraram um vídeo compartilhado na internet em que a jovem aparecia com outros três homens.

Segundo a vítima, em depoimento para a Polícia, ela se lembra de conversar com um conhecido e que, após beber um copo de cerveja oferecido por ele, começou a passar mal. Quando ela comentou que iria embora, pois estava começando a ficar tonta, ele ofereceu uma carona a ela e, depois disso, só se recorda de estar em casa. Apesar de sentir dores e ter sangramentos no dia seguinte, a vítima não deu importância e soube do ocorrido apenas uma semana depois.

Observa-se que o texto tem como fontes a própria vítima e a sua advogada, que comenta sobre a jovem estar nitidamente dopada no vídeo. Além dessas duas fontes, a matéria comenta também sobre o depoimento dado pela vítima à polícia. O texto segue uma ordem comum de estruturação da matéria, com as principais informações no primeiro parágrafo, seguido de informações complementares ao fato noticiado.

Aqui nesse segundo texto analisado do UOL chama a atenção quando a jornalista usa os termos “fazendo sexo com três homens” para se referir ao vídeo onde a vítima aparece. Aqui vemos novamente o uso do termo sexo para falar sobre um estupro, uma violência. Não há como ter acontecido sexo em um estupro, visto que para que haja sexo todos os envolvidos devem ter consentido e concordado com aquilo. Dopar uma mulher para poder fazer quaisquer atos com ela não é sexo, mas sim estupro.

Em outro momento, o texto fala em “intimidade exposta” novamente para se referir ao vídeo que circulou nas redes sociais, o que requer que pensemos em alguns apontamentos. Recorrentemente, o termo intimidade é associado à vida privada, doméstica, bem como associado à vida sexual de alguém, sua intimidade sexual, seu corpo, seus parceiros sexuais. Quando uma violência como o estupro é reduzido a “intimidade”, é possível acrescentar que destituímos a noção de violência que o ato tem. Um estupro é uma intimidade? Acreditamos que não: estupro é crime.

Outro detalhe que faz com que não entendamos o motivo de estar no texto é a escolha em especificar o que a vítima consumia na festa, ou seja, cerveja. Se o texto trouxesse a informação de que ela havia sido drogada por meio de uma bebida, sem especificar o que exatamente ela consumia, a informação teria sido dada da mesma forma: o consumo de uma droga por meio de uma bebida dada à jovem. Assim, questionamos se ao especificar o tipo de

bebida, alcoólica, não tenhamos aqui novamente uma correlação entre o crime de estupro e o uso de álcool, como se fosse uma relação direta entre eles.

No entanto, apesar de tais termos equivocados, a matéria utiliza outros como “estuprada”, “estupro coletivo” e “crime”. É possível notar a quase ausência total de termos jurídicos, constando apenas a tipificação do crime no momento do registro da denúncia, crimes como “estupro coletivo” e “divulgação de cena de estupro”.

As falas da advogada, enquanto autoridade no caso, têm grande importância na matéria, mas também, estão presentes no texto sem o emprego de termos jurídicos ou termos específicos da área. Ao contrário, é possível ressaltar que as falas da advogada são usadas não somente para conferir legalidade ao caso e respaldar a notícia enquanto fala de autoridade, mas principalmente pelo fato das suas falas conterem visões pessoais sobre o crime.

Primeiramente, a advogada do caso diz que “o vídeo é muito feio” e que “você consegue ver que eles estão se divertindo de forma cruel”. Por essas falas, ela demonstra um posicionamento não somente profissional enquanto defensora da vítima, mas também um posicionamento pessoal e que, de certa maneira, permite concluir que opera um papel dentro da notícia para reforçar a noção de repulsa que o crime causa. No entanto, em segundo momento, a advogada diz que “as pessoas não entendem que pode haver estupro sem violência” e, nesse momento, acreditamos que seria necessário que a matéria apontasse o tipo de violência – como física, psicológica, entre outros tipos. Partindo do pressuposto que o estupro já é uma violência, é possível estupro sem que tipo de violência? Seria sem violência física no sentido de agressão contra o rosto e o corpo da vítima ou sem violência psicológica, como ameaças e uso de armas? Sem sabermos a resposta, ao observarmos que a jornalista autora da matéria optou por inserir tal fala, vemos mais um ponto de diferenciação entre estupro e violência, como se não fossem a mesma coisa.

O relato da matéria em relação ao ataque que ela sofreu nas redes sociais é um ponto de destaque: o jornalismo, apesar de equívocos, constrói o cenário de violência sexual e estupro coletivo composto por agressões de diversos tipos, bem como dúvida sobre a palavra da vítima. Especificamente nesse caso, em que a vítima soube do que aconteceu por meio de um vídeo divulgado nas redes sociais, a retaliação aconteceu de maneira tão ampla que prejudicou seus estudos e a sua rotina como um todo. E os comentários, novamente, servem de exemplo para essa discussão sobre a culpabilização da vítima e desconfiança sobre sua palavra – o que mostra que a violência não acaba no estupro, mas continua mesmo depois.

Um deles, por exemplo, fala sobre o fato de a jovem ter ido a uma festa e, por isso, não ser uma pessoa de boa conduta, o que permitiria que tal coisa acontecesse. O comentário diz “Menina de família não iria numa festa chamada “Festa do CARECA”...os pais falharam miseravelmente! Que sirva de lição pras meninas que o mundo não é a disneylandia que que a mídia prega. Ele é sombrio e perigoso...se vc não se cuida vc esta sujeita a passar por isso e ter a vida destruída.”.

Aqui nesse texto, diferentemente das matérias analisadas do portal G1, o jornalismo do UOL procurou dar voz à vítima, trazendo seu relato sobre as represálias, perdas depois que o vídeo começou a circular nas redes, bem como toda a violência sofrida por ela – mas preservando sua identidade, como não fez o texto analisado anteriormente. Ao dizer o que a vítima sente e como ela está enfrentando, pode garantir que ela não seja colocada em segundo plano, como muitas vezes ocorre sendo apenas uma figurante.

No entanto, os comentários novamente nos mostram que, apesar da tentativa do texto de abordar o assunto sobre a violência que a vítima de estupro coletivo sofre, mesmo depois que todo o crime ocorreu, o contexto onde essa matéria está inserida segue, de certa maneira, buscando formas de culpabilizar a vítima ou questionar a gravidade do crime, e nisto aí reside a importância do jornalismo representar não somente a vítima de estupro coletivo à partir de um olhar respeitoso, mas principalmente mostrar o crime de estupro e estupro coletivo como ele realmente é, um crime.

A terceira matéria coletada para a análise do site do UOL é intitulada: K-pop: Cantores são condenados por estupro coletivo na Coreia do Sul⁵³. Foi veiculada no dia 29 de novembro de 2019. A matéria não é assinada por nenhum nome, fornecida por AP. Essa matéria foi veiculada no Universo Uol e, como parte do portal, pode ser encontrada por meio da busca com palavras chaves dentro do próprio UOL. A única foto ilustrativa da matéria é de um dos condenados por estupro coletivo, o cantor Jung Joon-young.

De início, já percebemos que a estrutura da página segue o mesmo modelo que as páginas gerais do site UOL, mas, diferentemente das outras matérias analisadas, há notícias relacionadas nesse conteúdo, com a sugestão de matérias com a temática de violência contra a mulher, além de hiperlinks dentro do próprio texto remetendo a outras matérias sobre fatos correlacionados, citados ao longo da publicação.

⁵³ AP. Cantores de k-pop são condenados por estupro coletivo. **Universa**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/29/cantores-de-k-pop-sao-condenados-por-estupro-coletivo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

A matéria fala sobre dois cantores do gênero k-pop – gênero musical iniciado na Coreia do Sul e de grande sucesso mundialmente – condenados por estupro coletivo pelo Tribunal Distrital Central de Seul. O pequeno texto relata que os dois homens foram condenados a se submeterem a 80 horas de programas de tratamento de agressores sexuais. Também conta que alguns nomes do gênero musical foram indicados por agressão sexual e abuso a artistas e estagiárias. Por fim, a matéria cita a morte de duas artistas do K-pop – a primeira foi citada juntamente com um hiperlink que leva a uma notícia sobre o caso.

O texto não traz detalhes sobre os fatos narrados e, em alguns momentos ao longo da leitura não fica claro se eles têm relação um com o outro. Apesar de inicialmente ser uma matéria sobre a condenação de dois artistas musicais, o texto acaba compilando alguns escândalos envolvendo crimes sexuais de artistas coreanos. A matéria não conta com nenhuma fonte, baseando-se apenas no comunicado emitido e, como veremos, apresenta equívocos ao noticiar crimes envolvendo estupro e estupro coletivo.

Quando observamos o texto, algumas coisas se destacam. A primeira delas é que, logo no início do texto, há a passagem “no qual mantiveram relações sexuais com uma mulher que não conseguiu resistir”. Como discutido anteriormente, quando o jornalismo se refere a um estupro como “relação sexual”, destituímos a noção de crime que ele contém. Um estupro não é uma “relação sexual”, por mais que seja um crime sexual. Além disso, quando o texto diz que a mulher não conseguiu resistir, apesar de ambígua, por poder dar a interpretação de que a vítima morreu após o crime, caracteriza as “relações sexuais” como crime de estupro. Ou seja, podemos inferir que a matéria não optou por usar os termos que seriam apropriados. Por que não usar os termos corretos, dizendo que estupraram uma mulher?

Em outro momento, o texto diz que o mundo do entretenimento da Coreia sofreu com “escândalos sexuais que revelaram seu lado sombrio”. Aqui, novamente questionamos acerca da escolha das palavras. Escândalos sexuais seriam o que, precisamente? Entendemos que crimes sexuais, estupros, bem como quaisquer outros delitos que envolvam a liberdade sexual de outra pessoa devem ser, mais uma vez, nomeados da maneira correta. Do mesmo modo, apontamos que o uso de uma expressão coloquial superficial e reducionista como “lado sombrio” não é justificável em um texto que fala sobre estupro, que é um crime.

Em outro momento do texto, temos “Estrelas masculinas” para se referir a artistas que foram apontados como agressores e abusadores, na mesma frase em que lemos “forçadas a prestar serviços sexuais”. Questionamos aqui a escolha de palavras para se referir a suspeitos ou condenados a crimes. Apesar de serem conhecidos no ramo da música, a escolha do termo

“estrelas” vai além das suas profissões, ofuscando, principalmente, o ato cruel e criminoso cometido pelos atores, cantores ou demais profissionais do ramo das artes. No mesmo parágrafo, a matéria distancia o fato ocorrido do seu real significado. Ou seja, quando uma pessoa é forçada a prestar serviços sexuais, ela é estuprada. Por que o uso de eufemismos para se referir aos crimes?

Por fim, a matéria conclui com dois casos que ocorreram com outras artistas coreanas, como o caso da atriz e cantora Goo Hara, que foi encontrada morta algum tempo depois de sofrer cyberbullying por uma disputa pública com seu ex-namorado que ameaçava divulgar um vídeo erótico dela, e como o caso de outra artista, Sulli, que também foi encontrada morta por conta da reação online pelo “seu estilo de vida”, sem dizer que estilo de vida era esse – sem demais explicações, deixando o leitor imaginar que poderia ser algo relacionado à sua sexualidade, mas sem qualquer resposta.

E olhando para esses dois parágrafos finais, podemos inferir que, afinal, a notícia central – as condenações por estupro coletivo dos dois artistas coreanos – deixou de ter importância no quarto parágrafo da matéria. O texto não resgatou os fatos ocorridos, nem apresentou a condenação de maneira completa, apenas relatou sobre a condenação e a usou como gancho – uma maneira de trazer algum assunto ou fato relacionado – para a discussão geral dos crimes sexuais no universo do entretenimento coreano.

Além disso, há uma sistemática descaracterização do crime de estupro e da mulher enquanto vítima, sempre relacionando o ocorrido com “sexo”, “escândalos sexuais”, “serviços sexuais” e “relações sexuais”. Resumidamente, a matéria é escrita, em sua totalidade, a partir de eufemismos, termos brandos, e principalmente equivocados, abordando o crime de estupro de uma maneira desumanizada. Ademais, constatamos que esse texto pode induzir o leitor a acreditar que o entretenimento coreano, principalmente o gênero musical K-pop, é um universo criminoso e nocivo. O fato de a matéria ser não somente superficial, mas também, de certa forma, generalizadora, pode induzir aqueles que não conhecem sobre as produções da Coreia do Sul a entendimentos desfocados e equivocados.

Também é importante apontar que o texto faz com que as vítimas de assédio e estupro fossem transformadas em elementos secundários e, de certa maneira, colocadas de maneira especulativa. Quando o texto cita que algumas artistas e estagiárias denunciaram que “foram forçadas a prestar serviços sexuais”, não existem no texto elementos que reforcem a validade das denúncias, como documentos ou até mesmo algum dado importante das investigações. O

último parágrafo do texto também serve de exemplo, quando o leitor não consegue ter mais detalhes sobre o “estilo de vida” da artista que foi encontrada morta.

A respeito disso, dois comentários de leitores dos 25 presentes na matéria servem de exemplo. O primeiro, diz que “Será que alguém no mundo atual ainda é ingênuo o bastante para acreditar em histórias de estupro? Depois do caso Neymar, o brasileiro pelo menos, devia ter ficado imune a isso. 99% desses casos são mulheres querendo destruir a vida de homens ricos ou querendo arrancar dinheiro deles. As leis precisam mudar, não só no Brasil, como no mundo.”, um comentário que além de trazer uma estimativa equivocada, sem qualquer fundamento, faz referência ao caso do jogador Neymar, que foi vítima de uma mulher que afirmou ter sido estuprada por ele, mas que posteriormente, a justiça comprovou que não se tratava disso. Outro comentário diz que “Suicídio em série, Estupro coletivo... Isoo é K-POP??? Não queremos essa porcaria de estilo de vida para a nossa juventude!!! Proíbam a vinda dessa turma em nosso território JÁ!!! Viva o FUNK !!! Viva a Alegria!!! Viva a MPB!!!”, mostrando na prática a ideia errada que os leitores podem vir a ter sobre o gênero musical e a indústria de entretenimento coreano como um todo.

Por fim, temos a quarta matéria do portal UOL, intitulada: Polícia indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição⁵⁴. O texto foi publicado no dia 06 de dezembro de 2019 e não é assinada por nenhum jornalista, pois é um conteúdo em conjunto com a Agence France-Presse (AFP). A única foto presente na matéria mostra um protesto contra estupros coletivos na Índia e apesar de não conter hiperlinks, o texto sugere três leituras publicadas no ano em que o texto foi publicado, em 2019: Autoridades norte-coreanas reagem e citam recaída de Trump; França: mobilização contra reforma da previdência continua após levar 800 mil às ruas; Mercosul muda regra de adesão para evitar um novo “risco Venezuela”.

A matéria relata o assassinato de quatro homens acusados de estupro coletivo por parte da polícia indiana durante a reconstituição do crime de estupro coletivo de uma mulher de 27 anos. Segundo o texto, os quatro suspeitos de terem cometido o estupro coletivo foram mortos quando tentavam fugir depois de tentarem roubar as armas dos guardas.

Os quatro haviam sido detidos na semana anterior e acusados de estupro e morte. A vítima teve o corpo queimado após o crime, que aconteceu no dia 27 de novembro, quando ela tentava ligar sua motocicleta, mas não conseguia. Os homens haviam oferecido ajuda para a

⁵⁴ POLÍCIA indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição. **UOL**, Nova Dhéli, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/12/06/policia-indiana-mata-suspeitos-de-estupro-coletivo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

vítima. Seu corpo carbonizado havia sido encontrado embaixo de uma ponte no dia seguinte ao crime.

O caso provocou uma onda de protestos no país, local onde estupros acontecem frequentemente. A matéria diz que na Índia, aconteceram mais de 33 mil estupros em 2017 com dez mil vítimas menores de idade.

Novamente, tem-se um texto curto, com parágrafos pequenos e com informações sucintas. A matéria utiliza de fontes oficiais, como o relato do vice-comissário da polícia de Hyderabad, local onde ocorreu o crime. Além dele, o texto também traz uma fala da deputada Jaya Bachchan, no Parlamento Nacional, afirmando que os culpados deveriam ser linchados em público. O texto apresenta também dados oficiais, como números de estupros registrados no país.

Ao longo do texto, são usados os termos “suspeitos” e “acusados” pra se referir aos quatro assassinados pela polícia, já que as investigações não haviam sido concluídas até o fechamento do texto. A exceção acontece quando o texto relata o que ocorreu com a jovem, único momento em que o texto usa o termo “criminosos”.

Diferentemente da matéria analisada anteriormente, esse texto respeita e segue uma abordagem indicada para abordar o tema do estupro, usando os termos “violência sexual” e “estupro”. Aliado a isso, a matéria traz a informação sobre o alto número de casos de estupro na Índia, bem como os protestos que ocorreram também em 2012, o que permite que o leitor entenda que esse é um problema enfrentado por todas as mulheres indianas e que não é a primeira vez que a sociedade da Índia se revolta com esse cenário violento. E tal cenário de revolta se reforça quando consta na matéria a fala da deputada, emitida em um local oficial do governo

Além disso, outro detalhe chama a atenção no texto, que é a fala da irmã da vítima. Segundo ela, a vítima a havia telefonado no momento em que os homens ofereceram ajuda para ela, mas afirmou que estava com medo. É possível dizer que esse detalhe permite certa humanização da vítima, que diferentemente de muitas matérias, ela não é só citada como um mero detalhe no relato do fato, mas aparece no texto como alguém com sentimentos e, especificamente medo, em um caso como esse. Apesar de ser parte de um depoimento oficial dado à polícia, a escolha consciente em acrescentar tal parte do relato permite observar o peso dado a essa informação – já que em um texto, todas as informações fazem parte de um “quebra-cabeças” em que o jornalista tem o poder de vetar pontos a serem inseridos.

Nessa matéria, podemos acrescentar que a vítima de estupro coletivo não figura apenas como uma personagem distante. Ao combinar a fala de sua irmã com o cenário de revolta da população indiana em relação aos recorrentes casos de violência sexual no país, a matéria pode induzir o leitor a se indignar sobre tamanha violência contra as mulheres. É, aliás, o que quase todos os 13 comentários da matéria retratam, comemorando a morte dos criminosos.

Também é interessante observarmos que a matéria consegue informar sem o uso de termos equivocados, o que evita que se criem estereótipos, principalmente percebidos por meio dos comentários nas notícias.

Quando analisamos os quatro textos do portal UOL, vimos que em muitos momentos há grandes equívocos na abordagem do site ao noticiar crimes de estupro coletivo. A sexualização do crime, o uso de termos que tirem o caráter de violência do estupro, a generalização e a superficialidade são características de grande parte dos textos analisados, tomando grandes proporções em um país como o Brasil, que tem um histórico de violência contra a mulher que, por séculos, naturalizou o estupro de meninas e mulheres. Usar tais termos como os citados acima nas matérias analisadas, pode corroborar para que estereótipos sejam reforçados, como os que levaram a comentários que desconfiam da palavra da vítima ou que não enxergam o crime de estupro tal como ele é, um crime.

Além disso, o fato de o site expor a identidade de uma vítima de estupro coletivo, independentemente do fato da própria vítima ter relatado seu caso na sua própria rede social, mostra certa despreocupação com possíveis retaliações que a jovem poderia sofrer, considerando todo o histórico de culpabilização das vítimas de estupro e estupro coletivo. Mesmo assim, vimos que o site UOL busca ouvir e conhecer de maneira mais próxima a versão da vítima do que o portal G1. O fato de conter partes de uma entrevista no texto do UOL mostra que a vítima não foi colocada, de certa maneira, em segundo plano. Isso pode ter um fator positivo, no caso da vítima poder se posicionar enquanto uma pessoa que sofre um crime, mas negativo, se o site expõe sua identidade.

De maneira geral, o portal UOL representa a vítima de estupro coletivo como alguém que está inserido em uma sociedade que violenta mulheres, uma violência que não termina no final do próprio estupro, ao mesmo tempo em que muitas vezes representa o próprio crime de estupro por meias palavras, eufemismos e termos que buscam, talvez, suavizar o crime noticiado.

Ademais, ao não veicular muitos textos sobre estupro coletivo em um país onde ocorreu 1 estupro coletivo a cada 2,5 horas no ano de 2016, questionamos quais seriam os critérios

escolhidos pelo portal para selecionar o caso a noticiar e qual não. Ao noticiar poucos casos de estupro coletivo frente ao alto número de casos que acontece no Brasil, o site não correria o risco de noticiar casos parecidos, ser generalista ou até mesmo superficial?

5.3 O estupro coletivo nas notícias do R7

O portal R7 tem sua página inicial bem semelhante à página inicial do UOL, contendo uma chamada mais importante localizada de maneira mais chamativa e outras, menores, complementando uma grade com grande número de conteúdos. As diferentes abas oferecem textos e produções dos mais variados tipos de conteúdo jornalístico que falam desde notícias de grande interesse nacional, bem como entretenimento, comportamento, bem-estar e esportes. Os blogs e colunas também marcam presença no portal R7, assim como nos outros dois portais aqui analisados, principalmente por serem marcas dos portais presentes na web, com conteúdos mais opinativos e pessoais.

O portal R7 se destaca entre os três por conter uma página dentro do portal direcionada à Igreja Universal, igreja evangélica amplamente conhecida no Brasil. Nessa página do portal R7, o internauta consegue acompanhar a TV Universal ao vivo e também ter acesso aos conteúdos da Igreja, como histórias de membros da Igreja, terapias de casal, terapias contra vícios, além do blog do pastor Edir Macedo da Universal – proprietário do Grupo Record.

Quando escrevemos os termos Estupro Coletivo na caixa de busca do portal R7, encontramos um número reduzido de matérias, da mesma forma como acontece no UOL. O site permite que o internauta organize os resultados por relevância ou por data, o que garante maior organização na hora de encontrar o conteúdo que o internauta estiver buscando.

No entanto, na parte de busca do site, existe uma diferença entre os resultados obtidos a partir dos termos usados. Por exemplo, se os termos buscados forem Estupro Coletivo, como definido para essa pesquisa, o site retorna com quatro resultados publicados no ano de 2019, mas se buscarmos com os termos Estupro Coletivo 2019, esses resultados aumentam para dez, considerando os resultados de notícias publicadas em páginas do portal R7 – algo que não acontece nos outros portais, em que a busca é sempre a mesma, independentemente do ano de publicação fazer parte dos termos chave da busca. Isso demonstra certa incongruência no sistema de busca, afinal, se os termos gerais Estupro Coletivo estão presentes em todas as matérias sobre o tema publicadas pelo site, esses termos deveriam constar em todos os conteúdos.

Por isso, acreditamos ser necessário que, para encontrar as matérias para análise do site R7, fosse incluído o ano de publicação entre os termos de busca, para que não ficassem de fora textos que foram veiculados pelo site, mas que não apareceram no resultado das buscas quando utilizamos somente os termos Estupro Coletivo por fragilidade no próprio sistema do site. E enquanto o UOL e o G1 retornavam as mesmas matérias, independente do acréscimo do ano de 2019 nas palavras-chave, o portal R7 excluiu textos publicados quando não havia o ano, e por isso, acreditamos ser justificável tal inclusão nos termos para a busca.

Outro ponto observado no momento de buscar pelas matérias foi o fato do sistema retornar textos de sites externos ao do R7. Assim, se o internauta quiser buscar matérias escritas e publicadas pelo jornalismo do portal R7, terá que filtrar os resultados de busca novamente, e foi exatamente o que fizemos para selecionar as matérias a serem analisadas, filtrando dentre os conteúdos somente aqueles que são encontrados dentro do próprio portal R7.

No entanto, uma questão essencial a ser destacada é que o R7 não aceita comentários em suas matérias, o que é notável, de certa forma, se tratando de um portal de notícias online. São a interatividade e a possibilidade de participação do leitor uma das características mais importantes e diferenciadoras que a internet tem, questionamos a motivação do portal R7 em não permitir comentários em suas notícias. Se o leitor não pode comentar, deixar a sua opinião, tampouco dialogar com outros leitores do portal, questionamos qual a sua diferença em relação aos veículos tradicionais do grupo Record.

E neste quesito, a inexistência de comentários afetou, novamente e de maneira direta, um dos critérios de seleção dessa pesquisa, que era exatamente a eleição, entre todo o conteúdo publicado em 2019, das matérias com maior número de comentários. Por isso, levando em conta que para o portal R7 incluímos o ano de publicação nos termos chave para a busca, também foi preciso elencar outro critério de seleção dentre as notícias publicadas pelo portal R7, e por isso, nos pautamos pelo período de publicação, escolhendo as duas primeiras matérias publicadas pelo portal no primeiro semestre de 2019 e as duas primeiras matérias publicadas no segundo semestre de 2019. Assim, não havendo o número de comentários como critério para a escolha das matérias entre todas as publicadas, dividimos o ano em dois semestres e escolhemos as duas primeiras publicadas em cada um deles, no ano de 2019.

Mesmo assim, optamos por continuar com as análises do portal R7 por considerarmos que as matérias serviriam como critério de comparação, bem como permitiriam uma observação mais ampla sobre as notícias publicadas em 2019 em alguns dos maiores portais de notícias do Brasil e da América Latina.

Especificamente nos textos, é possível encontrar hiperlinks em alguns textos do portal R7, mas não é algo fixo, recorrente. Porém, apesar da falta de hiperlinks em muitas matérias, o site fornece uma relação de textos recomendados para leitura que foram publicados na mesma época que a notícia em evidência, assim como a indicação dos mais lidos atualmente, publicados hoje em dia.

O R7 oferece ao internauta a possibilidade de ouvir a notícia, um recurso interessante, caso a pessoa queira ouvir o conteúdo enquanto realiza outra atividade, o que permite uma flexibilidade no acesso ao conteúdo do portal. Além disso, o fato do conteúdo ser oferecido por áudio, também é inclusivo para deficientes visuais, permitindo que eles possam ouvir o conteúdo e se informarem igualmente.

Assim, as matérias selecionadas conforme os critérios de análise ajustados para as especificações do site são: Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos, do dia 27 de março de 2019; RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia, do dia 28 de março de 2019; Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioridade penal na Alemanha, de 09 de julho de 2019; Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa, do dia 16 de julho de 2019.

Com isso, dentre as matérias selecionadas, a primeira delas, publicada no dia 27 de março de 2019, é assinada por PH Rosa, do R7 com a Record TV Rio, Rio de Janeiro. O texto é intitulado: Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos⁵⁵. Contém apenas uma foto, retratando a fachada da Delegacia que investigava o caso.

O texto contém um hiperlink no meio da matéria como sugestão de leitura que leva ao texto: Motorista de aplicativo acusado de agredir promotor nega acusações, publicado no mesmo dia. Além desse hiperlink, o texto também tem uma caixa de “Veja Também”, com a indicação de três matérias também de 2019, sendo: Suspeito de balar bebê na barriga da mãe é morto em operação no RJ; Delegado da PF atira contra PMs e é levado para delegacia no Rio; PM que atirou para o alto com fuzil e xingou moradores é afastado no Rio.

Segundo a matéria, 11 homens teriam estuprado uma menina de 12 anos e filmado durante o Carnaval em Itaguaí, na comunidade do Carvão – RJ e um suspeito haveria sido preso em Santa Cruz, na zona oeste do Rio. A garota estava em uma festa e teria sido obrigada a beber e ficar nua. Quando a menina já estava sob o efeito do álcool, um dos homens a levou dizendo

⁵⁵ ROSA, PH. Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos. **R7**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/suspeito-e-preso-por-estupro-coletivo-de-menina-de-12-anos-27032019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

que “um traficante queria falar com ela em uma casa”, local onde havia cerca de 11 homens que participaram do crime.

O texto ainda traz a informação de que, segundo a Polícia Civil, o estupro havia sido gravado e publicado nas redes sociais, maneira pela qual conseguiram identificar quatro suspeitos. Até o momento do fechamento da matéria, os identificados tiveram prisão temporária decretada e a polícia fazia uma ação para identificar os demais suspeitos e foragidos.

O texto, que é uma pequena nota com quatro parágrafos, segue a lógica das principais informações estarem logo no começo do texto. Conta com termos jurídicos, tais como “suspeitos”, “prisão temporária decretada”, “foragidos” e “detidos”. O próprio uso do termo “suspeitos” indica uma preocupação por parte de quem escreveu o texto em respeitar as questões jurídicas, já que as investigações ainda não tinham sido concluídas. Como fonte, a matéria traz a Polícia Civil, órgão que investiga o caso.

Enquanto isso, os termos utilizados para se referir a garota foram “menina”, “jovem” e “adolescente”, e os termos usados para se referir ao crime foram “estupro coletivo”, “relações forçadas”, “crime” e “estupro”.

Alguns pontos podem ser destacados em relação à nota, como primeiramente o fato dela não conter nenhuma fala de qualquer fonte. O posicionamento da polícia, como órgão oficial, é dado sem qualquer nome em particular de qualquer autoridade.

Outro detalhe que chama a atenção diz respeito ao local onde a vítima estava no momento em que o estupro ocorreu – um baile funk –, dado que se a matéria tivesse dito apenas que a menina estava em uma festa, a informação já teria sido dada. O que questionamos é se haveria alguma intenção, algum estigma a ser impresso na matéria. Mesmo que o estilo da festa fizesse parte do boletim de ocorrência, há de se apontar a escolha do jornalista que escreveu a nota, feita conscientemente, com intenção de colocar essa informação no texto.

Questionamos se o texto não permite associar o crime com o estilo da festa e o local onde ela acontecia. Afinal, não há qualquer informação adicional em relação ao local do crime, quem a acompanhava, a que horas o crime ocorreu, se a vítima conhecia algum dos criminosos, como ela conseguiu ter acesso a um local que, pela venda de bebidas alcoólicas, não deveria permitir a sua entrada enquanto menor de idade, entre outras coisas. Nesse sentido, a matéria poderia induzir o leitor a associar o local onde a festa acontecia – uma área mais abastada da cidade – com a criminalidade e o crime de estupro? Acreditamos que sim.

Quando refletimos sobre essa primeira matéria analisada, percebemos também que o não dito tem um grande peso no texto, já que, por se tratar de uma menor, o texto não faz

referência aos responsáveis pela menina. Onde estariam? Estariam cientes de que ela estava presente nessa festa? O não dito, nesse texto, pode induzir o leitor a, novamente, associar o crime de estupro a abandono, responsabilizando menos a culpa integral dos estupradores e abrindo espaço para que uma culpabilização sobre a menina aconteça? Independentemente da menina, uma menor de idade, ser legalmente impedida de frequentar a festa por conta da sua idade, o crime de estupro ainda é integralmente culpa dos estupradores. Estaria a matéria induzindo o leitor a questionar, ao contrário, a conduta da menina? Pensamos novamente que sim.

No entanto, com a ausência de comentários, não conseguiremos fazer o diálogo entre o texto, os questionamentos que ele levanta e a discussão teórica realizada até aqui. Apesar de questionarmos e apontarmos pontos no texto que já vêm sendo discutidos nessa pesquisa, sem os comentários nós não conseguimos fazer observações sobre as seguintes questões: qual a opinião do público sobre o assunto e sobre o texto? Quais as leituras realizadas pelos internautas ao ver o texto? O que discutiram os leitores após a publicação da matéria?

Já na segunda matéria do portal R7, publicada no primeiro semestre de 2019 – período em que o site publicou apenas três textos sobre estupro coletivo –, temos novamente uma nota trazendo mais informações sobre o mesmo caso da matéria analisada anteriormente. Publicada no dia 28 de março de 2019, o texto é intitulado: RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia⁵⁶. O texto foi escrito por um estagiário do R7 sob supervisão da Bruna Oliveira. Novamente, o site oferece a opção de ouvir o conteúdo.

Aqui, o hiperlink recomenda a matéria Leia também: Rio: pintor é espancado e morre ao ser confundido com estuprador, e na caixa “Veja Também”, as matérias indicadas são: Adolescente grávida é morta no Rio e família acusa namorado; Jovens apreendidos no Rio têm média de quatro irmãos, diz estudo; Trem descarrilha e derruba poste na estação Saracuruna, em Caxias (RJ).

Essa segunda matéria analisada faz o uso de um hiperlink para trazer novas informações sobre um fato já noticiado. O recurso é usado na parte do texto que fala sobre o primeiro suspeito de ter participado do crime já ter sido preso, remetendo a primeira matéria que faz parte do nosso corpus de análise. Além desse hiperlink, a matéria também sugere a leitura de uma notícia relacionada à temática do estupro coletivo com a notícia Rio: pintor é espancado e morre ao ser confundido com estuprador.

⁵⁶ R7. RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia. **R7**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-4-suspeito-de-participacao-em-estupro-coletivo-se-entrega-a-policia-28032019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Segundo a nota, um homem de 31 anos, suspeito de participar do estupro coletivo de uma menina de 12 anos, se entregou à polícia no dia anterior. Segundo a matéria, o suspeito teve a prisão temporária decretada e é o quarto envolvido no caso após ser identificado. O primeiro suspeito de participar do estupro coletivo foi preso e os investigadores ainda tentam identificar outros sete homens. Ao final, o texto retoma o caso, dizendo que a adolescente foi embebedada e colocada nua durante um baile funk na comunidade do Carvão. A matéria tem a mesma imagem do texto analisado anteriormente, uma foto da fachada da delegacia que investiga o caso.

Aqui os termos usados foram os mesmos da outra matéria, o que demonstra uma escolha adequada de termos, visto que em nenhum momento as palavras escolhidas relativizam a violência. Novamente, a matéria não traz nenhuma fala de fonte, não procura pelos responsáveis ou pessoas próximas da menina ou dão mais detalhes sobre o fato ocorrido. No entanto, novamente os não ditos se fazem presentes. A possível relação no texto entre o crime e o local, a festa, a criminalidade e o uso de álcool.

Afinal, há de se ressaltar o número reduzido de matérias publicadas não somente pelo portal R7 – como foi possível perceber, tendo sido publicadas no primeiro semestre de 2019 apenas três matérias sobre estupro coletivo – mas também pelo portal UOL. O número pequeno de matérias publicadas salta aos olhos pela incompatibilidade em relação ao alto número de casos de estupro coletivo. Segundo dados de 2016, aconteceu um estupro coletivo a cada 2,5 horas no Brasil. Ou seja, quando percebemos que o portal R7 publicou apenas três notícias sobre esse tipo de crime ocorrido aqui no Brasil no primeiro semestre de 2019, observando-se que duas já se referiam ao mesmo assunto, é possível reforçar que ainda há muito o que se discutir sobre o papel do jornalismo em falar, denunciar, discutir e representar a realidade da violência de gênero e especificamente o estupro coletivo. Qual a importância dada pelo jornalismo para esse tipo de crime que acomete as mulheres brasileiras com tanta frequência? Essa é uma resposta que não teremos, mas sobre a qual essa pesquisa procura pensar e mostrar dados específicos.

A terceira matéria analisada do portal R7 foi publicada no dia 9 de julho de 2019 e é a primeira matéria veiculada no segundo semestre pelo site com o tema do estupro coletivo. O título do texto é: Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioridade penal na Alemanha⁵⁷. É um conteúdo feito em conjunto com a BBC News Brasil.

⁵⁷ BBC News Brasil. Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioridade penal na Alemanha. **R7**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/caso-de-estupro-coletivo-reacende-discussao-sobre-maioridade-penal-na-alemanha-09072019>. Acesso em: 06 ago. 2020.

Este texto também oferece a opção de áudio para que o leitor possa ouvir a matéria e é ilustrada com uma imagem que mostra uma pessoa mais jovem sendo puxada pelo braço por outra pessoa, que parece ser uma autoridade policial pela presença de um cassetete na sua cintura. No braço do jovem da foto, vemos uma algamma, por meio da qual ele é puxado pela autoridade. A foto é uma imagem de arquivo de 2010.

Nesse texto, não há o recurso de hiperlinks, nem textos indicados na caixa “Leia Mais” para que o leitor tenha acesso a mais conteúdos produzidos na época da publicação do texto em questão, mas há uma relação das notícias mais lidas do momento atual da visita ao site, textos do dia, fatos recentes.

A matéria relata que um caso de estupro coletivo acontecido na Alemanha reestabeleceu o debate sobre a maioria penal no país. Segundo o texto, uma mulher de 18 anos foi vítima de estupro coletivo cometido por cinco jovens, dois deles tinham apenas 12 anos quando o crime ocorreu. No momento da reportagem, apenas um dos criminosos havia comparecido frente a um juiz.

Ainda segundo o texto, a vítima tinha sido encontrada em um matagal e levada a um hospital. Um porta-voz da polícia alemã, fonte para a matéria, afirmou que o estupro aconteceu com “considerável violência” e durou um tempo prolongado.

Assim, a matéria traz a discussão levantada no país sobre a redução da maioria penal na Alemanha, seguida de como funciona a maioria penal na Europa e, por fim, usa toda a discussão como gancho para debater a questão aqui no Brasil, bem como o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro, atualmente eleito no Brasil, sobre o tema da redução da maioria. O texto utiliza de recursos jurídicos, se resguardando legalmente ao chamar os garotos de suspeitos, visto que eles ainda não haviam sido incriminados, não havendo informações sobre a defesa deles, nem se confessaram ou negaram o crime.

A notícia sobre o caso de estupro coletivo é superficial, pois não temos, por exemplo, a narração sobre como aconteceu, tais como local onde a vítima estava, se tinha alguma relação com os seus estupradores ou eram homens desconhecidos, nem maiores informações que poderiam constar em um documento oficial de denúncia.

As próprias autoridades que aparecem no texto servem para ilustrar o debate sobre a redução da maioria penal, já que o único momento do texto em que há uma fala de alguma autoridade sobre o caso de estupro é quando um porta-voz da polícia alemã – que não tem seu nome acrescentado na matéria – afirma que o estupro foi praticado com “considerável violência” e que “durou um tempo prolongado”.

Podemos questionar nesse momento sobre a desassociação entre estupro e violência, já visto em outros textos analisados nessa pesquisa. Ao trazer no texto a fala do oficial de que o estupro fora praticado com “considerável violência”, é possível questionar se uma mulher pode ser estuprada sem violência, considerando que o próprio estupro já é violento, partindo da premissa de que é um ato contra a vontade de alguém.

E dessa forma, o texto propõe um certo debate sobre a redução da maioridade penal, discutindo como se estrutura esse ponto na justiça alemã e em alguns países da Europa, chegando, finalmente, à discussão sobre a maioridade penal brasileira. O texto traz uma tabela em que aparecem alguns países europeus e suas respectivas maioridades penais, idades entre 10 a 13 anos.

No texto, há uma autoridade alemã que se diz contrária à diminuição da maioridade penal, que é de 14 anos no país, pois segundo ela a ideia de que mais punição traz menos criminalidade “não funciona com os mais jovens”. Enquanto isso, como opinião favorável, o texto traz o caso de James Bulger, de 2 anos, assassinado por dois garotos de 10 anos em 1993 na Inglaterra.

Além disso, quando discute o caso brasileiro, o texto resgata a aprovação da proposta de emenda à Constituição que reduz a maioridade penal, mas que o projeto não avançou no Senado. Também aponta que o presidente Jair Bolsonaro já se posicionou a favor da redução.

Por fim, o texto usa frases generalistas para se referir aos contrários e aos favoráveis à redução da maioridade penal no Brasil, como, por exemplo: “quem defende a diminuição argumenta...”, “quem é contra diz que...”, sem citar pesquisas, dados ou autoridades que reafirmassem isso.

De maneira geral, é possível ver que o texto usou um caso de estupro coletivo como gancho para uma pauta política, principalmente pela redução da maioridade penal fazer parte da agenda política do presidente Bolsonaro, citado na matéria. A preocupação central do texto foi transmitir de maneira superficial um caso que aconteceu na Alemanha, de modo a abrir espaço para discutir a realidade brasileira como tema. A vítima, o estupro e as investigações ficaram em segundo plano, sendo possível deduzir que o caso se tornou praticamente irrelevante para o texto e para o leitor. Assim, podemos apontar que o portal R7, apesar de veicular pouquíssimas matérias sobre o assunto da violência e do estupro coletivo, quando o faz, apresenta textos em que a centralidade da notícia não gira em torno da vítima, do crime ou de sua resolução, o que, em certo sentido, reforça nosso questionamento sobre o papel do

jornalismo em denunciar e debater sobre os problemas que giram em torno da violência sexual e de gênero no país.

Caminhamos então para a quarta matéria do portal R7, intitulada: Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa⁵⁸. Foi publicada no dia 16 de julho de 2019. A matéria foi feita em colaboração com o Jornal de Brasília, parte do site presente na aba referente ao Distrito Federal dentro do próprio portal R7. A nota não é assinada por nenhum jornalista em particular e é ilustrada com apenas uma foto, possivelmente de banco de imagens, em que uma mão masculina segura a boca de uma menina com força, transmitindo violência e abuso.

O texto não contém nenhum hiperlink, nem conteúdo relacionado com o tema como sugestão de leitura, e como é modelo do site R7, é possível ouvir o conteúdo em áudio.

Segundo o pequeno texto, uma garota de 15 anos registrou denúncia de estupro coletivo no Conselho Tutelar e Polícia Civil de Piranhas, Goiás, que teria acontecido durante uma festa que durou quatro dias em um assentamento rural. O delegado, única fonte oficial presente no texto, disse que a menina relatou que estava desacordada quando aconteceu o crime e suspeita de que havia sido drogada. Algumas testemunhas relataram, cerca de um mês depois, que a menina havia sofrido o abuso.

O delegado ainda afirma que há a possibilidade de existir um vídeo que sirva de prova do crime em que seria possível vê-la “em coma”, mas que a filmagem ainda não tinha chegado até à polícia, e que estavam averiguando se ela existia mesmo ou não. A suspeita é de que o crime havia sido cometido por oito homens.

A nota, curta, não traz detalhes adicionais sobre o crime ocorrido, pois a notícia foi feita ainda com as investigações em estágio muito inicial – o que garante ao texto um ar superficial e escrito a partir de poucas informações, deixando lacunas para quem procura se informar sobre o ocorrido. É possível notar também que o texto usa termos que seguem as diretrizes indicadas para a abordagem do crime de estupro pelo jornalista, sempre se referindo ao crime por termos que não sexualizam o ato.

No entanto, esse texto se assemelha com aqueles que relatam um crime de estupro coletivo ocorrido em uma festa e sob efeito de drogas. Em partes, essa observação se une ao fato de que o portal R7 veiculou pouquíssimas matérias no ano de 2019 – ou que, se veiculou muitas, disponibiliza ainda apenas algumas – e, quando o fez, noticiou o crime de estupro coletivo em grande parte quando estava associado a questões secundárias, tal como o local, a

⁵⁸ JORNAL de Brasília. Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa. **R7**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/jornal-de-brasilia/adolescente-registra-ocorrencia-de-estupro-coletivo-em-festa-16072019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

presença de drogas e álcool no ambiente, a idade da vítima relacionado ao local em que ela se encontrava ou, como no caso da última matéria analisada, utiliza um gancho para uma discussão com tons políticos.

No caso dessa quarta matéria analisada do portal R7, vimos que o fato não volta a ser noticiado, já que as dez matérias encontradas pela busca do site não retomam o acontecimento novamente. Ou seja, dentre os pouquíssimos casos de estupro coletivo noticiados pelo site e os casos elencados para publicação pelo portal, o internauta também não tem acesso à revisitação ao caso com mais informações.

Observando tais questões, questionamos sobre os critérios de noticiabilidade das diversas abas, páginas e editorias do portal R7. Seria o tema do estupro coletivo uma questão menos cara ao jornalismo do R7? Quais as razões para se publicar determinado fato que, como observado, é minoria entre os assuntos publicados pelo site?

Dessa forma, quando observamos o baixo número de casos de estupro coletivo noticiado pelo portal R7, vimos que a representação da vítima de estupro coletivo aqui é amplamente relacionada à ocorrência do crime em ambientes como festas, baile funk, locais com álcool, drogas e criminalidade. Mesmo que tais informações estivessem presentes nos documentos oficiais de denúncia, utilizados pelo portal como fonte das informações para que a notícia fosse escrita, há de se destacar e questionar os critérios de noticiabilidade para que sejam publicados, quase que em sua totalidade, crimes de estupro coletivo que aconteceram em locais como festas em regiões mais marginalizadas.

Nesse sentido, destacamos que é possível observar um reforço do site com a ideia de culpabilização ou responsabilização da vítima ou de fatores externos, como o uso de álcool, o local onde a vítima se encontrava ou até mesmo sua idade, como se fossem mais importantes para que o crime tivesse acontecido do que a própria conduta dos estupradores.

E quando localizamos tais questões no contexto brasileiro que já vinha sendo discutido nessa dissertação, observamos que o portal possa colaborar também com uma manutenção dos estereótipos, sugerindo que o crime de estupro coletivo aconteça de maneira mais ou menos padronizada. Em um momento em que a violência sexual contra mulheres ainda carrega estereótipos, ainda centraliza a vítima em um cenário de vulnerabilidade que as desencoraja à denúncia e que ainda coloca a palavra da vítima sob julgamento e dúvida, questões herdadas historicamente dentro daquilo que conceituamos como Cultura do Estupro, concluímos que o distanciamento do portal R7 – bem como do jornalismo brasileiro como um todo – e a sua

redução a poucos casos, pode fazer com que o debate público não dê atenção às urgências que o tema do estupro e do estupro coletivo tanto exige.

5.4 O estupro coletivo noticiado pelo jornalismo online: uma discussão histórica, social e profissional

É notável a importância do jornalismo na construção de narrativas que serão difundidas na sociedade. Seu constante registro e representação da realidade que acontece todos os dias em todo o mundo, faz com que sejam construídas memória, identidade, representações ao mesmo tempo em que cumpre com seu papel social de democratização da informação e do conhecimento e de denúncia de calamidades, desigualdades e injustiças.

Por outro lado, o espectador desse jornalismo recebe essa realidade a sua volta, de certa forma, como um bombardeio de informações. Com a expansão da internet e o acesso a redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter, as pessoas têm acesso praticamente instantâneo a realidades que, muitas vezes, estão distantes delas – o que tem gerado, inclusive, certa concorrência para o jornalismo, que agora não é o único a informar e produzir conteúdo, principalmente na web.

Susan Sontag (2003) discorreu sobre o bombardeio de imagens de guerra nos jornais e como essas imagens se tornaram corriqueiras, muitas vezes deixando de ser motivo para o choque ou o espanto. Imagens como a de homens mutilados e mortos, por exemplo, que estamparam notícias sobre guerra e muitas vezes ainda estampam o jornalismo sensacionalista que está presente na nossa sociedade.

Ser um espectador de calamidades ocorridas em outro país é uma experiência moderna essencial, a dádiva acumulada durante mais de um século e meio graças a esses turistas profissionais e especializados conhecidos pelo nome de jornalistas. Agora, guerras são também imagens e sons na sala de estar. As informações sobre o que se passa longe de casa, chamadas de ‘notícias’, sublinham o conflito e violência – “Se tem sangue, vira manchete”, reza o antigo lema dos jornais populares e dos plantões jornalísticos de chamadas rápidas na tevê – aos quais se reage com compaixão, ou indignação, ou excitação, ou aprovação, à medida que cada desgraça se apresenta. (SONTAG, 2003, p. 20).

A autora discute até que ponto as imagens veiculadas sobre as grandes calamidades do mundo podem “anestesiá-la” uma pessoa ou, ao invés disso, causar nela um sentimento de revolta e incentivá-la a buscar por justiça e mudanças. Para Sontag (2003, p. 21), “a consciência do sofrimento que se acumula em um elenco seleto de guerras travadas em terras distantes é algo construído”. A depender do enquadramento que se dá, da maneira como for transmitido – naquilo que ela chama de “entretenimento doméstico” (SONTAG, 2003, p. 23).

Frente a isso, a autora refuta a ideia da Sociedade do Espetáculo, de Guy Debord, discutindo sobre as múltiplas realidades de uma sociedade. Para Sontag (2003), partir da ideia de que todos são apenas espectadores passivos é generalizar a visão de uma pequena parcela da sociedade, uma “pequena população instruída que vive na parte rica do mundo, onde as notícias precisam ser transformadas em entretenimento” (SONTAG, 2003, p. 97). Ao levar em consideração a subjetividade do espectador, a autora admite que as imagens e notícias sobre guerra não têm a obrigação de resolverem os problemas do mundo. Podemos dizer que essa responsabilidade recai sobre o espectador – e de certa maneira, à própria produção jornalística –, que reagirá de maneiras variadas frente ao sofrimento humano e desigualdades econômicas e sociais que permitem violências, mortes e sofrimentos.

Não é um defeito o fato de não ficarmos atormentados, de não sofrermos o *bastante* quando vemos essas imagens. Tampouco tem a foto a obrigação de remediar nossa ignorância acerca da história e das causas do sofrimento que ela seleciona e enquadra. Tais imagens não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar as racionalizações do sofrimento em massa propostas pelos poderes constituídos. (SONTAG, 2003, p. 97).

O jornalismo, por sua vez, sempre noticiou violências por seus valores-notícia – e o sofrimento humano. Importante lembrarmos de Ciro Marcondes Filho, quando discute a mudança do jornalismo ao longo dos anos que, desde o início do século XX transforma a notícia e a informação em produto como forma de gerar renda e capital, dividindo espaços com a publicidade e com a constante evolução das tecnologias digitais, que de certa maneira transformaram a “estética” e a produção jornalística.

Se de um lado tem-se o jornalismo cumprindo seu papel social como vigilante da sociedade, por outro é necessário refletir sobre sua constante relação com a dor humana. Lidar com o sofrimento do outro, inclusive na contemporaneidade com o jornalismo presente também (e principalmente) na web, é algo comum, pautado pelos acontecimentos que cercam pessoas e sociedade e que tenham um impacto em suas vidas.

Especificamente falando sobre o tema dessa pesquisa, o estupro coletivo enquanto fato é transformado em notícia, e na web, particularmente, o seu compartilhamento se intensifica, principalmente pela interação que o leitor tem com o site que veicula essas notícias, como também pela presença das redes sociais, que estimulam o ato de compartilhar aquilo que se recebe e aquilo a que se tem acesso. Pode-se afirmar que o jornalismo tem responsabilidade sobre a maneira como realiza seu trabalho – publicando notícias sobre estupro coletivo, por exemplo – principalmente pela maneira como seu espectador poderá receber determinado conteúdo. Seja o desejo de conscientizar o espectador, de incitá-lo para se posicionar contrário às violências informadas ou simplesmente informa-lo sobre algum assunto, a responsabilidade

do jornalismo sobre a maneira como irá realizar tudo isso está presente em todas as atividades exercidas durante a produção jornalística.

Quando observamos o crime de estupro coletivo sendo noticiado pelo jornalismo online, é necessário entender que ele está presente em toda uma cultura historicamente construída que normaliza a violência contra a mulher – nomeado por algumas autoras como Cultura do Estupro (GARCIA, 2018), como já discutido anteriormente. Historicamente vemos a violência sexual contra mulheres tendo penalizações mais brandas – quando acontecem –, por outro lado, o jornalismo, produzido em um contexto histórico que carrega consigo todos os embates, disputas, desigualdades e problemas, acaba existindo não só enquanto produto do seu próprio contexto, mas também como um denunciador, um espelho que reflete tudo aquilo que precisa de atenção – e se ao noticiar o crime de estupro coletivo o jornalismo pode cometer equívocos provenientes da sua contemporaneidade violenta com mulheres, ele também pode ser um meio de tornar pública a luta contra a violência de gênero.

Olhando para as 12 matérias analisadas, é possível enfatizar que ainda há muito para se discutir a respeito da abordagem jornalística sobre os crimes de gênero, especificamente sexuais. Primeiramente, ao observarmos o jornalismo quando noticia o crime de estupro coletivo, não é possível compreender o seu critério de noticiabilidade, já que somente uma pequena parte dos casos de estupro coletivo é noticiada. Quando o jornalismo escolhe noticiar quase que em sua totalidade somente casos de estupro coletivo ocorridos em festas ou em situações que envolvam o uso de álcool e drogas, ele pode colaborar para que os estereótipos se reforcem, as dúvidas sobre a palavra da mulher aumentem a cada caso e que o crime de estupro coletivo seja sempre associado a questões externas, o que pode, em certo sentido, reforçar a cultura do estupro ao desviar o foco do principal fator de culpa sobre o crime: o próprio estuprador. Da mesma forma, isso também acontece quando a taxa de criminalidade do local onde o estupro ocorreu ganha espaço na matéria, fator que pode indicar certa associação dos leitores com o crime e o local onde ocorreu.

Os comentários são exemplo claro sobre isso, já que em praticamente todas as matérias analisadas foi possível encontrar comentários duvidando da palavra da vítima ou até mesmo culpando-a por estar em algum tipo de ambiente.

Relacionado a isso, a representação da vítima de estupro coletivo está centralizada em todo um contexto que naturaliza, suaviza, romantiza e sexualiza o crime de estupro coletivo, bem como em um contexto de diversas violências se relacionando sobre o corpo de uma mesma vítima. Como foi possível observar em diversas matérias, a confusão em denominar qualquer

ato de um estupro como “sexo” – por exemplo, usar os termos sexo oral, praticar sexo, escândalos sexuais, entre outros como vimos nos textos – desfoca a verdadeira natureza do crime de estupro e estupro coletivo – como bem analisa o material da ONG Think Olga. Além disso, grande parte das matérias relatou que além do estupro, as mulheres sofreram também agressões físicas e psicológicas, sofrendo com socos pelo corpo, ameaças com o uso de armas e até mesmo chantagens e ameaças depois do crime.

E se, historicamente, o crime de estupro contra mulheres foi naturalizado e muitas vezes incentivado, como a lei que permitiu o estupro marital como parte das “obrigações matrimoniais”, como o estupro das mulheres indígenas e negras escravizadas como se fosse dever delas “servir” aos homens que eram seus donos, e como também ainda acontece hoje pelos “novos bárbaros do patriarcado” (GARCIA, 2018), denominar o crime de estupro por meio dos termos corretos, como “crime” e precisamente “estupro” é mais do que uma simples abordagem correta e humana do jornalismo ao noticiar estupros coletivos, e sim uma maneira de propor uma reparação social como meio de buscar uma nova realidade para as mulheres.

Como vimos em algumas matérias, o jornalismo enquadra a vítima de estupro coletivo como uma personagem distante, elevando a impessoalidade e a imparcialidade a um nível em que muitas vezes se distancia a vítima de sua condição humana, como é o caso do portal G1, que cita a vítima com tom distante e que, muitas vezes, na ânsia de preservar a sua identidade, acaba silenciando-a. Mas, por outro lado, em alguns momentos, quando procura “dar voz” à vítima para que possa se posicionar, desrespeita sua integridade e expõe sua identidade, como no caso de uma matéria do portal UOL em que a foto da própria vítima se tornou a imagem da matéria. Nesse sentido, apontamos aqui que ainda resta ao jornalismo encontrar o equilíbrio entre o espaço a ser dado para as vítimas de estupro coletivo, de modo a dar voz a elas, mas seguir preservando sua identidade e respeitando suas dores. Humanizar a vítima como uma pessoa que deve poder ir às festas, andar pelas ruas e caminhar para a escola livremente deveria ser parte desse jornalismo que, mesmo sob os ideais de imparcialidade, ainda consegue reenquadrar o crime de estupro, bem como suas vítimas.

Também é observável que o fato de existirem mulheres ou homens escrevendo sobre o crime de estupro coletivo não altera o quadro geral. A abordagem, dentre os textos analisados, se diferenciou a depender do veículo que publicou a notícia – e não entre o gênero dos jornalistas responsáveis pela publicação.

Quando entendemos que o jornalismo digital está próximo de nós, diferentemente da ideia da Sociedade do Espetáculo, de Debord, entendemos também que as vítimas de estupro

coletivo retratadas pelo jornalismo são mulheres comuns com rotinas, vivências e anseios, e do mesmo modo que Sontag (2003) fala sobre a subjetividade do espectador e de sua importância no momento de significar os conteúdos que ele consome, há de ser necessário entender as subjetividades das mulheres representadas diariamente em notícias que retratam estupros coletivos. Quando Sontag (2003) propõe a discussão de que as notícias não são transformadas em entretenimento doméstico – entender isso seria generalizar a visão de uma parcela rica do mundo – ela nos permite observar que as realidades expostas pelo jornalismo todos os dias não estão distantes do espectador, e justamente por isso a importância do jornalismo se amplifica – o jornalismo e a realidade caminham juntos, se influenciam, se constroem e se reconstróem juntamente.

A responsabilidade dos meios de comunicação digitais em representar a vítima de estupro coletivo reside em entender que o jornalismo também faz parte do processo de desconstrução e construção de realidades, imaginários e estereótipos (HALL, 2016), e combater essa realidade em que mulheres são violentadas todos os dias no Brasil também é papel do jornalismo, inclusive o jornalismo digital que estabelece diálogo não somente com o seu espectador, mas também com outros canais, como as redes sociais, e consequentemente com outros públicos.

Empregar os termos certos, respeitar a identidade da vítima ao mesmo tempo que a humaniza, noticiar o crime de estupro coletivo na sua amplitude – e não como se fosse um crime com padrões e comportamentos – é parte do processo que também envolve questões técnicas, como hiperlinks, conteúdos relacionados, o uso de mais informações, aprofundamento dos fatos, entrevistas, dentre outras questões que possam permitir que o leitor ultrapasse a superficialidade no tratamento do crime de estupro coletivo.

E é nesse sentido que se tem a representação da vítima de estupro coletivo como parte de toda uma construção violenta não só na relação de gênero, mas também e principalmente em uma relação ampla da sociedade brasileira, e todos os pontos positivos e negativos dessa representação, indicados aqui, fazem parte de um complexo e amplo contexto de um país que ainda lida com a violência contra a mulher dentro de um cenário de violência ampla, herdado de geração a geração desde a colonização brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos essa pesquisa, chamou a atenção o número reduzido de estudos sobre estupro coletivo que estudavam a sua relação com o jornalismo de maneira ampla. Muitos dos trabalhos produzidos recentemente sobre o assunto se debruçaram sobre o caso ocorrido no Rio de Janeiro, em 2016, quando cerca de 30 homens estupraram uma jovem de 16 anos. Apesar do caso possuir tamanha complexidade que requer inúmeras pesquisas, foi possível perceber certa limitação quanto à análise da questão de maneira geral. Será que hoje, em 2020, anos depois deste caso, o jornalismo olha para o crime de estupro coletivo com outros olhos? De que forma o jornalismo noticia o fato quando se trata de casos de menor repercussão?

Aliado a essas dúvidas, estava a inquietude dessa pesquisadora que aqui escreve com relação a um crime que até 2018 não era visto pela justiça como algo diferente do crime de estupro cometido por uma única pessoa. Se um estupro cometido por alguém sozinho já oferece tamanha violência, por quais motivos a justiça demorou até o ano de 2018 para considerar o agravamento do crime no caso de mais uma pessoa cometendo tal violência? Seria a razão disso uma menor discussão acerca desse crime?

Com isso, buscamos entender de que forma se dá a relação entre o crime de estupro coletivo e a produção jornalística por meio da representação da vítima, através de uma pesquisa que considerasse o caráter dialético da história e do período em que os fatos acontecem. E como foi possível observar, constatou-se que o jornalismo representa a vítima de estupro coletivo como uma vítima sem voz de um crime que é quase sempre correlacionado ao local em que acontece, ao uso de álcool e drogas, ao mundo do crime e ao constante movimento de colocar em dúvida sua palavra ao mesmo tempo em que sexualiza o crime de estupro coletivo – constatações essas que foram obtidas tendo em conta discussões teóricas e conceituais ocorridas previamente nos capítulos anteriores.

E obter tais resultados com a utilização da Hermenêutica de Profundidade e Netnografia, bem como a partir da ideia de representação de Stuart Hall (2016) somada às ideias de Platão (2019) e Aristóteles (2020), permitiu que olhássemos para o corpus da pesquisa de uma forma mais ampla, considerando que naqueles textos jornalísticos não estavam somente os detalhes sobre um fato noticiado de forma corriqueira pelo jornalismo, mas sim algo que acontece sistematicamente com as mulheres brasileiras desde a colonização brasileira. O caráter dialético de tais elementos permitiu considerar que o estupro coletivo de mulheres e meninas faz parte

de um cenário maior de violência brasileira – cenário esse que o jornalismo pode relatar, reforçando estereótipos ou não.

No entanto, isso não garantiu que a pesquisa não tivesse limitações. Em primeiro lugar, o curto período de tempo para uma pesquisa de mestrado dificulta para que o corpus de pesquisa seja maior e mais amplo, considerando que buscamos aqui nesse trabalho fazer uso de um referencial teórico plural, amplo e capaz de discutir as mais diversas esferas que existem em torno da representação da vítima de estupro coletivo. Além disso, por ser um tema de complexidade e profundidade reconhecidamente grandes, é quase que inevitável a sensação de que muitas discussões, colocações de problemas, questionamentos, autores e referenciais teóricos ficaram de fora desse trabalho – o que, inclusive, serve de estímulo para que esse tema siga sendo pesquisado. Por fim, a pandemia do Coronavírus também ofereceu a essa pesquisa contratempos que poderiam ter sido evitados em um cenário normal quando se tem o acesso a bibliotecas e a possibilidade de orientações pessoalmente na universidade.

Por isso, possíveis aprofundamentos e novas abordagens ficaram reservadas à pesquisas futuras, assim como o aproveitamento de autores e referenciais teóricos que poderão ainda proporcionar discussões sobre a violência brasileira e a violência de gênero, sobre o patriarcado e as estruturas machistas que ainda permeiam a sociedade, também autores que pensam o jornalismo por meio da ótica das redes sociais e da internet integradas com o *mobile*, símbolo dessa era do jornalismo digital. Temos consciência de que o corpus de análise poderia ter sido maior e mais diverso, abrangendo a mídia independente, veículos feministas e/ou femininos com notícias sobre o crime de estupro coletivo, assim como um número maior de textos selecionados para a análise e que não foram incorporados à pesquisa – elementos que também ficaram reservados às pesquisas futuras.

Quando analisamos a maneira como as mulheres vítimas de estupro são representadas pelo jornalismo online, podemos observar que a depender do veículo de comunicação, a violência sexual e de gênero ainda não é um assunto de suma importância a ser noticiado. E aqui ressaltamos que o jornalismo, enquanto participante da formação de opinião e visão de mundo, deve atuar como aliado das lutas políticas da sociedade, e no caso específico da luta das mulheres, deve também se aliar na busca por dignidade e uma vida sem violências.

Enquanto o crime de estupro seguir carregado de estereótipos, tais como os que colaboram para a culpabilização da vítima, os que permitem que a sociedade duvide de suas denúncias e os que relativizam e naturalizam tamanha violência, esse cenário persistirá, como acontece desde a colonização brasileira.

A violência contra a mulher no Brasil é um problema histórico. Desde a nossa colonização, mulheres são agredidas, violentadas, estupradas e alienadas de sua liberdade, seja política, econômica ou mesmo humana. A academia, por sua vez, vem tentando analisar os alicerces que ainda hoje sustentam esse cenário de violência por meio dos estudos de gênero, que desde os anos 80 vêm ganhando força não só no mundo, mas também no Brasil.

O estudo sobre o crime de estupro coletivo requer não só que analisemos e interpretemos os fatos de maneira que estejam em constante diálogo com o contexto – histórico, cultural, social e econômico –, mas principalmente que façamos recortes essenciais como os de raça e classe, algo que buscamos realizar nesse estudo: entender a representação da vítima de estupro coletivo como algo localizado e centralizado em um contexto que é transpassado por complexidades.

A intenção deste trabalho, para além de analisar como se dá essa representação, foi também propor questionamentos às áreas de produção de conhecimento sobre gênero acerca do estupro coletivo. Foi, também, discutir de que maneira podemos pensar a participação do jornalismo na luta feminina contra o abuso e a violência. E mais especificamente, buscamos pensar o problema do estupro coletivo com uma visão integrada, considerando as subjetividades e relações que existem por trás desse problema, e como isso é retratado pelo jornalismo, que, antes de tudo, é fruto do seu tempo e, conseqüentemente, de suas questões históricas.

Por isso, resgatar de maneira ampla a questão da mulher, diante das complexidades e das diferenças de classe e raça, abordar a violência sexual contra mulheres indígenas, negras escravizadas e brancas nos foi tão caro. Foi necessário entender que apesar do problema do estupro e do estupro coletivo ser algo que atinge todas as mulheres, sem dúvida alguma atingirá com diferenças a depender da classe e da raça em um processo que envolve todo um caminho percorrido ao longo dos anos pelas sociedades.

Da mesma forma, buscamos resgatar um pouco da história do jornalismo para observar sua diferença ao longo dos anos até os dias de hoje, pois nesse momento é possível acessar os conteúdos produzidos pelos veículos de comunicação da palma das nossas mãos. É o jornalismo, mais do que um porta-voz da sociedade, mais do que aquele que denuncia as desigualdades e que realiza serviços úteis para a sociedade como informar o clima, o trânsito e os shows que acontecerão na agenda cultural das cidades, que tem como função social oferecer informação e pensamento crítico de qualidade às pessoas.

É necessário discutir sempre – e principalmente agora, quando o acesso à informação é amplo – não somente sobre o verdadeiro papel do jornalismo, mas principalmente o seu

objetivo. Deve-se noticiar o crime de estupro coletivo por meio de uma abordagem respeitosa, melhorando aquilo que é visto como equivocado e preservando os pontos positivos que o jornalismo já conquistou, não se restringindo ao caráter técnico do jornalismo contemporâneo. Antes de tudo, respeitar a vítima de estupro coletivo e abordar tal assunto pelos melhores caminhos corresponderia à ideia humanista como prática jornalística, que resultaria em vigiar, apontar, questionar e pensar sobre o que se mostra. É este, atualmente, um dos caminhos a seguir para que a produção jornalística seja mais inclusiva, democrática, respeitosa, profissional, eficiente e, acima de tudo, politicamente mais próxima dos ideais de igualdade, de maneira ampla, em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRELA, Lucas. Os 50 sites mais acessados do Brasil e do mundo. **Exame**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/os-50-sites-mais-acessados-do-brasil-e-do-mundo/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras:** por que educar meninas e mulheres? São Paulo, 2007. 238p.

AMARAL, Carlos. Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/19/jovem-sofre-estupro-coletivo-a-caminho-de-posto-de-saude-em-contagem.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

AMARAL, Luciana; BAPTISTA, Vanessa Alves. Bolsonaro pede desculpas a Maria do Rosário por fala sobre estupro. **UOL**, Brasília e São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/06/13/bolsonaro-pede-desculpas-a-maria-do-rosario.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

AP. Cantores de k-pop são condenados por estupro coletivo. **Universa**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/29/cantores-de-k-pop-sao-condenados-por-estupro-coletivo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ARAÚJO, Glauco; TOMAZ, Kleber. Após 10 anos do Caso Eloá, Justiça condena Estado de SP a indenizar Nayara em R\$ 150 mil. **G1 SP**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/12/apos-10-anos-do-caso-elo-justica-obriga-estado-de-sp-a-indenizar-nayara-em-r-150-mil.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém:** um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 344p.

ARISTÓTELES. **Poética**. [Ebook]. LeBooks, 2020. Edição Kindle.

BARBOSA, Suzana. Jornalismo de portal: novo formato e categoria para o jornalismo digital. In: PALACIOS, Marcos; MACHADO, Elias (orgs.). **Modelos de jornalismo digital**. [Ebook]. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003. 233p.

BBC News Brasil. Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioridade penal na Alemanha. **R7**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/caso-de-estupro-coletivo-reacende-discussao-sobre-maioridade-penal-na-alemanha-09072019>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BESSA, Indiara. Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus. **G1 AM**, Amazonas, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/01/21/policia-investiga-denuncia-de-estupro-e-tentativa-de-estupro-coletivo-de-adolescente-na-zona-norte-de-manaus.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 252p.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BRASIL. Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009. **Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANAVILHAS, João Messias. **Webjornalismo**: Considerações gerais sobre jornalismo na web. In: I Congresso Ibérico de Comunicação, Universidade da Beira Interior, 2001. **Anais** [...]. Málaga: Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Málaga; Sociedade Portuguesa de Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Sobre a Violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CORRÊA, Elizabeth Saad; BERTOCCHI, Daniela. A cena cibercultural do jornalismo contemporâneo: web semântica, algoritmos, aplicativos e curadoria. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 123-144, 2012.

COUTO, Cyro Augusto Pachicoski. **Do crime ao caos**: a comunicação a serviço do medo. São Paulo: Cia dos Livros, 2011. 283p.

CRISTALDO, Heloisa. ONU Mulheres Brasil diz que pesquisa sobre estupro reflete a sociedade. **Agência Brasil**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-estupro-reflete-estagnacao-da>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DAMÉ, Luiza. Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. **Agência Brasil**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

ESTUDANTE é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP. **G1 Santos**, Santos, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/04/11/estudante-e-espancada-e-vitima-de-estupro-coletivo-em-matagal-em-sp.ghml>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. [Ebook]. São Paulo: Contexto, 2014. Edição Kindle.

G1 completa seu primeiro ano na internet. **G1**, [s.l.], 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL105920-6174,00-G+COMPLETA+SEU+PRIMEIRO+ANO+NA+INTERNET.html>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GARCIA, Carla Cristina. A cultura do estupro e os novos bárbaros do patriarcado. In: PIMENTEL, Silvia (coord.), PEREIRA, Beatriz (org.) e MELO, Mônica. **Estupro: perspectivas de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 414p.

GRUPO Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. **G1**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GRUPO UOL. História. **UOL**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. ITUASSU, Arthur (org.); MIRANDA, Daniel (trad.); OLIVEIRA, Willian (trad.). Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016. 260p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2014. p. 176-182.

IBGE. Estatísticas de Gênero. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, [s.l.], n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

JORNAL de Brasília. Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa. **R7**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/jornal-de-brasilia/adolescente-registra-ocorrencia-de-estupro-coletivo-em-festa-16072019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso. 2014. 203p.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil**. Orientador: Carlos Alberto Plastino Esteban. (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LAVADO, Thiago. Uso da internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. **G1**, [s.l.], 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghml>. Acesso em: 13 dez. 2020.

LEMO, Marcela. Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web. **UOL**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/25/perdi-minha-vida-diz-vitima-de-estupro-coletivo-que-soube-do-crime-na-web.htm>. Acesso em: 06 ago. 2020.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A Saga dos cães perdidos**. São Paulo, 2000.

MELO, Mônica de; PEREIRA, Ana Clara Toscano Aranha. O crime de estupro e a proteção da dignidade e liberdade sexual das mulheres: análise de uma perspectiva de gênero. In: PIMENTEL, Silvia (coord.); PEREIRA, Beatriz (org.); MELO, Mônica de. **Estupro: perspectivas de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 414p.

MIELNICZUK, Luciana. Características e implicações do jornalismo na Web. In: II Congresso da SOPCOM - Rumos da Sociedade da Comunicação, Lisboa, 2001. **Anais [...]**. Lisboa: SOPCOM. Disponível em:

https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: XII Compós, 2003. **Anais [...]**. Recife, PE: Compós. Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1000.PDF. Acesso em: 14 dez. 2020.

MORAIS, Osvando José. **A mídia Teorias da comunicação, a hermenêutica, o diálogo, a compreensão e a interpretação: esboço para uma contribuição às 'novas teorias' e aos 'novos métodos'**. Bauru: Inédito, 2020.

MULHER é espancada por quase 4 horas no rio e jovem é preso em flagrante. **G1**, [s.l.], 2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/02/17/mulher-e-espancada-por-quase-4-horas-no-rio-e-jovem-e-preso-em-flagrante.ghml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MULHERES estudam mais no Brasil, mas tem renda 41,5% menor que homens, diz ONU.

G1, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/mulheres-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-renda-415percent-menor-que-homens-diz-onu.ghml>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçarias: Malleus maleficarum**. 20ª ed. [reimpressão]. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2009, pág. 5-17. Disponível em:

<https://meridianum.ufsc.br/files/2015/04/MURARO-Rose-Marie-Martelo-das-feiticeiras-Introduc%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

NESTA segunda, dia 20, 'G1 em 1 minuto' estreia na programação. **G1**, [s.l.], 2015. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2015/04/nesta-segunda-dia-20-g1-em-1-minuto-estreia-na-programacao.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo online, informação e memória**: apontamentos para debate. 2002. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/files/agoranet/02/palacios-marcos-informacao-memoria.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PASTORI, Matheus. Quinto mais visitado da América Latina, Portal R7 tem 138 milhões de acessos mensais. **R7**, Bahia, 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/bahia/quinto-mais-visitado-da-america-latina-portal-r7-tem-138-milhoes-de-acessos-mensais-31032018>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PLATÃO. **O mito da caverna**. [Ebook]. LeBooks, 2019. Edição Kindle.

POLÍCIA indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição. **UOL**, Nova Dhéli, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/12/06/policia-indiana-mata-suspeitos-de-estupro-coletivo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

R7. História do R7. **R7**, [s.l.], 2020. Disponível em: <http://www.r7.com/institucional/historia-do-r7>. Acesso em: 14 dez. 2020.

R7. RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia. **R7**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-4-suspeito-de-participacao-em-estupro-coletivo-se-entrega-a-policia-28032019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

RIVERA-ROGER, Diana. El tratamiento de la información en los cibermedios. In: MARTINGS, Gerson Luiz (org.); RIVERA, Diana (org.). **+25 Perspectivas do Ciberjornalismo**. Aveiro: Ria Editorial, 2020. 288p.

RODRIGUES, Mateus. Brasil teve um estupro coletivo a cada 2 horas e meia, em 2016; número cresceu 124% em 5 anos. **G1 DF**, Brasília/DF, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/brasil-teve-um-estupro-coletivo-a-cada-2-horas-e-meia-em-2016-numero-cresceu-124-em-5-anos.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ROLAND, Edna Maria Santos. Gênero, Raça e Classe: o Estupro de Mulheres Negras em Perspectiva Histórica. In: PIMENTEL, Silvia (coord.); PEREIRA, Beatriz (org.); MELO, Mônica. **Estupro**: perspectivas de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 414p.

ROSA, PH. Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos. **R7**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/suspeito-e-preso-por-estupro-coletivo-de-menina-de-12-anos-27032019>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ROSSIGNOLLI, Carla; ASSÊNCIO, Claudia; CORDENONSI, Ana Maria. Interesse público e Critérios de Noticiabilidade: um estudo sobre o programa tv folha. In: XVIII Congresso de

Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Bauru - SP – 03 a 05/07/2013, Bauru, 2013. **Anais [...]**. Bauru: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-0617-1.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RYLO, Ive. Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus. **G1 AM**, Amazonas, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/03/01/dois-sao-presos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-de-menina-de-15-anos-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SAAD, Elizabeth; ORTIZ DE CAMARGO, Isadora; CARLAN DA SILVEIRA, Stefanie. Novas mídias, mídias do agora: desafios da informação móvel e do jornalismo para tablets. **TECHNO REVIEW. International Technology, Science and Society Review**, v. 5, n. 1, p. 9-18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.37467/gka-revtechno.v5.452>

SABÓIA, Gabriel. Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ). **UOL**, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/04/rj-jovem-relata-ter-sofrido-estupro-coletivo-na-regiao-dos-lagos.htm>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. A palavra da mulher vítima de violência sexual. In: PIMENTEL, Silvia (coord.); PEREIRA, Beatriz (org.); MELO, Mônica. **Estupro: perspectivas de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 414p.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte I: Violência contra a mulher. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_1_efe8621a394e2c. Acesso em: 14 dez. 2020.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte II: Pessoas com deficiência. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_2. Acesso em: 14 dez. 2020.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte III: Racismo. **Think Olga**, [s.l.], 2016. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_3. Acesso em: 14 dez. 2020.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte IV: Estereótipos Nocivos. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_4. Acesso em: 14 dez. 2020.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte V: LGBT*. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_5_c87f12eab0f094. Acesso em: 14 dez. 2020.

THINK Olga. Minimanual do Jornalismo Humanizado – Parte VI: Aborto. **Think Olga**, [s.l.], 2017. Disponível em: https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_pt6. Acesso em: 14 dez. 2020.

TIC Domicílios. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

UNODC. Brasil tem segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, diz relatório da ONU. In: United Nations Office on Drugs and Crime. **UNODC**. Brasília, DF: UNODC, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/brasil-tem-segunda-maior-taxa-de-homicidios-da-amrica-do-sul--diz-relatrio-da-onu.html#:~:text=Vídeos-,Brasil%20tem%20segunda%20maior%20taxa%20de%20homicídios%20da%20América%20do,Venezuela%2C%20com%2056%2C8>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VELASCO, Clara *et al.* Mesmo com queda recorde de mortes de mulheres, Brasil tem alta no número de feminicídios em 2019. **G1**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

VÍTIMA de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-counta-que-acordou-dopada-e-nua.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ZEYNALOV, Magerram. As antigas tradições de casamento que ainda assombram mulheres. **BBC NEWS Brasil**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48644696>. Acesso em: 14 dez. 2020.

APÊNDICE A – Lista de matérias analisadas do G1

Nº	Título	Data de publicação	Link
1	Estudante é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP	11/04/2019	https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/04/11/estudante-e-espancada-e-vitima-de-estupro-coletivo-em-matagal-em-sp.ghtml
2	Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem	19/02/2019	https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/19/jovem-sofre-estupro-coletivo-a-caminho-de-posto-de-saude-em-contagem.ghtml
3	Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus	01/03/2019	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/03/01/dois-sao-presos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-de-menina-de-15-anos-em-manaus.ghtml
4	Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus	21/01/2019	https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/01/21/policia-investiga-denuncia-de-estupro-e-tentativa-de-estupro-coletivo-de-adolescente-na-zona-norte-de-manaus.ghtml

APÊNDICE B - Lista de matérias analisadas do UOL

Nº	Título	Data de publicação	Link
1	Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ)	04/05/2019	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/04/rj-jovem-relata-ter-sofrido-estupro-coletivo-na-regiao-dos-lagos.htm
2	Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web	25/07/2019	https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/25/perdi-minha-vida-diz-vitima-de-estupro-coletivo-que-soube-do-crime-na-web.htm
3	Cantores de k-pop são condenados por estupro coletivo	29/11/2019	https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/29/cantores-de-k-pop-sao-condenados-por-estupro-coletivo.htm
4	Polícia indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição	06/12/2019	https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2019/12/06/policia-indiana-mata-suspeitos-de-estupro-coletivo.htm

APÊNDICE C - Lista de matérias analisadas do R7

Nº	Título	Data de publicação	Link
1	Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos	27/03/2019	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/suspeito-e-preso-por-estupro-coletivo-de-menina-de-12-anos-27032019
2	RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia	28/03/2019	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-4-suspeito-de-participacao-em-estupro-coletivo-se-entrega-a-policia-28032019
3	Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioria penal na Alemanha	09/07/2019	https://noticias.r7.com/internacional/caso-de-estupro-coletivo-reacende-discussao-sobre-maioridade-penal-na-alemanha-09072019
4	Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa	16/07/2019	https://noticias.r7.com/distrito-federal/jornal-de-brasilia/adolescente-registra-ocorrencia-de-estupro-coletivo-em-festa-16072019

APÊNDICE D – Principais resultados das matérias analisadas

Nome da matéria	Data	O que foi observado	Fala de fonte oficial?	Uso de documento oficial?	A matéria ouviu a vítima?	A matéria ouviu o agressor?
Estudante é espancada e vítima de estupro coletivo em matagal em SP	11/04/19	Relação do crime com o local onde aconteceu e sua taxa de criminalidade.	Não	Boletim de Ocorrência	Não	Não
Jovem sofre estupro coletivo a caminho de posto de saúde, em Contagem	19/02/19	Uso de termos que sexualizam o crime de estupro coletivo, como “sexo oral”. Informação sobre o uso de álcool e drogas por parte dos criminosos.	Não.	Boletim de Ocorrência.	Não.	Não.
Dois são presos suspeitos de participar de estupro coletivo de menina de 15 anos em Manaus	01/03/19	Foco para a informação sobre o uso de álcool e drogas.	Sim, a delegada Joyce Coelho.	Não.	Não.	Consta na matéria que os agressores não quiseram dar entrevista.
Polícia investiga denúncia de estupro e tentativa de estupro coletivo de adolescente na Zona Norte de Manaus	21/01/19	Importância para a informação sobre o uso de álcool e drogas; confrontação do testemunho da vítima.	Sim, a delegada Joyce Coelho.	Não.	Não.	Não.
Estudante relata estupro coletivo por 4 horas em carro em Cabo Frio (RJ)	04/05/19	Imagem da vítima exposta; superficialidade do fato ocorrido.	Sim, relato da Polícia Civil.	A matéria cita que a Polícia Civil é onde foi registrado o Boletim de Ocorrência.	Sim, a matéria é sobre a publicação da jovem em rede social sobre o crime ocorrido	Não
Perdi minha vida, diz vítima de estupro coletivo que soube do crime na web	25/07/19	Destaque para a informação sobre o uso de álcool e drogas; noticiar um crime ocorrido em uma festa; uso de termos que sexualizam	Sim, a advogada da vítima; a matéria comenta sobre o depoimento dado à	Não.	Sim.	Não.

		o crime de estupro coletivo.	polícia pela vítima.			
K-pop: Cantores são condenados por estupro coletivo na Coreia do Sul	29/11/19	Uso de termos que sexualizam o crime de estupro coletivo; informações incompletas e texto superficial.	Não	Apenas cita o comunicado da condenação dos cantores	Não	Não
Polícia indiana mata suspeitos de estupro coletivo durante reconstituição	06/12/19	Não há pontos negativos relativos à noticiabilidade do crime de estupro coletivo nesse texto que tenham sido encontrados na análise realizada.	Sim, relato do vice-comissário da polícia de Hyderabad e fala da deputada Jaya Bachchan, no Parlamento Nacional	Não, mas apresenta dados oficiais de números de estupros registrados no país.	Não, há o relato da irmã da vítima	Não
Suspeito é preso por estupro coletivo de menina de 12 anos	27/03/19	Poucas publicações do R7 sobre o assunto; atenção dada ao baile funk e à presença de traficantes no local; destaque para a informação do uso de álcool	Informações da Polícia Civil	Informações da Polícia Civil, não se sabe se houve o uso de Boletim de Ocorrência para a produção da matéria.	Não	Não
RJ: 4º suspeito de participação em estupro coletivo se entrega à polícia	28/03/19	Os mesmos resultados encontrados na matéria analisada anteriormente. Poucas publicações do R7; atenção dada ao local onde o crime ocorreu: um baile funk; destaque para a informação de uso de álcool	Informações da Polícia Civil	Informações da Polícia Civil, não se sabe se houve o uso de Boletim de Ocorrência para a produção da matéria.	Não	Não
Caso de estupro coletivo reacende discussão sobre maioria penal na Alemanha	09/07/19	Caso de estupro como gancho para discussão política sobre redução da	Porta-voz da polícia alemã; chefe do sindicato das forças policiais;	Relatório da Child Rights International Network	Não	Não

		maioridade penal.	chefe da Associação Alemã de Juízes.			
Adolescente registra ocorrência de estupro coletivo em festa	16/07/19	Poucas publicações do R7; atenção dada à informação sobre o local onde a vítima estava – uma festa. Matéria superficial, sem muitos detalhes. Destaque para a informação do uso de drogas	Delegado que investiga o caso, Ricardo Galvão	Não	Não	Não